

v.9, n.2, 2016

Veredas

Da História



ISSN: 1982.4238

Veredas da História, [online], v. 9, n.2, julho, 2016, ISSN: 1982-4238

EDITORES

Bruno Gonçalves Alvaro, UFS
Carlos Leonardo Kelmer Mathias, UFRRJ
Daniele Gallindo G. Silva, UFPel
Leandro Duarte Rust, UFMT
Marcelo Pereira Lima, UFBA
Paulo J. Debom Garcia, Universidade Cândido Mendes
Priscila Henriques Lima, UERJ

APOIO TÉCNICO E EDITORAÇÃO

Lucas Vieira de Melo Santos, UFBA
Beatriz Beatriz Galvão Abrantes, UFBA

CONSELHO EDITORIAL

Adriana Vidotte, UFG
Bruno Gonçalves Alvaro, UFS
Carlos Leonardo Kelmer Mathias, UFRRJ
Daniele Gallindo G. Silva, UFPel
Marcelo Pereira Lima, UFBA
Leandro Duarte Rust, UFMT
Leandro Couto Carreira Ricon, PPGHC/UFRJ
Priscila Henriques Lima, UERJ
Paulo J. Debom Garcia, Universidade Cândido Mendes
Vanderlei Vazelesk Ribeiro

CONSELHO CONSULTIVO

Adriana Vidotte, UFG
Alessander Mário Kerber, UFRGS
Alexandre Vieira Ribeiro, UFF
André Pereira Botelho
Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva, UFRJ
Antonio Carlos Jucá de Sampaio, UFRJ
António Manuel Hespanha, Universidade de Lisboa
Beatriz Helena Domingues, UFJF
Cândido Moreira Rodrigues, UFMT
Célia Maia Borges, UFJF
Cláudio Batalha, Unicamp
Danilo Zioni Ferretti, UFSJ
Daniel Santiago Chaves, PPGHG-UFRJ
Janaina Christina Perrayon Lopes, UCP
João Fragoso, UFRJ
João Klug, UFSC
Jorge Eremites de Oliveira, UFGD
Karl Schurster V. S. Leão, PPGHC-UFRJ
Leandro Couto Carreira Ricon, PPGHC/UFRJ
Leila Rodrigues da Silva, PPGHC-UFRJ
Lia de Aquino Carvalho, UCP
Lia Zanotta Machado, UnB
Marcos Sorrilha Pinheiro, UNESP
Maria Cristina Correia Leandro Pereira, USP
Maria Filomena Pinto da Costa Coelho, UnB
Mário Jorge da Motta Bastos, UFF
Rafael Pinheiro de Araújo, PPGHC-UFRJ
Regina Maria da Cunha Bustamante, PPGHC-LHIA-UFRJ
Vanderlei Vazelesk Ribeiro, UNIRIO
Valdei Lopes de Araújo, UFOP

CONTATO PRINCIPAL

Marcelo Pereira Lima (UFBA)
Priscila Henriques Lima (UERJ)
E-mail: seer.veredasdahistoria@gmail.com

CAPA

Marcelo Pereira Lima (UFBA)

CONTATO PARA SUPORTE TÉCNICO

Luis Borges, UFBA
E-mail: luisborges.ti@gmail.com

SUMÁRIO

EDITORIAL

1

Apresentação editorial

Thiago de Azevedo Porto
(UFPA/PPGHC/UFRJ)

7

DIÁLOGO DE SURDOS OU VOZ QUE CLAMA NO DESERTO? UM BREVE ENSAIO SOBRE O REVISIONISMO HISTORIOGRÁFICO NA MEDIÉVISTICA BRASILEIRA DO SÉCULO XXI

BRUNO GONÇALVES ALVARO

(PPGH-UFS)

21

O QUE É A TEORIA QUEER? NOTAS INTRODUTÓRIAS DE UM SABER SUBALTERNO, SUBVERSIVO E CONTRA-HEGEMÔNICO

Cassiano Celestino de Jesus
Universidade Federal de Sergipe

35

RECONSTRUÇÃO DO PASSADO E INFLUÊNCIA MIDIÁTICA: O SÉCULO XIX PELA NARRATIVA DE BIOSHOCK INFINITE

Gustavo Silveira Ribeiro
Universidade Federal de Pelotas
Rafael de Moura Pernas
Universidade Federal de Pelotas

54

CANONIZAÇÃO, PODER E DISCURSO NO SÉCULO XIII: UMA ANÁLISE CRÍTICA E GENEALÓGICA DO PROCESSO DE DOMINGOS DE GUSMÃO

Thiago de Azevedo Porto
(UFPA/PPGHC/UFRJ)

80

ANÁLISE DAS LISTAS NOMINAIS DOS FAZENDEIROS E LAVRADORES DE SÃO FRANCISCO XAVIER DE ITAGUAÍ NAS PUBLICAÇÕES DOS IRMÃOS LAEMMERT (1850–1885)

Max Fabiano Rodrigues de Oliveira
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

96 **QUALIDADES DE COR E PATENTES: CRITÉRIOS DE HIERARQUIZAÇÃO
NO PRESÍDIO DE MUXIMA (REINO DE ANGOLA, FINS DO SÉCULO XVIII E
INÍCIO DO XIX)**

Karine Codeça das Mercês de Queiroz
(PPGH-UFRRJ)

111 **A MISSÃO ARTÍSTICA FRANCESA DE 1816 E A DIPLOMACIA DE
JEAN-BAPTISTE MALER**

Lucas de Araujo Barbosa Nunes
(UNESP/Assis – Universidade Estadual Paulista)

RESENHA

129 **HOMOSSEXUALIDADES, REPRESSÃO E RESISTÊNCIA EM TEMPOS DE
DITADURA NO BRASIL**

KELLY MÁRCIA DE MOURA LEAL
Universidade Federal da Bahia

ENTREVISTA

138 **FAZENDO GÊNERO NA MEDIEVALÍSTICA: ENTREVISTA COM
ANDRÉIA CRISTINA LOPES FRAZÃO DA SILVA**

Prof. Dr. Marcelo Pereira Lima
Universidade Federal da Bahia

APRESENTAÇÃO EDITORIAL

Thiago de Azevedo Porto

Doutorando em História Comparada (PPGHC/IH/UFRJ)
Professor de História Antiga e Medieval (UFPA/FAHIST/Bragança)

Na atual conjuntura nacional e internacional de crises humanitárias e sistêmicas associadas ao modelo capitalista de hegemonia do mercado sobre as economias locais, em um período histórico de quebra de antigos paradigmas (como a globalização e os grandes blocos econômicos) e de saídas encontradas que apontam para uma restauração de políticas, anteriormente, abandonadas ou tidas como superadas (o nacionalismo de extrema-direita, o protecionismo como política econômica, o fechamento de fronteiras), em suma, em um contexto de dúvidas, inseguranças e, ao mesmo tempo, de avanço de fundamentalismos, dos mais diversos, como resposta supostamente adequada para as dificuldades e os desafios atuais, a revista *Veredas da História* marca sua posição na Historiografia Brasileira em defesa da diversidade, da crítica e da ampliação dos debates acadêmicos e científicos.

Ao invés de pretender guiar as mentes e as reflexões de seus leitores em uma caminhada segura, em que tudo faz sentido e se encaixa numa lógica coerente, tal como nas correntes filosóficas de base fundamentalista que encontram cada vez mais adeptos nas redes sociais e na internet, esta revista segue apoiando-se nos princípios e nos valores que alavancaram o conhecimento científico no último século e que fortaleceram avanços sociais e culturais, sobretudo nos países (até então) em desenvolvimento. A diversidade como princípio de agregação social e de convivência pautada no respeito recíproco, a crítica como instrumento de transformação e superação de modelos explicativos, o debate como método prioritário para a produção de um conhecimento que não se fecha em si mesmo. É neste caminho de resistência, “remando contra a maré”, que a atual edição de *Veredas da História* se apresenta aos leitores.

O primeiro artigo, intitulado “DIÁLOGO DE SURDOS OU VOZ QUE CLAMA NO DESERTO? UM BREVE ENSAIO SOBRE O REVISIONISMO HISTORIOGRÁFICO NA MEDIEVÍSTICA BRASILEIRA DO SÉCULO XXI”, de Bruno Gonçalves Alvaro, coloca em foco a retomada atual dos, assim chamados,

“clássicos” sobre senhorio e feudalismo por medievalistas brasileiros. Através de uma abordagem desconstrucionista e crítica (principalmente quanto ao uso do conceito de “revisãoismo”), o autor aponta que a iniciativa de releitura dos “clássicos” tem sido rotulada de “revisãoismo” em certos ambientes acadêmicos de forma pejorativa, como uma estratégia para inibir ou constringer os que enveredam por esse caminho. Ao invés de fugir do conceito como forma de negar o próprio rótulo pejorativo, Bruno Gonçalves Alvaro aponta para o “sério revisãoismo” que vem sendo realizado por alguns medievalistas brasileiros, como uma prática historiográfica fecunda para a ampliação dos espaços de debate e também como uma estratégia de resistência social perante as relações de poder manifestadas nos ambientes institucionais.

Seguindo a mesma trilha do orientador, mas sem abrir mão de suas próprias escolhas, Cassiano Celestino de Jesus explora o desenvolvimento e as repercussões da *Teoria Queer* aplicada aos estudos históricos no artigo “O QUE É A TEORIA QUEER? NOTAS INTRODUTÓRIAS DE UM SABER SUBALTERNO, SUBVERSIVO E CONTRA-HEGEMÔNICO”. No referido texto, o autor destaca a utilização deste referencial teórico como um instrumento para problematizar “regulações sexuais e de gênero socialmente impostas que criam e mantêm desigualdades de toda ordem”. A partir de uma argumentação corajosa, despida de falso moralismo e fundamentada em teóricos como Michel Foucault, Jacques Derrida e Judith Butler, o autor do artigo ressalta que a *Teoria Queer* perturba as estruturas clássicas de poder e conhecimento, permitindo aqueles que são marginalizados, por não se enquadrarem nos padrões sexuais e de gênero vigentes na sociedade, encontrarem um caminho para pensar a multiplicidade das identidades e problematizar o regime de enquadramento social.

Se nos dois primeiros artigos desta edição a revista *Veredas da História* apresenta textos que problematizam a relação entre teoria e historiografia, no terceiro e no quarto artigos entram em destaque metodologias e técnicas de análise que exploram suas fontes através da narrativa e do discurso.

A começar pelo artigo “RECONSTRUÇÃO DO PASSADO E INFLUÊNCIA MIDIÁTICA: O SÉCULO XIX PELA NARRATIVA DE *BIOSHOCK INFINITE*” de Gustavo Silveira Ribeiro e Rafael de Moura Pernas. Partindo de uma análise da narrativa tal como elaborada no jogo eletrônico *Bioshock Infinite*, os autores abordam a reconstrução do passado como um processo que, não poucas vezes, extrapola o âmbito da escrita da história, ensejando verdadeira disputa pela significação do passado. Nesse

sentido, os autores apontam um agenciamento na (re)construção do passado pelo jogo *Bioshock Infinite* e que está relacionado ao advento de uma *cultura da mídia* e suas diferentes linguagens. No caso em estudo, Gustavo Silveira Ribeiro e Rafael de Moura Pernas apontam a construção de um passado que reflete “a dominação do homem branco europeu perante todos” e que, por isso mesmo, se vale de “um repositório de imagens e discursos pejorativos em relação a diversos grupos étnicos raciais”. Importante, entre outras coisas, por apontar o processo de construção do passado através de uma mídia eletrônica, e não da historiografia, o artigo ainda ressalta que este empreendimento pode também ser mobilizado de forma diferente da que foi identificada no jogo *Bioshock Infinite*, ou seja, refletindo outros projetos de sociedade.

Já o artigo “CANONIZAÇÃO, PODER E DISCURSO NO SÉCULO XIII: UMA ANÁLISE CRÍTICA E GENEALÓGICA DO PROCESSO DE DOMINGOS DE GUSMÃO”, de Thiago de Azevedo Porto, explora a linguagem textual do processo de canonização de Domingos de Gusmão através de uma análise do discurso nos moldes foucaultianos. O autor destaca a dinâmica de relações de poder manifestadas na causa de canonização do antigo mestre geral da Ordem dos Pregadores, com base em uma dupla análise do discurso (crítica e genealógica). Na primeira parte da análise, o autor identifica “uma série de formas de controle atuando sobre os testemunhos reproduzidos nas atas de Bolonha”, o que refletiria a valorização das práticas jurídicas e suas formas de conhecimento no âmbito dos projetos pontifícios, como uma estratégia operada para garantir o “controle sobre a natureza e o conteúdo das devoções” nos cultos oficializados pela Igreja Romana. Já na análise genealógica do discurso, Thiago de Azevedo Porto explora o “conjunto de regularidades que dão coerência e sentido aos relatos dos testemunhos”, apontando a existência de “um processo de formação organizada do discurso” que visava a contemplar os propósitos iniciais do inquérito e se adequar “aos critérios de avaliação e ao significado da santidade tais como foram desenvolvidos pelo papado ao longo dos séculos XII e XIII”.

Assim sendo, diferentes formas de linguagem (eletrônica e textual) foram tomadas como base documental para as investigações historiográficas desenvolvidas nos dois artigos anteriores. Ao sistematizarem suas análises (da narrativa e do discurso), os autores apresentaram aos leitores, entre outras coisas, possibilidades diversas no uso de técnicas e métodos que já vigoram entre os historiadores brasileiros. Nos três últimos

artigos desta edição da revista *Veredas da História* destacam-se abordagens historiográficas com relação ao campo de observação do pesquisador.

No artigo intitulado “ANÁLISE DAS LISTAS NOMINAIS DOS FAZENDEIROS E LAVRADORES DE SÃO FRANCISCO XAVIER DE ITAGUAÍ NAS PUBLICAÇÕES DOS IRMÃOS LAEMMERT (1850 – 1885)”, Max Fabiano Rodrigues de Oliveira coloca em destaque a produção agrícola no município de Itaguaí e o perfil dos fazendeiros que tinham seus nomes publicados em dois almanaques que traziam informações sobre as três freguesias de São Francisco Xavier de Itaguaí. A partir do cruzamento de dados sobre os assinantes dos almanaques com as listas de fazendeiros e autoridades locais das freguesias, bem como da comparação desses dados em diferentes períodos, o autor percebeu a diminuição dos nomes dos fazendeiros nas publicações e o surgimento de novas categorias para classificar os cultivos das fazendas. Assim, foi possível apontar o impacto da crise cafeeira na produção agrícola e nas relações sociais em Itaguaí: alguns fazendeiros empobreceram e se tornaram lavradores, outros diversificaram os seus cultivos (saindo da monocultura do café, para a policultura de sobrevivência) e uma minoria concentrou o *status* de fazendeiro de café (sendo amplamente representados nos cargos da administração local).

Seguindo a mesma trilha da História Social com o foco numa realidade local, Karine Codeça das Mercês de Queiroz explora o sistema de classificação no presídio de Muxima (Angola, sécs. XVIII-XIX), com o intuito de analisar o “modo pelo qual as qualidades de cor e patentes foram elementos de hierarquização e parâmetros classificatórios utilizados” no referido presídio. Tal é o escopo do artigo “QUALIDADES DE COR E PATENTES: CRITÉRIOS DE HIERARQUIZAÇÃO NO PRESÍDIO DE MUXIMA (REINO DE ANGOLA, FINS DO SÉCULO XVIII E INÍCIO DO XIX)”. Utilizando as listas e os mapas de população daquela localidade, a autora destaca que a utilização da cor e da patente como padrões classificatórios não são um efeito direto e exclusivo das diretrizes de Lisboa (Angola, neste contexto, era parte do Império Português), ao contrário, surgem de uma interação com as realidades local e regional, onde se inserem a escravidão, o tráfico de escravo e a formação de hierarquias nativas.

Já numa linha de História das Relações Internacionais e de análise geopolítica, por fim, o artigo “A MISSÃO ARTÍSTICA FRANCESA DE 1816 E A DIPLOMACIA DE JEAN-BAPTISTE MALER”, de Lucas de Araujo Barbosa Nunes, aborda as ações e

os motivos do cônsul-geral da França no Brasil em suas iniciativas de investigação e perseguição aos artistas reunidos por Joachim Lebreton. Tomando como base correspondências diplomáticas, hoje reunidas nos *Archives Diplomatique du Quai d'Orsay*, o autor analisa os argumentos e as iniciativas de Jean-Baptiste Maler com relação à chegada e atuação no Brasil da referida missão artística francesa. Lucas de Araujo Barbosa Nunes ressalta que as atividades daquele “cônsul geral no Brasil foram marcadas por um profundo sentimento contrário a tudo o que parecesse ameaçar a monarquia restabelecida na França”, o que seria o principal motivo para as suas reações ao grupo de artistas franceses reunidos e coordenados por Lebreton.

Mesmo tratando de realidades distintas e utilizando fontes diferentes, os três últimos artigos se aproximam ao apresentarem aos leitores visões sobre articulações possíveis entre local, regional, nacional e internacional em abordagens historiográficas. Por coincidência, ou não, os autores contextualizaram suas análises em um período histórico (séculos XVIII e XIX) em que estas articulações se problematizaram com as ondas de revoluções e nacionalismos, com as lutas de independência e a contestação de impérios coloniais em diferentes partes do mundo.

Além dos artigos aqui brevemente apresentados, a revista *Veredas da História* traz também nesta edição uma resenha e uma entrevista.

Com o título “HOMOSSEXUALIDADES, REPRESSÃO E RESISTÊNCIA EM TEMPOS DE DITADURA NO BRASIL”, Kelly Márcia de Moura Leal resenhou o livro *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca pela verdade*, de autoria de James Green e Renan Quinalha. A autora abordou cada um dos capítulos do livro, que é uma obra coletiva, dando detalhes e apresentando conclusões presentes em cada texto. O referido livro foi organizado a partir dos trabalhos realizados pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” e pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), que em suas audiências geraram “materiais para compor os relatórios das comissões e que, em seguida, deram origem a publicação do livro”. A autora destaca que a diversidade de áreas de conhecimento dos autores possibilitou uma abordagem interdisciplinar da questão da homossexualidade inserida no problemático contexto histórico de perseguição, censura e enquadramento social autoritário no âmbito da ditadura civil-militar que se estabeleceu no Brasil a partir de meados da década de 1960.

Por fim, a entrevista intitulada “FAZENDO GÊNERO NA MEDIEVALÍSTICA: ENTREVISTA COM ANDRÉIA CRISTINA LOPES FRAZÃO DA SILVA”, que foi conduzida por Marcelo Pereira Lima e teve como foco os Estudos de Gênero na área de História, mais precisamente no campo das pesquisas sobre a Idade Média. A entrevistada foi a Prof.^a Dr.^a Andréia Frazão que é uma das coordenadoras do Programa de Estudos Medievais da UFRJ e tem longa experiência no tema, tal como se comprova em seus projetos de pesquisa e em suas publicações. Antes da entrevista propriamente dita, o entrevistador faz uma breve introdução sobre os Estudos de Gênero na área da História, destacando marcos iniciais, questões conceituais e contextuais, bem como os desafios para o avanço deste campo de estudo na historiografia brasileira, em particular entre os(as) medievalistas. Ao longo da entrevista, Marcelo Pereira Lima soube explorar bem a experiência e o conhecimento mobilizado pela professora Andréia Frazão em suas investigações e orientações no âmbito do Instituto de História da UFRJ. Partindo da trajetória profissional e acadêmica da referida historiadora, passando por sua aproximação com os Estudos de Gênero, pela forma como ela entende e opera as categorias/conceitos em suas análises, pela recepção deste tipo de estudos nos ambientes institucionais e pelo público, entre outros aspectos abordados na entrevista. Enfim, um quadro bastante atual sobre os Estudos de Gênero na medievalística brasileira, repleto de detalhes e exemplos que ajudam a ilustrar a forma como a professora Andréia Frazão trabalhou nos últimos 15 anos, e que servirá de guia aos estudantes, pesquisadores e mesmo aos simples interessados em aprofundar seus conhecimentos neste campo de investigação.

Do início ao fim, do primeiro ao último texto, a atual edição de *Veredas da História* se apresenta aos leitores como uma manifestação de resistência intelectual brasileira no contexto de uma crise de valores (verdadeiro *déficit* de senso humanitário) que atinge não só os ambientes acadêmicos, mas a sociedade como um todo, o que se comprova cotidianamente com o crescimento dos índices de violência (que refletem situações reais) e o embate estabelecido entre as diferentes instituições que compõem os poderes supostamente organizados no Brasil republicano. Contra a imposição de um “caminho único” na Historiografia e na sociedade, a *Veredas da História* se posiciona em defesa da diversidade, da crítica e do debate como bases norteadoras do desenvolvimento acadêmico/científico e da própria sociedade brasileira.

DIÁLOGO DE SURDOS OU VOZ QUE CLAMA NO DESERTO? UM BREVE ENSAIO SOBRE O REVISIONISMO HISTORIOGRÁFICO NA MEDIEVÍSTICA BRASILEIRA DO SÉCULO XXI

Bruno Gonçalves Alvaro¹

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe

Resumo: Já há alguns anos é perceptível uma nova postura na medievística produzida no Brasil: os ditos clássicos, adormecidos pelas querelas de poder dentro dos Departamentos Universitários, ou mesmo nunca antes folheados, me parecem estar sendo ressuscitados ou pelo menos lidos com mais atenção. Tal caminho, evidentemente, é frutífero, contudo, nele jaz algo além do compromisso sério com a crítica historiográfica. Para nós, o ato de alguns jovens medievalistas atualmente retomarem alguns livros e teses se apropriando de suas ideias, as readaptando e revisando, nos permite, não sem certa ousadia, analisar nosso campo de atuação e as relações de poder nele imbricadas: dos convites específicos para publicações às críticas veladas ao pé do ouvido e, ainda, o quanto o termo “revisionismo” tem, infelizmente, se convertido nas conversas de corredor num novo rótulo depreciativo depositado como um jugo injusto nas costas de alguns poucos corajosos que teimam e não se abalar. Neste breve ensaio crítico, pretendemos demonstrar o quão atual é o que se tem tido por ultrapassado e o quanto ainda devemos àquilo que se teima jogar para o porão sempre que uma voz dissonante clama a sós no deserto acadêmico enquanto aqueles assentados nos tronos de marfim dialogam sem se ouvir, mas se unem para rotular os que se mantêm avessos aos modismos intelectuais.

Palavras-chave: Medievística – Ensaio Crítico – Século XXI

A MUTE DIALOGUE OR A SOUNDING VOICE IN THE DESERT? AN ESSAY ON
HISTORIOGRAPHICAL REVISIONISM IN BRAZILIAN MEDIEVAL STUDIES IN
THE 21ST CENTURY

Abstract: For a few years now a new posture in the medievalism produced in Brazil has been perceptible: the so-called classics, a state of dormancy because of the quarrels of power within the University Departments, or even never before handled, seem to be being resurrected or at least to be read with more attention. Such a course is evidently fruitful, although something beyond serious commitment to historiographical criticism lies in it. In our perspective, the fact that some young medievalists are resuming some

¹ Professor Adjunto III de História Medieval no Departamento de História e no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe (DHI/PROHIS-UFS). Pós-doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso (PPGHIS-UFMT). Líder do *Dominium*: Estudos sobre Sociedades Senhoriais (CNPq-UFS) e vice-líder do *Pontificalis*: Estudos sobre Poder e Sagrado (CNPq-UFMT). E-mail: brunoalvaro@ufs.br.

Dedico este ensaio ao amigo e professor Dr. Leandro Duarte Rust (UFMT), por dividir comigo as esperanças e os pessimismos desta finita jornada e, finalmente, aos meus orientandos, pois neles jaz minha esperança contra o pessimismo do fim.

books and theses, appropriating their ideas, re-adapting and revising them, allows us, not without some daring, to analyze our academic field and the relations of power imbricated therein and dedicate our attention to practices like these: the specific invitations for publications, the critics veiled by the ear, the perception about how much the term "revisionism" has unfortunately become the talk of a runner on a new derogatory label deposited as an unjust yoke on the backs of a few brave ones who stubborn and do not back down. In this brief critical essay, we intend to demonstrate how present is what has been considered overtaken and how much we still owe to what is thrown to the basement every time a dissonant voice cries out alone in the academic desert, while those sitting on the ivory thrones dialogue without being heard, but united themselves to label those who remain averse to intellectual fashions.

Keywords: Medievalism – Critical essay – 21st century

À que se destina este ensaio

Neste texto, a intervenção que propomos por meio da proteção libertadora que a palavra “ensaio” muitas vezes nos proporciona, longe de manifestar um descontentamento juvenil, algo que a idade muito em breve já não nos permitirá mais, tem por objetivo compartilhar com os leitores que, por ventura, tomem entre seus dedos estas poucas páginas, algumas impressões a respeito da importância que o revisionismo historiográfico deveria ter nas pesquisas defendidas no campo da História Medieval em nosso país e o quanto ele nos permite, também, analisar nossa área de atuação e as relações de poder nela imbricadas.

Na verdade, pretendemos, de maneira breve, expor aquilo que temos entendido como um problema relacionado a algo que poderíamos chamar de “tacanharia institucional”. Ora, apesar de já há alguns anos ser perceptível uma nova postura na medievalista brasileira, sendo os ditos clássicos, antes adormecidos pelas querelas de poder dentro dos Departamentos Universitários, ou mesmo nunca antes folheados, ressuscitados ou, pelo menos, lidos com mais atenção, o revisionismo tem sido, muitas vezes, mal manuseado e interpretado por alguns, e com isso deixa aflorar obstáculos bem mais graves do que a falsa ideia de “veja, inventamos a roda!”.

As veredas da revisão historiográfica evidentemente são frutíferas, mas consideramos que nessas trilhas escondem-se outros problemas sintomáticos a respeito das relações de poder nas instituições de pesquisa e ensino e que mascaram o compromisso sério com a crítica da História, objetivo principal, a nosso ver, de todo revisionismo. No geral, podemos ressaltar dois.

O primeiro deles diz respeito àquilo que bem denunciou Alain Guerreau em o *Feudalismo: um horizonte teórico*, de 1980: as relações personalistas e a reprodução acrítica de postulados historiográficos como se fossem novidades. Este último, apenas grave quando se trata de quem ignora a crítica ao estado da arte e não entende o recurso da ironia em mesas redondas de eventos acadêmicos quando se trata do clamor de retirar o pó dos clássicos adormecidos nas estantes.

O segundo, não isolado do primeiro, trata-se da dificuldade com que nossos pulmões iluministas respiram os ares ditos pós-modernos, especificamente, em nosso campo de estudo: a História Medieval (LIMA; RUST, 2008).

Para esboçar tal fragilidade epistemológica abordaremos de maneira rápida neste artigo, um caso específico de estudo: os debates sobre senhorio e feudalismo.

Enfim, neste ensaio crítico, pretendemos demonstrar o quão velho é o que se tem tido por novo e o quanto ainda devemos àquilo que se teima jogar para o porão sempre que uma voz dissonante clama a sós no deserto acadêmico enquanto aqueles assentados nos tronos de marfim dialogam sem se ouvir.

Qual a paisagem além do horizonte?

Compreendemos que três livros deveriam realmente ser (re)lidos com melhor atenção e menos preconceitos pelos já consagrados medievistas tupiniquins, e com certa urgência pelos aspirantes: o já citado Guerreau, de 1980, que além de uma série de propostas para a análise do feudalismo, denuncia o quanto falhamos no tal chamado “revisão historiográfico” e, finalmente, seu *L’Avenir d’un passé incertain*, de 2001, o qual utilizamos a edição espanhola de 2002 para este nosso ensaio. Este último livro – apesar de toda repercussão crítica a partir de um conhecido artigo de Carlos Astarita (2003-2004) – nos alerta sobre a tripla exigência que recai sobre todo intento de empreender uma história da medievística (que não deixa de ser um revisionismo). Para Guerreau é necessário:

- 1) hacer como si conociéramos sobradamente el tema de estudio (la civilización medieval) para valorar con este criterio la evolución de los conocimientos;
- 2) conocer suficientemente la historia de la sociedad europea posterior al siglo XVIII para poder percibir las relaciones entre las tensiones y evoluciones sociales y las posturas ideológicas;

- 3) disponer de nociones sobre el desarrollo del conjunto de las ciencias sociales desde el siglo XVIII para poder insertar con precisión la medievalística (GUERREAU, 2002, p. 9).

Não adentraremos, como o professor Astarita, numa análise profunda das doze teses apresentadas por Alain Guerreau ao término de seu livro, entretanto, é necessário chamar atenção para a importância dada por este medievalista francês à necessidade de nos debruçarmos nesses três itens que, assim como ele, defendemos serem fundamentais para não cairmos numa miopia conjuntural.

Antes que o grupo da fragmentação e especificidade se una para derrubar nosso posicionamento em sintonia com tal proposta guerreuniana, complementamos a citação em como defesa argumentativa:

El programa es irreal, y el dilema corneliano: o nos resignamos de entrada a descartar una parte de estas exigencias, y corremos el riesgo de ser arrastados por los remolinos asesinos de visiones erróneas y lagunas excesivas. (...): hay que lanzarse al agua (GUERREAU, 2002, p. 9).

Para nós, o revisionismo historiográfico deve ser encarado como um mergulho em águas profundas e como todo e qualquer tipo de empreitada como essa, há de se ter cuidado, seja com a própria profundidade e ausência de fôlego – não obstante, algo contornável por meio de um treinamento adequado dos pulmões – ou com os predadores escondidos pelo caminho, estes sim, o maior e real perigo à nossa espreita.

Don Quijote y sus molinos de viento: Senhorio e feudalismo em debate

Tomemos então como exemplo o debate a respeito do senhorio e do feudalismo e seu estado atual da arte revisionista e o quanto as relações de poder nas instituições acadêmicas travaram e travam o seu conhecimento. Todos nós sabemos que o debate é antigo e bem específico – porém, ainda não superado –, por isso mesmo tiraremos dele a fatia que nos cabe. Talvez, este um ponto de discordância entre Guerreau e nós, já que nos fixaremos na quimera sobre o dito feudalismo espanhol.

O estudo dos irmãos siameses senhorio e feudalismo para o caso hispânico é curioso e, por isso mesmo, frutífero e fundamental para que apliquemos a ideia guerreuniana da tripla exigência.

Por ocasião de nossa pesquisa doutoral, nos deparamos com um senhorio episcopal até então desconhecido, ao menos, pelos especialistas brasileiros: Sigüenza (ALVARO, 2013).

Localizado numa região fronteira e diretamente relacionado às querelas entre os reinos de Castela-Leão e Aragão, o senhorio episcopal seguntino, no decorrer dos séculos XII e XIII, exerceu uma significativa importância no jogo político e nas relações de negociação e interdependência entre senhores bispos e senhores laicos, dos quais, inevitavelmente, estamos inserindo também a monarquia aqui representada por Alfonso VI, Urraca I, Alfonso VII e Alfonso I, o batalhador, para ficarmos apenas no contexto do décimo segundo século.

A questão é que só a ponta de um iceberg se colocou à nossa frente e para entender melhor no que estávamos prestes a trabalhar – quanta inocência a nossa – decidimos, por conta própria, mergulhar nas profundas e congelantes águas historiográficas sobre o tema. Eis o primeiro choque que tivemos: ficamos diante de olhos que não veem e ouvidos que não ouvem. O debate estava fadado ao insucesso!

Nosso primeiro mergulho foi alarmante, nada era novo e mesmo o que se tinha por velho, na verdade, havia sido abafado nos porões da História. Debates, interessantíssimos entre Américo Castro e Claudio Sanchez Albornoz tornaram-se, no nosso país, arrogantemente, exemplos jogados como pó para debaixo do tapete. Aliás, na verdade, mal, nós medievistas brasileiros adentramos no conhecimento sobre este debate e já o classificávamos como defasado, quando tem sido nos últimos anos resgatado na própria Espanha, não para rediscutir o “ser espanhol”, mas, sim, para perceber o quanto o revisionismo historiográfico possibilita entendermos a construção dos discursos inseridos nas relações de poder nas quais o próprio revisionismo deságua em sua contemporaneidade. No mais, o resumo é simples, Sanchez Albornoz, vitorioso, ditou durante certo tempo com régua e compasso, as linhas a serem seguidas, restavam poucos pesquisadores em História Medieval no Brasil que conseguiam enxergar além disso ou da proposição de um de seus mais famosos discípulos: “*España no se feudalizó políticamente*” (GARCÍA DE VALDEAVELLANO, 1981, p. 67).

Antes que esse conhecido caso não se torne pedra de tropeço para que percamos nosso caminho e enfade a leitura, é necessário afirmar que mesmo o silêncio e o resgate do estudo sobre o feudalismo na Espanha, a partir de meados da década de 1970, não

devemos ignorar tal dado, estão inseridos em querelas institucionais muitas vezes ignoradas por nós brasileiros, não todos, saibamos, porém a maioria. Pensar, por exemplo, na contribuição do materialismo histórico, para alguns, é como banho em gato e o preconceito jaz embutido no atraso e no gesto torpe de ignorar que o dito “marxismo” quando se trata de feudalismo já foi muito além do modo de produção!

De todo modo, quando o pesquisador se confronta com todo um *corpus* historiográfico ibérico vindo desde o século XVIII, no qual, por exemplo, Sigüenza se inseria como bastião de feudalização por um lado e não feudalização por outro, resta apenas aos mais corajosos – ou loucos – buscar entender as motivações dos autores, todos eles adeptos, pasmem, do amedrontador conceito de *Reconquista*, primo-irmão dos debates sobre feudalismo ibérico (espanhol) (GARCÍA FITZ, 2010).

Tal empreitada foi relativamente simples, se inscrevia no que muito bem explicaram García de Valdeavellano (1981), Valdeón Baroque (1999) e tantos outros. Daí fomos um pouco mais longe: em Herculano (1786), Muñoz y Romero (1858), Francisco de Cardeñas (1873-1875). Não nos satisfizemos. É sempre necessário ir um pouco mais a fundo, no XVII e nos deparamos, por exemplo, com Diego Sánchez Portocarrero (1646) e Gil González Dávila (1645-1650), neles estavam diversas respostas até então cristalizadas na História, como, por exemplo, sobre a reconquista de Sigüenza pelas mãos do bispo Bernardo de Agen.

Entretanto, nos chocamos com outra dificuldade já posta aqui: o uso do termo “reconquista”, outro enunciado que nos parece ter estancado nas areias do tempo em nosso país e extremamente manuseado como *sensu comum*, mesmo quando trabalhos como os de Martín Federico Ríos Saloma (2011), Francisco García Fitz (2010), entre outros, vem demonstrando a operacionalidade do termo ou mesmo realizando uma substancial revisão crítica para a História (RÍOS SALOMA, 2013).

Em resumo, no ofício do historiador, a revisão não deve jamais funcionar como mera erudição ou *modus operandi* para primeiros capítulos de dissertações e teses. Não identificamos muito sentido em gastar tinta e papel inventariando títulos e nomes se o objetivo não se constrói no fim de algo e este algo, ao menos consideramos, deve dizer respeito direto a perceber como o documento manuseado como fonte de estudo para analisar determinado tipo de tema, se insere juntamente a este mesmo tema numa gama de relações de poder no passado e no presente no qual, politicamente, o pesquisador está

inserido através da historiografia.² Um ato “político”, infelizmente, muitas vezes voltado ao ego mais do que à vontade de se superar e contribuir cientificamente com o que se está estudando.

Tal tipo de atitude nefasta é que leva os críticos de orelha de livro a entoarem o cântico uníssono que tem transformado o trabalho revisionista no novo postulado depreciativo dos espaços universitários. Diríamos até que, ao lado da escolha pela abordagem “marxista”, ser hoje chamado de “revisionista” soa nos diálogos escondidos como uma afronta. Afinal, quantas vezes não é perceptível risos jocosos ou mesmo atitudes antiacadêmicas contra colegas publicamente adeptos ao Materialismo Histórico Dialético de Marx?

Expomos mais um exemplo curioso sobre as relações de poder inseridas no revisionismo historiográfico.

Não utilizar numa pesquisa cujo objetivo é estudar relações de interdependência e negociações, especificamente na *Hispania*, o termo feudalismo e extirpá-lo substituindo-o por senhorio, mas identificando e manejando este último como parte integrante e, certamente, até mais importante que o feudo e as relações de vassalagem em todo um processo de dominação – como bem demonstrou Robert Fossier (apud BASCHET, 2006) –, nada mais é do que um desnecessário *mutatis mutandis*. Ou os pesquisadores de História Medieval brasileiros se posicionam de uma vez demonstrando sua opção pelo conceito de *sociedade feudal* para a Península Ibérica ou, enfim, adotam de vez o *senhorio* como um conceito a ser aprofundado e sinônimo das amplas relações de dominação inseridas nas *sociedades senhoriais*, estas que vão muito além das relações feudo-vassálicas e do maldito “medievo”.

O feudalismo e o senhorio como postulados de estudos separados na historiografia espanhola não são cavalos de batalha recentes. Ao contrário, já se encontram no campo há muito tempo, como podemos observar através de um trecho de um artigo do historiador Carlos Estepa Díez:

Un análisis amplio sobre las relaciones feudovasalláticas y su terminología forzosamente nos llevará más allá de la nobleza. Naturalmente, puede afirmarse que las instituciones feudovasalláticas se refieren básicamente a ésta. Pero también se ha de poner de relieve que los feudos, en definitiva, son concedidos porque comportan unas

² Ironicamente, postura mais pós-moderna do que essa: ainda não vimos.

rentas satisfechas por los campesinos. Si un señorío es un feudo, ello no deja de ser una cuestión técnica; lo sea o no lo importante es que hay un dominio sobre hombres y tierras. Para el estudio de una sociedad, ¿no es esto último lo más importante?

Sin duda una versión restringida o técnica del feudalismo y de las relaciones feudales es legítima en cuanto que sirve para analizar parte de la realidad histórica, si bien pienso que el estudio de las instituciones feudovasalláticas también puede y debe integrarse en una versión más amplia del feudalismo. Por otro lado, desde las perspectivas restringidas se ha hablado de abuso de lenguaje. Ciertamente, los términos *feodality*, *feudalism* fueron inventados en los siglos XVII y XVIII. Eso no quiere decir que se inventen las realidades históricas a las que se quería aludir mediante estos conceptos. ¿O es que no debemos dar crédito y, por tanto, rechazar de plano, el pensamiento de los ilustrados como si éstos no hubieran sido conscientes de que en la sociedad en la que vivían había al menos restos de un sistema político y social que dificultaba el progreso? En mi opinión la formulación de estos conceptos en la Edad Moderna, lejos de ser un obstáculo para el conocimiento de las sociedades medievales, puede calificarse como una de las primeras aproximaciones teóricas al análisis de las realidades históricas pasadas, y por ende justificar una versión amplia del feudalismo (ESTEPA DÍEZ, 2010, p. 80 e 81).

Não é coincidência que Estepa Díez parta do campo do materialismo histórico, porém, longe de propor uma reformulação metodológica, ele tem defendido ferramentas conceituais para entender a formação e o desenvolvimento do feudalismo em Castela e Leão (COELHO, 2006). O centro de suas análises se situa no poder dos senhores e na dependência camponesa e, para seu estudo, este medievista espanhol tem indicado a utilização de novas categorias de análise: *propiedad dominical*, *dominio señorial* y *señorío jurisdiccional* (ÁLVAREZ, 2010).

O que nos chama atenção, não sem certa ironia, é esta postura de uma análise mais ampla do feudalismo na Hispânia partir dos tão mal falados e “atrasados” marxistas! Que não nos interpretem mal as leitoras e leitores, mas um dos atuais potes de ouro no fim do arco-íris tem sido, ao menos nas teses defendidas sobre o assunto no Brasil, encontrar uma definição satisfatória para senhorio. Ora numa esquizofrênica separação do fenômeno do feudalismo, ora como sinônimo a ele. Porém, de maneira mascarada, defende-se que ele é muitas coisas: tipo de poder, território, pressuposto para fronteiras, direito adquirido por doação ou força, etc. Vários medievalistas, pós-modernos ou não, como gatos entretidos com um novelo, vão e vem e não o determinam (BARTHÉLEMY, 2002). Eis uma provocação instigante para pulmões iluministas,

como os nossos, em tempos ditos pós-modernos: Não seria a hora de pensar nas relações em que o senhorio se concretiza no passado e no presente muito mais do que defini-lo de forma abstrata, tendendo quase ao desespero de considerá-lo – por que não? – como uma “categoria vazia e transbordante, porém útil para a análise”?³

Consideramos que os nossos desconfortos estão postos de forma clara até aqui: não há nada de novo.

Porém, não está aí o problema mais profundo. Ele reside quando olhamos para o que julgamos ser velho e ultrapassado e ignoramos os porquês políticos-institucionais que o fizeram assim e, o pior, o mantêm assim.

“Eu estou remando rio acima por prazer”

Deste modo, nos ateremos agora na parte, talvez, mais delicada e que nos encaminha para o término de nosso ensaio: os chamados personalismos.

A escolha pelo estudo de um tema já cristalizado como lugar comum na História Medieval, seja no Brasil ou no Turcomenistão, perpassará, sem dúvidas, por desassossegos, combates e debates e, em alguns casos, a compra pública da incompreensão por parte do sonolento desinteresse dos possíveis interlocutores ou, nas palavras do finado Valdeón Baruque (1999), “uma guerra de surdos”.

Sendo assim, o terceiro livro que consideramos ser de indispensável (re)leitura é o estudo de Antoine Prost sobre o contexto do ofício de historiador na França do século XX, publicado em 1996, cuja edição em português, por nós utilizada, data de 2008.

Não menos polêmico que os supracitados trabalhos de Alain Guerreau e tão operacional ao Brasil quanto estes, suas doze lições sobre a História (da e na França) tocam num ponto fundamental e que tem sido cada dia mais, com raríssimas exceções, abafado pelo que chamei de “tacanharia institucional”: a crítica e o debate.

O primeiro item (crítica), acreditamos ter demonstrado sua importância, principalmente, quando da onda revisionista que temos surfado nos últimos anos, para bem ou para mal. O segundo (o debate), insere-se em espaços como os eventos acadêmico-científicos. E como afirma Prost:

³ Aqui fazemos uma breve referência ao famoso postulado utilizado pelos historiadores de Gênero adeptos à linha teórica de Joan Scott que afirma em dado momento que: “man and woman are at once empty and overflowing categories”. (SCOTT, 1999, p. 49).

Entre as diferentes estratégias de poder desenvolvidas sob a aparência do progresso da ciência, uma arbitragem científica reconhecida seria, apesar de tudo, útil: ora, isso é raro. As defesas de tese e os colóquios – que deveriam constituir os momentos apropriados do confronto científico – são também, para não dizer, em primeiro lugar, manifestações de sociabilidade em que a convivência prevalece em relação ao rigor e à busca da verdade. As defesas de tese tendem a tornar-se simples celebração dos méritos do candidato; assim, a formulação de uma crítica – por maior força de razão, justificada – aparece, às vezes, como descabida. Para se desenrolar com harmonia, o rito de passagem a que são convidados os amigos, relações e familiares do impetrante exige padrinhos, de preferência, prestigiosos e, antes de mais nada, benevolentes. Se essa deriva continuar, os membros dos júris que identificarem erros em uma tese – sempre possíveis, a exemplo do que ocorre em qualquer livro de história – serão julgados tão mal-educados quanto um convidado ao fazer a observação de que o assado está queimado (PROST, 2008, p. 49).

Que nos acalmemos, é evidente que é sempre bom estarmos entre amigos e socializar com os mais próximos nos eventos. E quanto às defesas, elas não deixam de ser um momento especial para orientados e orientadores. Contudo, também percebemos com maus olhos o arrefecimento do debate.

Duas questões-dúvidas nos saltam diante da supracitada constatação: e quando os convites para bancas e congressos deixam de surgir, não por nossa ineficiência profissional, mas por não estarmos diante da mesma praia que o *establishment* em vigor? Ou seria ineficiência profissional sinônimo de não pertencimento ao *establishment*?

Infelizmente, não! O processo de marginalização dá-se do mesmo modo, e com as mesmas ferramentas que a teoria X ou Y de explicação para um tema D ou E se concretizaram e se concretizam configurando, na pior das hipóteses, o *establishment*.

Logo, só podemos concluir que o dito *persona non grata*, muitas vezes não é necessariamente aquele que confunde História Medieval com eurocentrismo num congresso; Idade Média com Idade das Trevas num colóquio ou desconhece um debate historiográfico específico no qual uma de suas hipóteses está fundamentada. Mas, acaba sendo aquele que alertou uma metafórica mente confusa sobre o equívoco destes detalhes.

(In)Conclusões: Diálogo de surdos ou voz que clama no deserto?

Reafirmamos que este ensaio não trata de entoar uma cantiga de roda derrotista ou de desesperança sobre nossa área. Mas, sim, de cultivar a vontade de resistir e de fazer de espaços de trocas, como revistas, eventos acadêmicos, bancas de defesas, etc., verdadeiros âmbitos para debate.

A medievística no Brasil é uma realidade que pouco a pouco vai se desvencilhando das profundas raízes de leituras de orelhas de livros e notas de rodapé que ilustram uma falsa erudição e caminha para um sério revisionismo do nosso próprio campo que não será concluído e nem deve ser, é claro. Esbarramos-nos no receio, evidente. Contudo, deixamos de engatinhar já um bom tempo, atrasados, mas deixamos. Mesmo que ser revisionista em História Medieval no Brasil transforme-se em um *topoi* de Cervantes nos fazendo lutar contra moinhos de vento.

Nas palavras de Carlos Astarita,

(...) la originalidad no se busca, se la encuentra. No es la premisa sino el resultado de la investigación. (...) Un comentario adicional nos recuerda que el análisis historiográfico no se nutre sólo de circunstancias generales sino de trayectorias individuales (ASTARITA, 2003-2004, p. 207).

Finalmente, reafirmamos que estamos diante de uma conjuntura que vem se modificando gradativamente no nosso país no que diz respeito aos estudos medievais e cada vez mais testemunhamos jovens historiadores combativos social e politicamente, entendendo que a História vai além de arremedos e modismos. Basta verificar as publicações de teses e coletâneas historiográficas de 2011 até este ano – para ficarmos na década atual – e perceber que o futuro bate à nossa porta. Só nos falta, enfim, lembrar que os surdos também conversam através de sua língua de sinais, cabe a nós somente a vontade de aprendê-la. E não nos esquecermos jamais que toda voz solitária no deserto prepara o caminho para alguém, tanto quanto clama por ser ouvida.

Referências:

ALMEIDA, Néri de Barros; NEMI, Ana; PINHEIRO, Rossana. **A construção da narrativa histórica (Séculos XIX e XX)**. Campinas/ São Paulo: Ed. Unicamp/ Ed. Fap-Unifesp, 2014

ÁLVAREZ, Ignacio. Señorío y feudalismo en Castilla. Una revisión de la historiografía entre los años 1989-2004. In: SARASA SÁNCHEZ, Esteban; SERRANO MARTÍN,

Eliseo. (Eds.). **Estudios sobre señorío y feudalismo (Homenaje a Julio Valdeón)**. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2010. p. 107-196.

ALVARO, Bruno Gonçalves. **As Veredas da Negociação: Uma Análise Comparativa das Relações entre os Senhorios Episcopais de Santiago de Compostela e de Sigüenza com a Monarquia Castelhana-Leonesa na Primeira Metade do Século XII**. Rio de Janeiro, 2013. 297 p. Tese (Doutorado em História Comparada) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

ASTARITA, Carlos. Las tesis de Alain Guerreau. **Edad Media: Revista de Historia**, n. 6, p. 183-207, 2003-2004.

BARTHÉLEMY, Dominique. Senhorio. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. (Coord.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru, SP; São Paulo, SP: EDUSC; Imprensa Oficial do Estado, 2002. 2v. V. 2, p. 465-476.

BLOCH, Marc. **A Sociedade Feudal**. Lisboa: Edições 70, 1982.

_____. La genèse de la seigneurie: Idée d'une recherche comparée. **Annales d'histoire économique et sociale**, Paris, t. 9, n. 45, p. 225-227, May, 1937.

BOUTRUCHE, Robert. **Seigneurie et Féodalité. I: le premier âge des liens d'homme à homme**. Paris: Aubier, 1959.

BROWN, Elizabeth A. R. The Tyranny of a Construct: Feudalism and Historians of Medieval Europe. **The American Historical Review**, Oxford, v. 79, n. 4, p. 1063-1088, oct., 1974.

CÁRDENAS, Francisco de. **Ensayo sobre la historia de la propiedad territorial en España**. Madrid: Imprenta de J. Nogueira, 1873-1875. 2 tomos.

CASTRO, Américo. **España en su historia. Cristianos, moros y judíos**. Barcelona: Crítica, 1984.

COELHO, María Filomena. **Expresiones del poder feudal: El Císter femenino en León (siglos XII y XIII)**. León: Universidad de León/ Secretariado de Publicaciones, 2006.

ESTEPA DÍEZ, Carlos. Notas sobre el feudalismo castellano en el marco historiográfico. In: SARASA SÁNCHEZ, Esteban; SERRANO MARTÍN, Eliseo. (Eds.). **Estudios sobre señorío y feudalismo (Homenaje a Julio Valdeón)**. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2010. p. 77-105.

GARCÍA DE VALDEAVELLANO, Luis. **El feudalismo hispánico y otros estudios de historia medieval**. Barcelona: Ariel, 1981.

GARCÍA FITZ, Francisco. **La Reconquista**. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2010.

GONZÁLEZ DÁVILA, Gil. **Teatro de las Iglesias Metropolitanas y Catedrales de las dos Castillas. Vidas de sus Arzobispos y Obispos, y cosas memorables de sus sedes**. Madrid: Imp. de Francisco Martínez, 1645-1650. III Tomos.

GUERREAU, Alain. **El futuro de un pasado – La Edad Media en el siglo XXI**. Barcelona: Editorial Crítica, 2002.

_____. Feudalismo. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. (Coord.) **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru: Edusc; São Paulo: Imprensa Oficial do estado, 2002. 2v. V.1, p. 437-455

_____. Fief, féodalité, féodalisme. Enjeux sociaux et réflexion historique. **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**, Paris, 45e année, n. 1, p. 137-166, 1990.

_____. **O Feudalismo: Um horizonte teórico**. Lisboa: Edições 70, 1982.

HERCULANO, Alexantre. Da existencia ou não-existencia do feudalismo nos Reinos de Leão, Castella e Portugal. In: _____. **Opúsculos**. Lisboa: Viúva Bertrand, 1786. 10v. V. 5. p. 191-315. Disponível em: http://purl.pt/718/1/p-5641-p/p-5641-p_item1/index.html. Último acesso: 10 de janeiro de 2013.

LIMA, Marcelo Pereira; RUST, Leandro Duarte. Ares pós-modernos, pulmões iluministas: Para uma epistemologia da História Comparada. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, junho de 2008. Disponível em: http://www.hcomparada.ifcs.ufrj.br/revistahc/artigos/volume002_Num001_artigo002.pdf. Último acesso: 3 de fevereiro de 2012.

LINEHAN, Peter. **Historia e historiadores de la España medieval**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2001.

MOTA, Mario Jorge da. **Assim na terra como no céu: Paganismo, cristianismo, senhores e camponeses na Alta Idade Média Ibérica (Séculos IV-VIII)**. São Paulo: Edusp, 2013.

MUÑOZ Y ROMERO, Tomaz. **Diccionario bibliográfico-histórico de los antiguos reinos, provincias, ciudades, villas, iglesias y santuarios de España**. Madrid: Imprenta y Esteriotipa de M. Rivadeneyra, 1858.

NASCIMENTO, Renata de Sousa; NETO, Dirceu Marchini. (Orgs.). **A Idade Média: Entre a História e a Historiografia**. Goiânia: Ed. PUC-Goiás, 2012.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RÍOS SALOMA, Martín Federico. **La Reconquista en la historiografía española contemporánea**. Madrid: Silex ediciones, 2013.

_____. **La Reconquista: Una construcción historiográfica (siglos XVI-XIX)**. México; Madrid: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Históricas; Marcial Pons História, 2011.

RUST, Leandro Duarte. **Colunas de São Pedro: A política papal na Idade Média Central**. São Paulo: Annablume, 2011.

SANCHEZ ALBORNOZ, Claudio. **España. Un enigma histórico**. Barcelona: Edhasa, 2001. 2v.

_____. **En torno a los orígenes del feudalismo**. Buenos Aires: Eudesa, 1979. 3v.

SÁNCHEZ PORTOCARRERO, Diego. **Nuevo Catálogo de los Obispos de la Santa Madre Iglesia de Sigüenza. Epílogo de sus más memorables acciones y de los sucesos seculares más señalados en el Obispado, colegido de graves autores y de instrumentos auténticos**. Madrid: Imp. de Diego Díaz de la Carrera, 1646. (Faccímil)

_____. **Antigüedad del Muy Noble y Leal Señorío de Molina. Historia y lista real de sus señores, príncipes y reyes**. Madrid: Imprenta de Diego Díaz de la Carrera, 1641. (Faccímil)

SCOTT, Joan Wallach. **Gender and Politics of History**. New York: Columbia University Press, 1999.

VALDEÓN BARUQUE, Julio. **El feudalismo**. Madrid: Alba, 1999.

_____. El feudalismo hispánico en la historiografía reciente. **Historia, instituciones, documentos**, Sevilla, n. 25, p. 677-684, 1998.

Citação do verso “*Eu estou remando rio acima por prazer*” retirada de: BLANC, Aldir; BOSCO, João. Nada a desculpar. In: VIANNA, Luiz Fernando. **Aldir Blanc: Resposta ao tempo (Vida e Letras)**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013. p. 217-218.

Recebido em: 31/11/2016
Aprovado em: 20/12/2016

O QUE É A TEORIA QUEER? NOTAS INTRODUTÓRIAS DE UM SABER SUBALTERNO, SUBVERSIVO E CONTRA-HEGEMÔNICO

Cassiano Celestino de Jesus¹
Universidade Federal de Sergipe

Resumo: A moral não é queer. Nem a lei. Nem o direito. Isto é certo. Porém, a certeza tampouco é queer. O governo nunca é queer. Entretanto, dizer “nunca” não é nada queer. O gay talvez seja queer. Mas, afinal, o que é o queer? Provocativo e polêmico, o *queer*, como movimento e teoria, vem sendo ensaiado e contestado, internacionalmente e no Brasil. Mais do que traduções, classificações ou definições, o objetivo aqui é, de modo muito breve e didático, apresentar a vertente do pensamento conhecida como Teoria Queer, suas ideias-chave, conceitos e sugestões. Com este trabalho, esperamos compreender um pouco mais o desenvolvimento das investigações científicas sobre tal temática em nosso país.

Palavras-chave: Gênero; Teoria Queer; Judith Butler.

WHAT IS THE QUEER THEORY? INTRODUCTORY NOTES OF A SUBALTERN, SUBVERSION AND COUNTER-HEGEMONIC KNOWLEDGE

Abstract: Moral is not queer. Neither is the law. Nor rights. This is right. However, certainty is not queer whatsoever. The government never is queer. Although, to say never is not queer at all. Gay might be queer. But, after all, what is queer? Provocative and polemic, the queer, as a movement and theory, is being written and contested, internationally and in Brazil. More than translations, classifications or definitions, the goal here is, in a very brief and didactic way, to show the strand of thought known as Queer Theory, its keywords, concepts and propositions. With this paper, we hope to comprehend a little bit more the development of the scientific investigations about this thematic in our country.

Keywords: Gender; Queer Theory; Judith Butler.

Considerações Preliminares

Inicialmente, é importante destacar que não pretendo traduzir, classificar ou enquadrar o queer. Não existe uma definição absoluta, bem definida e imutável sobre esta vertente de estudos. O queer é plural. Ele transita e é heterogêneo. A ideia é possibilitar que pessoas (estudantes ou não), que não conhecem e não tem uma

¹ Graduando em História pela Universidade Federal de Sergipe. Bolsista de Iniciação Científica (CNPq-UFS) vinculado ao Projeto de Pesquisa *Idade Média e Teoria Contemporânea: Os Estudos de Gênero nas Dissertações e Teses de História Medieval nas Universidades Brasileiras (2000-2015)*, orientado pelo Prof. Dr. Bruno Gonçalves Alvaro (DHI-UFS). Email: cassianohistoria@gmail.com.

familiaridade com esta teoria, possam ter uma introdução e/ou alguns conhecimentos prévios sobre este campo de saber.²

A Teoria Queer questiona, provoca, gera desconforto, incômodo e, sobretudo, perturbação. Ela modifica o nosso olhar para pensar os corpos, as sexualidades e o gênero. Ela desestabiliza porque permite pensar “para além dos limites do pensável” (LOURO, 2015).

O impensável – leia-se uma sociedade não fundada na proibição das relações amorosas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo - não está fora da cultura, antes dentro dela, apenas de forma dominada. É possível pensar de forma insurgente pelas bordas do social, na região que foi propositalmente forcluída dele e, muitas vezes, relegada até mesmo ao reino do abjeto. Emerge assim um pensamento queer, não-normalizador, uma teoria social não-heterossexista e que, portanto, reconhece a sexualidade como um dos eixos centrais das relações de poder em nossa sociedade (MISKOLCI, 2014, p. 17).

Antes de abordar os diversos aspectos pertinentes à Teoria Queer, contudo, será oportuno entender o que é “Teoria”. Dito de forma muito breve, podemos entendê-la como uma *visão de mundo*. É através de teorias que os cientistas e os estudiosos de qualquer área de saber conseguem enxergar a realidade, ou os seus objetos de estudo, de formas específicas, seja qual for o seu campo de conhecimento ou de atuação (BARROS, 2014, p. 41-42).

A teoria vem da ideia de ver, daquilo que pode ser conhecido. Assim, para início de conversa, podemos enxergar o queer como uma teoria que torce o nosso olhar; que propõe enxergar o mundo de uma maneira não normativa e que não aceita a divisão sexual dos sujeitos entre “normais” e “anormais”.

Penetrando na “Teoria Cu”³

As origens da Teoria Queer remontam ao fim da chamada Revolução Sexual, dos movimentos liberacionistas e gays e do curto período de despatologização da homossexualidade, retirada da lista de enfermidades da Sociedade Psiquiátrica

² Início o resumo com uma citação da Guacira Lopes Louro (2015), evidenciado o quanto incerto para ser o queer.

³ Em inglês, a palavra Queer significa “bicha”, “viado”, “estranho”, “anormal”, é uma ofensa, insulto. Não há na língua portuguesa uma palavra com teor depreciativo tão forte quanto “queer” para a língua inglesa (LUGARINHO, 2001, p. 41). É impossível traduzir o queer para a língua portuguesa, visto a complexidade deste termo em inglês. A experiência da tradução deve se conformar com a proposta desconstrucionista: reinterpretando, reelaborando, desconstruindo (LUGARINHO, 2001). Desta forma, quando falo em “teoria cu”, mais que uma tradução para o queer, talvez eu esteja querendo (re)inventar e/ou reelaborar uma tradição para nossos saberes de cucarachas, periféricos e marginais (PELÚCIO, 2014).

Americana em 1973. Foi em meio ao refluxo conservador detonado pela epidemia da AIDS (1970-1980) que pesquisadores/as de diversos países desenvolveram análises inovadoras sobre a hegemonia política heterossexual (MISKOLCI, 2014).

O pesquisador Richard Miskolci⁴ evidencia que existem várias formas de pensar sobre o que é o queer. Ele/a tem uma origem multisituada, global. O queer não é só norte-americano, diversos pesquisadores/as de vários países contribuíram para a sua composição. Além disso, o autor não compreende a teoria queer como uma vertente de estudos estrangeiros que veio nos colonizar.

Assim como ele, o historiador Fernando Benetti, se opõe a uma concepção que entende a teoria queer como um conhecimento que veio nos colonizar pelos EUA. Em seu trabalho de monografia, o autor evidencia que bem antes da emergência desses estudos no Brasil, por aqui já se desenvolvia pesquisas com interpretações do que se convencionou a chamar de queer. Benetti, cita, por exemplo, o livro *O que é homossexualidade?* de Peter Fry e Edward MacRae (1985); Para ele, existem elementos ou pinceladas *queer* que podem ser percebidos no livro. Por exemplo, logo na introdução desta obra os autores afirmam que:

Desejos homossexuais são socialmente produzidos como são também produzidos desejos heterossexuais. Para nós, um, ou outro ou ambos têm o mesmíssimo valor e devem ser vistos com a mesma perplexidade normalmente apenas reservada para a homossexualidade (BENETTI, 2013, p. 17).

Para Benetti, este parágrafo está em consonância com os Estudos Queer, ao problematizar o caráter de normalidade da heterossexualidade e ao afirmar que as sexualidades devem ser interpretadas como construções sociais, possibilita afirmar que de fato, Fry e MacRae estão *queerizando* as sexualidades, estão problematizando o binarismo, e desconstruindo a heteronormatividade.

É possível afirmar que “*Teoria Queer*” é um rótulo que busca abarcar um conjunto amplo e relativamente disperso de reflexões sobre a heterossexualidade como um regime político-social que regula nossas vidas. Tratam-se de regulações sexuais e de gênero socialmente impostas que criam e mantêm desigualdades de toda ordem (MISKOLCI, 2014, p. 08).

O termo queer pode ser interpretado por estranho, excêntrico, raro e extraordinário. A expressão também se constitui na forma pejorativa com que são

⁴ Informação fornecida por Miskolci no I Seminário Queer, em São Paulo, em setembro de 2015.

designados homens e mulheres homossexuais. Este termo é assumido por uma vertente de movimentos homossexuais para caracterizar sua perspectiva de oposição e contestação. Para eles, queer significa ir contra a normalização, tendo como principal alvo a heteronormatividade (LOURO, 2001).

A Teoria Queer só ganha forma em 1991, com o artigo “Queer Theory: Lesbian and Gay Sexualities” de Theresa De Lauretis publicado na revista *Differences*. Neste texto, a autora utiliza pela primeira vez o termo “Teoria Queer” para designar um estudo que teria como objetivo descentralizar a heterossexualidade de seu lugar padrão e falar sobre aquelas/es que foram esquecidos, patologizados e medicalizados durante a história das sexualidades (BENETTI, 2013).

O Sociólogo Richard Milkolci afirma que é possível compreender Teoria Queer como um termo aberto, usado inicialmente nos Estados Unidos, pela já citada feminista italiana, Teresa De Lauretis, para apontar um olhar crítico e contra-normalizador que seria um denominador comum de uma vasta e diversa produção acadêmica que emergiria em meio ao pânico sexual da AIDS, na segunda metade dos anos oitenta, e já se consolidava na década seguinte. Além disso, bem antes de publicar o texto acima citado, foi em uma conferência na Califórnia, em fevereiro de 1990, que Teresa de Lauretis empregou a denominação Queer Theory para contrastar o empreendimento queer com os estudos gays e lésbicos (MISKOLCI, 2009).

A partir deste período este termo passa a descrever o trabalho de um grupo de intelectuais e sua perspectiva teórica. Assim sendo, a teoria queer passa a ser vinculada as vertentes do pensamento que problematiza e opera com a desconstrução das noções clássicas de sujeito, de identidade, e de identificação (LOURO, 2001). Para Seidman:

Os/as teóricos/as queer constituem um agrupamento diverso que mostra importantes desacordos e divergências. Não obstante eles/as compartilham alguns compromissos amplos – em particular, apoiam-se fortemente na teoria pós-estruturalista francesa e na desconstrução como um método de crítica literária e social; imaginam o social como um texto que deve ser interpretado e criticado com o propósito de contestar os conhecimentos e as hierarquias sociais dominantes (LOURO, 2015, p. 40).

Para os/as teóricos/as queer, a oposição heterossexual/homossexual pode ser questionada e abalada por meio de procedimentos desconstrutivos. Tal proceder poderá romper com a lógica binária e com seus efeitos: a hierarquia, a classificação e a exclusão. Esta desconstrução permitirá compreender a heterossexualidade e a

homossexualidade como interdependentes. Pois, a afirmação da identidade implica a negação do seu oposto, que é constituído como sua diferença (LOURO, 2015, p. 40).

Para a socióloga Larissa Pelúcio (2014), esta teoria surgiu como argumento político e contestatório ao movimento assimilacionista de gays e lésbicas norte-americano, mas, sobretudo de gays, aos impactos sociais da AIDS. Apesar de ter sido um saber formulado no Norte Global, vai ser uma resposta atrevida das pessoas marginalizadas por uma ordem regulatória dos corpos, das sexualidades e assim também das subjetividades. Uma ordem que recusa outros arranjos sexuais e de gênero que não estejam conformados a uma moralidade burguesa, medicalizada e marcadamente eurocentrada.

A Teoria Queer, preocupa-se em analisar a dinâmica da sexualidade e do desejo na organização das relações sociais. Teórica e metodologicamente, os estudos queer surgiram do encontro entre uma corrente da Filosofia e dos Estudos Culturais norte-americanos com o pós-estruturalismo francês, que problematizou concepções clássicas de sujeito, identidade, agência e identificação.

Os Estudos Culturais, emergem na Inglaterra e Estados Unidos dos anos 1970\1980. Um de seus objetivos é refutar as diferenças entre alta cultura e cultura popular, buscando estudar os grupos e culturas subalternas (MISKOLCI, 2009, p. 159). Foi dentro dos Estudos Culturais que emergiram outras linhas de pensamentos: os Estudos Subalternos. As reflexões da subalternidade nascem em oposição às formulações do marxismo hegemônico, baseados no conceito de “subalternidade” cunhado por Antônio Gramsci para designar aquelas/es que não eram audíveis pelo sistema capitalista.

Estes estudos buscam se endereçar às “minorias” sexuais, raciais, de gênero, imigrantes, deficientes (BENETTI, 2013). Para Pelúcio, os saberes subalternos não consistem somente em dar voz àquelas/es que foram privados de voz, e sim, participar do esforço de “prover outra gramática, outras epistemologias, outras referências que não aquelas que aprendemos a ver como “verdadeiras” (PELUCIO, 2012, p. 399).

A Teoria Queer é parte de um conjunto que podemos chamar de teorias subalternas, que fazem uma crítica dos discursos hegemônicos na cultura ocidental. Os/as teóricos/as queer focam na análise dos discursos produtores de saberes sexuais por meio de um método desconstrutivista. Enfim, busca romper as lógicas binárias que

resultam no estabelecimento de hierarquias e subalternizações. Interrogando como as fronteiras da diferença são constituídas, mantidas ou dissipadas (MISKOLCI, 2009).

Por conseguinte, o pós-estruturalismo é uma corrente teórica que busca problematizar as concepções clássicas de sujeito e identidade. Busca igualmente romper com a concepção cartesiana e iluminista de sujeito, que separa corpo e mente. O sujeito no pós-estruturalismo é sempre encarado como provisório, circunstancial e em construção permanente. Ele é criado pelas instituições, pela cultura, pela política; é sempre moldável e não pré-existente (MISKOLCI, 2009, p. 152). Os principais interlocutores do pós-estruturalismo são Michel Foucault, Jacques Derrida, Deleuze, Feliz Guatarri.

Os Estudos Queer têm em sua base duas obras principais que contribuíram para pensar sua teorização: *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*, de Michel Foucault, e *Gramatologia*, de Jacques Derrida. Estas duas obras têm funções muito importantes para que possamos entender o que pretende a Teoria Queer.

A intenção de Foucault neste livro, foi a de sugerir que os sexos são construídos discursivamente, a partir de uma obsessão a partir do século XVII, em regular as práticas sexuais e o que se falava sobre o sexo. Para isso criaram-se instrumentos de disciplinarização dos corpos, e o sexo é colocado no discurso. A apropriação que a Teoria Queer faz deste conhecimento é a de que com o passar do tempo e dos séculos, essa discursividade e esta vontade de saber sobre os sexos foi levada a um extremo discursivo tão excessivo, que teria contribuído para a formulação de uma heteronormatividade (BENETTI, 2013).

Desta forma, tal como foi formulada por Foucault (2005), os/as teóricos/as queer compreendem a sexualidade como um dispositivo histórico do poder⁵. Um dispositivo é um conjunto heterogêneo de discursos e práticas sociais, uma verdadeira rede que se estabelece entre elementos tão diversos como a literatura, enunciados científicos, instituições e proposições morais (FOUCAULT, 2005, p. 244).

Doravante, a contribuição de Jacques Derrida para a teoria queer se dá através de seu livro *Gramatologia*, publicado em 1967, onde trabalha com os conceitos de desconstrução e suplementariedade. É a partir do conceito de suplementariedade que

⁵ “A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder” (FOUCAULT, 2005, p. 100 apud MISKOLCI, 2009, p. 154).

conseguirmos perceber que o binarismo heterossexualidade - homossexualidade, ao invés de atuarem de forma hierárquica e repressora, na verdade existem de forma relacional. Ou seja, para Derrida todos os binarismos partem do princípio de uma complementariedade. Um depende do outro para existir. A heterossexualidade só existe, pois existe a homossexualidade para legitimá-la. Para Derrida, esta lógica binária poderia ser abalada a partir da técnica da desconstrução, que seria analisar, escavar, mudar os recursos de olhar, e subverter o lugar destes binários (BENETTI, 2013).

Os primeiros livros representativos da Teoria Queer são: *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da identidade*, de Judith Butler, de 1990, e *Between Men: English Literature and Male Homosocial Desire*, de Eve Kosofski Sedgwick. Em *Problemas de Gênero*, por exemplo, além de fazer uma genealogia detalhada sobre a funcionalidade do conceito de gênero para o feminismo, Butler fala pela primeira vez sobre a performatividade de gênero, este que veio a ser um dos conceitos centrais da Teoria Queer. Tratarei sobre isso mais adiante.

A Teoria Queer dentro do mundo das sexualidades trabalha com as bichas, os “viados poc poc”, as “sapatões caminhoneiras”, as travestis, drag-queens, transexuais. A Teoria Queer, portanto, não é uma defesa da homossexualidade, “é a recusa dos valores morais violentos que instituem e fazem valer a linha da abjeção, essa fronteira rígida entre os que são socialmente aceitos e os que são relegados à humilhação e ao desprezo coletivo” (MISKOLCI, 2012, p. 25).

O sociólogo Tiago Duque faz alguns alertas para estudantes interessados em começar a ler e estudar a Teoria Queer. O primeiro, vai no sentido de desconstruir a ideia de que o queer, por ser contra as identidades, se opõe aos movimentos sociais. Para ele, é equivocado pensar isso, pois, para as/os teóricas/os queer a identidade precisa ser defendida, mas não no sentido da fixidez ou da estratégia via generalizações a-históricas e essencialistas. Não se trata de abandonar as identidades, mas de reivindicá-las em outros termos. O seu compromisso político é o de evidenciar a produção de diferentes identidades não categorizáveis e a necessidade de mudar o repertório existente para que os indivíduos qualificados como menos-humanos, perseguidos, até mesmo assassinados, possam encontrar um mundo habitável e mais acolhedor (MISKOLCI; PELÚCIO, 2007).

Outro alerta é para estranhar os/as defensores/as de que, por ser algo vindo de fora, a perspectiva queer não serviria para as nossas análises mais locais. Para o autor,

há uma diversificada produção acadêmica que comprova o quanto isso não é verdade, não passa de uma crítica simplista, ingênua e equivocada. Além disso, a própria ciência no Brasil, como em diversos outros países, estaria em risco de não ser legítima, afinal, sempre recorreremos a autores que não são locais e que vieram antes de nós.

Por fim, para Duque, há ainda aqueles/as que apontam para uma suposta reprodução desnecessária por parte dos/as autores/as queers de uma crítica que já se faz presente em outros teóricos das Ciências Sociais. Dito de outro modo, como se o que o queer propõe não fosse nada inovador, afinal, via outros autores se chegaria às mesmas análises. Para o autor, se isso pudesse ser tomado como verdade, isto é, que, baseados em não queers, se chegaria à mesma crítica social, há de se questionar o motivo pelo qual isso não foi feito antes. Tiago Duque não está afirmando que a única crítica possível é a de viés queer. Mas, de não desconsiderar que as reflexões queers trouxeram novas análises e de diferentes efeitos ao campo da teoria social, aqui, e fora do Brasil.

“Judith Butler e a Teoria Queer”⁶

Por que Butler? Talvez a resposta para este questionamento seja um pouco simples, resolvo falar da Judith Butler porque, no Brasil, ela é considerada uma das fundadoras da teoria queer. Assim sendo, talvez seja inevitável discorrer sobre o queer sem falar da Butler. Tentaremos apresentar, de modo muito breve, seus principais conceitos e ideias-chave, próprios do pensamento queer. A nossa intenção não é definir suas teorias, e sim apresentá-las de uma forma bem didática, uma vez que é impossível resumir sua complexa filosofia em poucas linhas. Além disso, tal como o queer, ela rejeita a definição fácil e a estabilidade.

Judith Butler é professora de retórica e literatura na Universidade da Califórnia, em Berkeley. Estudou filosofia nos anos 1980, e seu primeiro livro *Subjects of desire: Hegelian Reflections in Twentieth-Century France*, lançado em 1987, teve como foco o impacto da obra de Hegel sobre os filósofos do século XX. Seus livros subsequentes recorrem amplamente a teorias psicanalíticas, feministas e pós-estruturalistas. Em maior ou menor grau, todos os seus livros levantam questões sobre a formação da identidade e da subjetividade. Butler, preocupa-se em questionar o “sujeito”, e os processos através dos quais ele vem a existir, através de que meios são construídos e como essas construções são bem-sucedidas (ou não) (SALIH, 2015).

⁶ Neste tópico, boa parte das minhas discussões serão realizadas utilizando-se, principalmente, o livro *“Judith Butler e a teoria Queer”* da Sarah Salih, publicado pela editora autêntica em 2015.

É bem provável que aquele que se disponha a conhecer a sua obra a receba, em um primeiro momento, como uma provocação. O tema central de suas pesquisas é o “gênero”, mas, olhando de perto, gênero não é um problema do campo da “sexualidade”, é um problema político e, mais perigosamente, um problema ontológico.

Seu trabalho procura desnaturalizar as “verdades” de toda a identidade que oprima as singularidades humanas que não se enquadram nos padrões normativos, morais e sociais. As pessoas não são mais definidas como homens e mulheres, mas como praticantes de sexualidade: homossexual, heterossexual, bissexual, transexual. Sua teoria critica a associação automática do sexo biológico das pessoas à identidade de gênero e à orientação sexual delas. Ela defende a noção de que a identidade e o gênero das pessoas são mais flexíveis do que isso.

Para Butler, a identidade não tem fim, se (re)constrói constantemente. O trabalho de Butler descreve os processos pelos quais a identidade é construída no interior da linguagem e do discurso. As instituições, os discursos e as práticas nos criam, ao determinar nosso sexo, nossa sexualidade, nosso gênero.

Ao ler os textos da referida filósofa, nota-se que fazer perguntas é o seu estilo preferido, e muito raramente ela lhes dá respostas. Butler não é uma pesquisadora que pretende resolver os problemas e as questões que levanta em suas análises. Ela vê a resolução como perigosamente antidemocrática, não tem a intenção de apresentar propostas, conclusões, e “pontos finais” sobre determinadas questões (SALIH, 2015).

Abjeção é um dos termos mais usados por teóricas/as queer.

Butler e o seu conceito (performativo) de Gênero

Butler desfaz a distinção sexo/gênero para argumentar que não há sexo que não seja desde já e, desde sempre, gênero. Todos os corpos são “generificados” desde o começo de sua existência social, o que significa que não há “corpo natural” que preexista a sua inscrição cultural. O gênero não é algo que *somos*, é algo que *fazemos*, um ato, ou mais precisamente, uma sequência de atos (SALIH, 2015). Ela desenvolve essa ideia logo no primeiro capítulo de seu livro *Problemas de gênero*, ao afirmar que:

O gênero é a contínua estilização do corpo, **um conjunto de atos repetidos no interior de um quadro regulatório altamente rígido** e que se cristaliza ao longo do tempo para produzir a aparência de uma substância, a aparência de uma maneira natural de ser. Para ser bem-sucedida, uma genealogia política das ontologias dos gêneros deverá desconstruir a aparência substantiva do gênero em seus atos

construtivos e localizar e explicar esses atos no interior dos quadros compulsórios estabelecidos pelas várias forças que policiam a sua aparência social (BUTLER, 2008, p. 33). **Negrito nosso.**

O gênero é um estilo corporal, um ato, uma “estratégia que tem como finalidade a sobrevivência cultural, uma vez que quem não “faz” seu gênero corretamente é punido pela sociedade. Em vez de partir da premissa de que o sujeito é um viajante metafísico preexistente, Butler descreve-o como um sujeito-em-processo que é construído no discurso pelos atos que executa. Ela argumenta que a identidade de gênero é uma sequência de atos, mas que não existe um ator preexistente que pratica esses atos, não existe nenhum fazedor por trás do feito (SALIH, 2015).

Assim, Butler afirmam que o gênero é um processo que não tem origem nem fim, de modo que é algo que “fazemos”, e não algo que “somos”. Butler afirma, antes de mais nada, que todo gênero é, por definição, não natural. Ela diz isso para então começar a desfazer a conexão entre sexo e gênero que muitos acreditam ser inevitável. Isto é, espera-se que alguém biologicamente fêmea, exiba traços “femininos” e num mundo heteronormativo (no qual a heterossexualidade é considerada a norma) tenha desejo por homens. Desta forma, ao falar que o gênero é “não natural” ela quer evidenciar que não há uma relação necessária entre o corpo de alguém e seu gênero.

Butler torna-se extremamente enfática e repetitiva (até mesmo cansativa) em afirmar que o sexo e gênero são resultado do discurso e da lei. Ela utiliza-se da *crítica da hipótese repressiva* formulada por Foucault, que refuta o pressuposto generalizado de que a sexualidade no século XIX era reprimida pela lei. Ele argumenta que, em vez disso, a sexualidade era *produzida* pela lei e que, longe de um silêncio em torno do sexo, o que havia, no século XIX, era “a multiplicação dos discursos sobre o sexo no próprio campo do exercício do poder: incitação institucional a falar do sexo e a falar dele cada vez mais” (FOUCAULT, 1988, p. 22). Assim, falar sobre o sexo é um modo de, simultaneamente, produzi-lo e controlá-lo. Isso leva Butler a argumentar que, ao mesmo tempo que proíbe as uniões homossexuais/incestuosas, a lei as inventa e as provoca. A própria lei produz e proíbe.

Butler não está interessada em na busca de uma origem ou causa do gênero, mas sim em realizar uma investigação genealógica⁷ que estude os efeitos do gênero e

⁷ Ela usa a palavra no seu sentido especificamente foucaultiano para descrever uma investigação sobre o modo como os discursos funcionam e os propósitos políticos que eles cumprem.

reconheça que o gênero é um efeito. É sempre um fazer, embora não um fazer por um sujeito que se pode dizer que preexiste ao feito.

A performatividade...

Performatividade é um dos conceitos mais usados por teóricos/as queer. Foi o que mais sofreu, na obra de Butler, difusão. Nenhum outro conceito *queer* gerou tantos mal-entendidos aqui e em todo o mundo (MISKOLCI, 2007). Butler entende *performatividade* como “a prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia” (MISKOLCI, 2007). A autora afirma que as sociedades constroem normas que regulam e materializam o sexo dos sujeitos e que essas “normas regulatórias” precisam ser constantemente repetidas e reiteradas para que tal materialização se concretize. Contudo, ela acentua que “os corpos não se conformam, nunca, completamente, às normas pelas quais sua materialização é imposta” (BUTLER, 1999, p. 54); elas precisam ser constantemente citadas, reconhecidas em sua autoridade, para que possam exercer seus efeitos. As normas regulatórias do sexo têm, portanto, caráter performativo,⁸ isto é, tem poder continuado e repetido de produzir aquilo que nomeiam.

O ato de nomear o corpo acontece no interior da lógica que supõe o sexo como um “dado” anterior à cultura e lhe atribui um caráter imutável, a-histórico e binário. Tal lógica implica que esse “dado” sexo vai determinar o gênero e induzir a uma única forma de desejo. Por exemplo, alguém com vagina teria que obrigatoriamente ser feminino, ter desejo por pessoas com pênis/masculino e ser passiva sexualmente.

Judith Butler (2010) afirma que os discursos “habitam os corpos”. Mais do que isso, os corpos na verdade carregam discursos como parte de seu próprio sangue. E ninguém pode sobreviver sem, de alguma forma, ser carregado pelo discurso. O sexo/gênero são discursivamente construídos.⁹ Como partidária da percepção dos sexos enquanto discursos, Butler vê na nomeação, na significação das coisas, um processo de criação. A citação e a repetição fazem acontecer, isso é, produzem aquilo que nomeiam.

⁸ Judith Butler toma emprestado da linguística o conceito de performatividade, para afirmar que a linguagem que se refere aos corpos ou ao sexo não faz apenas uma constatação ou descrição desses corpos, mas, no instante mesmo da nomeação, constrói, “faz” aquilo que nomeia, isto é, produz os corpos e os sujeitos (LOURO, 2015, p. 45)

⁹ Quando Butler utiliza a palavra “discurso”, está não apenas se referindo à “fala” ou à “conversa”, mas especificamente às formulações de Foucault sobre o discurso como “grandes grupos de enunciados” que governam o modo como falamos e percebemos um momento ou momentos históricos específicos (SALIH, 2015, p. 69).

or exemplo: a partir do momento em que a medicina definiu e nomeou as figuras da *criança onanista*, do *adulto pervertido*, do *homossexual* ou da *mulher histérica*, tal ciência criou sujeitos enquadrados, especificados e significados de acordo com categorias sexuais (LOURO, 2009; BOTTON, 2015). Exemplificando de uma maneira ainda mais fácil: quando alguém é chamado de “crioulo”, “sapatão”, “traveco”, “viado” e etc, este alguém é intimado a se reconhecer nesta posição.

O queer no Brasil: breves considerações

A incorporação da Teoria Queer entre nós se iniciou – ainda que não exclusivamente – de forma mais clara, pela área da educação, portanto em uma área historicamente afeita à reflexão sobre a formação dos sujeitos. Diferentemente do que se passou nos Estados Unidos, os estudos queer entraram no Brasil pela porta das universidades e não como expressão política vinda do movimento social (MISKOLCI, 2014).

Ao fazer uma espécie de “arqueologia” dos estudos queer no Brasil, Fernando Benetti afirma que, pelo menos desde 1995 estavam sendo produzidos saberes sobre a Teoria Queer no Brasil, e pelo menos desde 1997 em alguma medida, estavam sendo publicados trabalhos em Congressos. Para o autor, desde aquela época ela está sendo estudada por diversas áreas do conhecimento. A partir daquela época diversos novos/as pesquisadores/as começam a se debruçar sobre a discussão *queer* e a contribuir no desenvolvimento destes estudos no Brasil.

Considerações Dinâmicas

Para finalizar este texto apelo para a filósofa Marcia Tiburi, que ao comentar sobre a teoria queer, afirma que tal vertente de estudos pode ajudar a pensar o lugar de todos aqueles/as que não se encaixam no padrão do homem branco e europeu. Além dos transexuais, os judeus, os negros, os árabes e até mesmo os pobres entram no campo de suas preocupações como corpos que são considerados, pelo “poder”, como desimportantes, vidas que deveriam ser corrigidas ou que não mereceriam serem vividas.

O movimento queer denuncia que são muitas as vidas que não importam. Vidas que muitos consideram que não merecem ser vividas. Seres que são tidos abjetos, a

quem até mesmo se nega o estatuto de sujeito. Seres que deslizam, que vivem na ambiguidade ou que vivem a ambiguidade (LOURO, 2015).

A teoria queer permite pensar a multiplicidade das identidades sexuais, sugere novas formas de pensar a cultura, o conhecimento, o poder. Esta teoria provoca e perturba as formas clássicas de pensar e conhecer. Antes de querer ter a resposta ou a solução que encerra conflitos, ela quer discutir a lógica que construiu esse regime. Tal teoria é desconcertante e provocativa e, ao mesmo tempo, estranha e fascinante. Mas, sobretudo, ela faz pensar (LOURO, 2015). Como afirmou Tomaz Tadeu da Silva (2000, p. 107), “pensar queer significa questionar, problematizar, contestar todas as formas bem-comportadas de conhecimento e de identidade. A epistemologia queer é, neste sentido, perversa, subversiva, impertinente, irreverente, profana, desrespeitosa”. É um corpo estranho que incomoda, perturba, provoca e fascina.

Enfim, concordando com Louro (2015), a irreverência e a disposição da teoria queer me incitam a jogar com suas ideias, sugestões, enunciados e testá-los, sobretudo, no campo da História. Quero apostar em suas articulações, por em movimento o subversivo, arriscar o impensável, fazer balançar estabilidades e certezas. Não tenho qualquer garantia de conseguir sucesso nesses movimentos, mas tento ensaiá-los.

Referências:

BARROS, José D’Assunção. **Teoria da História I: princípios e conceitos fundamentais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

BENETTI, Fernando José. **A bicha louca está fervendo: uma reflexão sobre a emergência da Teoria Queer no Brasil (1980-2013)**. Florianópolis: UDESC, 2013. Monografia de Conclusão do Curso de História. Disponível online em: www.pergamum.udesc.br/dadosbu/000019/000019b1.pdf.

BOTTON, Fernando Bagiotto. A construção discursiva dos sexos e da sexualidade na modernidade a partir de Butler e Foucault. **Revista Bagoas: Estudos gays, gênero e sexualidades**, Natal, v. 9, n. 13, p.177-194, jul/dez, 2015.

BUTLER, Judith. **Fundamentos Contingentes: o Feminismo e a Questão do “pós-moderno”**. Cadernos Pagu. Campinas. Volume 11. 1998, p. 11 - 42

_____. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da identidade**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008

_____. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo**. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 151-172.

_____. **O Parentesco é sempre tido como heterossexual?** Cad. Pagu, Campinas, n. 21, 2003.

COLLING, Leandro. Teoria Queer. In: **Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/TEORIAQUEER.pdf>. Acesso em 13 de março de 2013.

DUQUE, Tiago. Corpo, Estado e Militância, ou sobre aquilo que você precisa saber antes de começar a ler uma puta teoria. **Revista Florestan Fernandes**. Dossiê Queer. v. 2, 2014, p. 46-66.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

LUGARINHO, M. Como traduzir a teoria queer para a língua portuguesa. **Revista Gênero**, vol. 1, n. 2, p. 33-40, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer: Uma Política Pós-Identitária para a Educação. **Revista Estudos Feministas**. V.9 n. 2. Florianópolis: IFCH, 2001.

_____. Foucault e os estudos queer. In: RAGO, M.; VEIGA-NETO, R. **Para uma vida não fascista**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 135-142.

_____. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

_____. **Educação e Saúde: aprendizados**. São Paulo: SESC, 2015. (Palestra).

MISKOLCI, Richard. Estranhando as Ciências Sociais: nota introdutórias sobre Teoria Queer. **Revista Florestan Fernandes**. Dossiê Teoria Queer. v. 1 n. 2, p. 08-25, 2014.

_____. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**. Porto Alegre, URGs, n. 2, 2009, p. 150-182.

_____. Um saber insurgente ao sul do Equador. **Revista Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 01-25, maio/out, 2014.

_____; PELÚCIO, Larissa. Fora do Sujeito e Fora do Lugar: reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis. **Gênero**, vol. 07, Niterói-RJ, UFF, 2007, pp.257-267.

PELÚCIO, Larissa. Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil? **Revista Periódicus**, v.1, n.1, mai-out 2014, p. 68-91. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/10150/7254>. Acessado em 20 de jul. 2014.

_____. Breve história afetiva de uma teoria deslocada. **Revista Florestan Fernandes**. Dossiê Queer. v. 2, 2014, p. 26-45.

PEREIRA, Pedro Paulo. Queer nos trópicos. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**. São Carlos, v. 2, n. 2, jul-dez 2012, p. 371-394.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria Queer**. Trad. Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

Recebido em: 23/11/2016

Aprovado em: 20/12/2016

RECONSTRUÇÃO DO PASSADO E INFLUÊNCIA MIDIÁTICA: O SÉCULO XIX PELA NARRATIVA DE *BIOSHOCK INFINITE*

Gustavo Silveira Ribeiro¹

Universidade Federal de Pelotas

Rafael de Moura Pernas²

Universidade Federal de Pelotas

Resumo: A noção de passado é comumente vista como o axioma para a produção histórica. Contudo, basta apenas uma análise mais aprofundada que podemos descobrir alguns problemas acerca de sua existência objetiva (COLLINGWOOD, 1928). Talvez a sua maior inquietação é o fato de que as realidades anteriores à nossa só são acessíveis pelo nosso presente, isto é, apenas existem no momento em que são *construídas* (LOWENTHAL, 1998). Em tal perspectiva, como podemos pensar a reconstrução do passado frente ao advento do computador (DE CERTAU, 2012); a interatividade (CHARTIER, 2010) e a hipercomunicação (GUMBRECHT, 2015)? Partindo de tal problemática, propomos uma análise de como a narrativa do jogo eletrônico *Bioshock Infinite* (2013) realiza sua (re)construção histórica sendo ambientado no século XIX, além de avaliar seu impacto e influência midiática (KELLNER, 2001).

Palavras Chave: Reconstrução do Passado; Cultura da Mídia; Jogos Eletrônicos

Abstract: The notion of past is usually seen as the postulate for historical production. However, it only takes a deeper look to uncover some issues surrounding its objective existence (COLLINGWOOD, 1982). Maybe its biggest unrest is the fact that previous realities are only accessible through our present, that is, only exists when they're built (LOWENTHAL, 1998). In such perspective, how can we think about the reconstruction of the past in the introduction of the computer (DE CERTEAU, 2012); the interactivity (CHARTIER, 2010) and the hyper communication (GUMBRECHT, 2015)? Facing these questions, we aim to analyze how *Bioshock Infinite's* (2013) narrative performs its historical (re)construction as it is centered around the nineteenth century, in addition to evaluate its media impact and influence (KELLNER, 2001)

Keywords: Past Reconstruction; Media Culture; Video Games

Considerações iniciais: (re)construção do passado e o jogo eletrônico

Como conhecemos o passado? Como nós, indivíduos do tempo presente, temos ciência de que algo existiu antes de nós, de que outros seres humanos, outras sociedades e até mesmo outras civilizações habitaram o mesmo mundo que nós? Tais perguntas, muito provavelmente, nunca terão uma resposta definitiva, mas sim, múltiplas:

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Pelotas. E-mail para contato: historiadorribeiro@gmail.com

² Bacharel em História pela Universidade Federal de Pelotas. E-mail para contato: rmpernas@gmail.com

conhecemos graças a nossa capacidade de *lembrar*; conhecemos porque somos animais capazes de pensamento lógico, isto é, de que existe um *antes* para todo o *depois*; conhecemos porque temos *imaginação* e, com ela, a capacidade de formular histórias, tanto no sentido ficcional quanto no sentido “realista”. É exatamente essa operação imaginativa que nos habilita a pensar mundos passados, mesmo que, objetivamente, *eles não existam mais*. Em outras palavras, o passado sempre se manifestará no presente e nunca poderá ser efetivamente revisitado; porém, isso não nos impossibilita de inferir que “de fato” houve algo anterior a nós.

Novamente, o realismo histórico envolve o absurdo de pensar o passado como algo existente por si só [...] um mundo onde o peso de Galileu continua caindo, onde a fumaça da Roma de Nero ainda preenche o ar inteligível, e onde o homem interglacial ainda está laboriosamente aprendendo a lascar pedras [...] Um evento que terminou de acontecer é apenas absolutamente nada. Detém de nenhuma existência de qualquer tipo. O passado é simplesmente inexistente; e todo o historiador sente isso ao trabalha-lo³. (COLLINGWOOD, 1928, p. 220-221. Tradução dos autores.)

Ademais, para complexificar o que já pode ser visto como complexo (e paradoxal), historicamente, o ser humano deteve de diferentes passados; ou, de maneira mais específica: imaginava, para si, mundos cronológicos e espaciais completamente diferentes daquele que nós, do século XXI, imaginamos. Exemplificando, é muito difícil aceitarmos que o gênero *homo* tenha apenas seis mil anos; que nunca existiram animais gigantesco muito antes que nós; ou que não possuímos qualquer parentesco com os símios. Contudo, eram passados perfeitamente aceitáveis em apenas algumas centenas de anos atrás. Em suma, a definição de *passado* é tão tênue que podemos facilmente identificar uma “história dos passados presentes” e, conseqüentemente, atestar que o passado é construído e que ao mesmo tempo não pode ser desvalidado. “Desacreditar todos os relatos sobre o passado, duvidar da autenticidade ou da sanidade de todo aqueles que documentaram vastamente aquilo que não havia ocorrido, poria em dúvida nossa própria sanidade e veracidade” (LOWENTHAL, 1998, p. 70).

Mas, e o nosso presente? Como está a nossa imaginação histórica no século da tecnologia e do entretenimento midiático? A influência do computador na própria

³ Versão original: “Again, historical realism involves the absurdity of thinking of the past as something still existing by itself [...] a world where Galileo’s weight is still falling, where the smoke of Nero’s Rome still fills the intelligible air, and where interglacial man is still laboriously learning to chip flints [...] An event that has finished happening is just nothing at all. It has no existence of any kind whatever. The past is simply non-existent; and every historian feels this in his dealings with it”

historiografia já é algo que não podemos ignorar. Em 1986, De Certeau já mostrava suas preocupações com os impactos tecnocráticos que tal máquina realizaria na escrita do historiador: “ele está ‘junto’ do computador, assim como, outrora, ele estava ‘junto’ do rei. Ele analisa e imita operações que efetua apenas à distância; vai utilizá-las, sem ser parte integrante delas. Em suma, ele faz história, não a história; é seu representante” (DE CERTEAU, 2012, p. 61). Se essa escrita regida pela exatidão da informática de fato se concretizou, é uma afirmação que escapa dos propósitos deste texto; contudo, podemos notar os primeiros passos de uma nova configuração de passado presente (não é à toa que o autor francês realiza uma comparação com o século XVII no tocante a referência e submissão da escrita ao monarca).

Todavia, um dos aspectos relacionados diretamente ao computador de fato impactou a nossa escrita e até mesmo nossa recepção frente ao texto histórico: a internet e, com ela, a capacidade de interação. Graças ao mundo virtual, podemos digitalizar obras, fontes e relatos; alcançar um número imprescindível de leitores e, principalmente, formular uma escrita mais objetiva graças a própria interatividade.

Esses três dispositivos clássicos da prova da história (a nota, a referência, a citação) estão muito modificados no mundo da textualidade digital a partir do momento em que o leitor é colocado em posição de poder ler, por sua vez, os livros que o historiador leu e consultar por si mesmo, diretamente, os documentos analisados [...] Aqui há uma mutação epistemológica fundamental que transforma profundamente as técnicas da prova e as modalidades de construção e validação dos discursos de saber. (CHARTIER, 2010, p. 60-61)

Mesmo sendo originalmente publicado em 2007, tal ensaio de Chartier também já indagava acerca da ambiguidade do mercado digital: tanto em sua época quanto a nossa, o livro físico não desapareceu, e o virtual não conseguiu de fato sobrepor o “real”. Conseqüentemente, a historiografia “hipertextual” e interativa (com *links* para vídeos, fotos e áudios, por exemplo) parece ainda existir no plano especulativo. Contudo, seria ingênuo afirmar que a possibilidade de tal forma de escrita não influencie na construção de novos passados; passados lúdicos e que dialogam com as ferramentas de nosso presente. Por fim, se, junto com o computador tivemos o advento da internet, com ela, temos o fenômeno da *hipercomunicação*.

Atualmente, qual o papel da historiografia na comunicação do passado? Em outros termos, comunicação e passado sempre andaram de mãos dadas: um necessita do outro para se fazer inteligível. Assim sendo, se a internet nos possibilita acessar uma

quantidade imprescindível de passados, será que a escrita especializada do campo “história” seja a única disponível? Será que temos ciência do passado apenas através da produção advinda de tal área do conhecimento? Para elucidarmos essa problemática, basta apenas imaginarmos uma situação comum do nosso cotidiano: em nosso navegador, podemos ter simultaneamente um artigo sobre a cultura medieval; um vídeo sobre as pirâmides do Egito; e um filme sobre a independência dos Estados Unidos. Em todos os casos, temos a presença da imaginação perante realidades anteriores; em todos os casos, evidenciamos que, atualmente, o passado é extremamente acessível, é profundamente hipercomunicado. Tal fenômeno explicita a dificuldade, atual, de estar “plenamente” em um lugar no momento que estamos “brevemente” em vários. Entretanto, para além de uma nova relação com o que *foi*, aparentamos ter inquietações com o que *é* e com o que *será*.

Esta situação predominante das realidades humanas nos primórdios do século XXI converge com a impressão de que o presente “imperceptivelmente breve” da construção historicista do tempo, ou seja, a construção do tempo que emergiu no início do século XIX e que veio a tornar-se tão dominante que tendemos a confundir-la com o próprio tempo em si, que o imperceptivelmente breve presente característico do cronótopo historicista foi agora substituído por um presente, sempre em expansão, de simultaneidades. No atual presente eletrônico, não há nada “do passado” que tenhamos de deixar para trás, nem nada “do futuro” que não possa ser tornado presente por antecipação simulada. (GUMBRECHT, 2015, p. 128-129)

O passado é então construído e consumido através de telas: cinema, TV e, finalmente, jogos eletrônicos. Se o passado não só é um campo de disputa, como também, de narrativas das mais diversas (o “romance histórico” é um bom exemplo), não é difícil ver os jogos capitalizando em tal campo: “a capacidade dos jogos para a articulação histórica gira em torno da relação entre um conjunto possível de semelhanças familiares de outras mídias (imagem, a palavra, som) e a noção de interatividade (e, portanto, variação ou instabilidade representacional) no cerne da forma do jogo”⁴ (URICCHIO, 2005, p. 333. Tradução nossa.). Em suma, as narrativas dos jogos eletrônicos, além de deterem da peculiaridade da interação do jogador, carregam em si diversas imagens e construções já existentes em outras mídias. Assim sendo, são diretamente produtos da era tecnológica, do computador, da virtualidade e da

⁴ Versão original: “games’ capacities for historical articulation turn on the relationship between a set of possible resemblances familiar from other media (image, the word, sound) and the notion of interactivity (and thus, representational variation or instability) at the core of the game form”

hipercomunicação; fenômenos que não só afetaram (e continuam a afetar) a historiografia, como também, apresentam-se como problemática em si: dialogar com as obras midiáticas do nosso tempo não só é necessário para o aumento do conhecimento histórico, como também, pela própria natureza de nossa escrita no século XXI.

Eis *Bioshock Infinite*: lançado em 2013, produzido e publicado por *Irrational Games* e *2K Games*, respectivamente, a obra apresenta a cidade ficcional e flutuante de Columbia, no início do século XX (1912, para ser exato). Nesse cenário, temos o personagem Booker DeWitt, controlado pelo jogador, que, afundado em dívidas, recebe a proposta por parte de um casal misterioso para salvar uma garota: Elizabeth, trancada em uma torre no centro da cidade. Mesmo sendo inicialmente apresentada como uma espécie de “utopia” social, isto é, com ruas limpas e iluminadas, comércio ativo, grandes construções e notável educação por parte de seus cidadãos (que constantemente cumprimentam o jogador), Columbia mostrará sua verdadeira face. Por estar em época de carnaval, diversas feiras e gincanas estão presentes; eventualmente, o jogador se depara com uma espécie de sorteio e, através de uma cinemática⁵, observa que o número pego por Booker (77, desenhado em uma bola de baseball) foi o escolhido. O prêmio? Após as cortinas se abrirem, revela-se um homem branco e uma mulher negra presos em postes, com imagens de macacos envolta. O prêmio é exatamente esse: atirar uma bola no casal.

⁵ Cinemáticas são momentos nos quais o jogador perde o controle e cenas se desenrolam como filmes. Geralmente, elas podem ser tanto pré-renderizadas ou renderizadas dentro do próprio jogo, ou seja, respectivamente: feitas com o motor gráfico sem nenhum aspecto computacional, fazendo com que a qualidade de imagem fique notavelmente melhor (mas deixando claro uma transição abrupta entre aquilo que está sendo jogado e aquilo que deve ser assistido), ou, processadas em tempo real pelo motor gráfico, isto é, onde todas as texturas e o mundo em si permanecem idênticos, apenas sem a agência do jogador (não há qualquer aumento de qualidade, mas permite maior fluidez entre aquilo que é jogado e aquilo que deve ser apenas assistido). Um exemplo de jogo que utiliza de cinemáticas em tempo real é o jogo *Batman Arkham Knight* (2015).



Figura 1: Raffle Square. © 2013 2K Games. Todos os direitos reservados. Fonte: <https://youtu.be/xBgog7lJAlk> 1min29s

Esse é o tema central da narrativa de *Bioshock Infinite*: o racismo institucional. Columbia apresenta-se como uma sociedade não só racista, como também, misógina e xenófoba. Tal institucionalização do ódio é plenamente embasada e justificada pelo extremismo religioso, na figura do próprio fundador da cidade: Zachary Comstock. Através de uma série de argumentações, Comstock criará um discurso legitimador da superioridade branca perante tudo e todos. Na análise que segue, objetivamos demonstrar que esse século XX assemelha-se profundamente com a modernidade do século XIX: uma época que normatizou a regra e procurou de todos os campos possíveis não só criar a dissidência, como também, justificar a inferioridade de todos aqueles que não se encaixavam em tal norma.

Um cachorro chamado Bill

A construção do ódio institucionalizado tornar-se-á ainda mais claro no decorrer da narrativa, especialmente quando o jogador encontra a misteriosa *Fraternal Order of the Raven* (A Ordem Fraternal do Corvo, em uma tradução direta nossa), ainda no início do jogo. Logo no portão, temos a inscrição “*Audemus Patria Nostra Defendere*”, isto é, algo como “Ousamos Defender Nossa Pátria”. Já adentrando na fachada, uma grande estátua de Comstock, o profeta responsável por toda a criação da Columbia, lutando

contra orientais em forma de serpente. Na estátua, leia-se na base “Comstock luta contra a serpente das nações” (“*Comstock fights the serpents of nations*”).

Já no interior, o jogador é surpreendido com uma estátua gigante de John Wilkes Booth, infame assassino de Abraham Lincoln, presidente dos EUA entre 1861 e 1865, ano em que foi assassinado. Para além de tal estátua, também podem ser vistos quadros que mostram Booth como um anjo e Lincoln um demônio, literalmente. Contudo, entre quadros e estátuas, uma pintura específica nos chama a atenção, pela natureza do presente trabalho: a imagem de um homem branco, aludindo a George Washington, a frente de uma brilhante luz que, por sua vez, cega e assusta diversos indivíduos aos seus pés. Detalhe: esses indivíduos são negros, asiáticos, irlandeses, indígenas, judeus, muçulmanos e mexicanos.



Figura 2 For God and Country. © 2013 2K Games. Todos os direitos reservados. Fonte: retirada pelos autores durante jogo.

Com isso, e com outros momentos que veremos adiante, fica claro que, em Columbia, o homem branco patriótico é norma; é a regra que, benzida pelo lema religioso e nacionalista “Por Deus e pátria”, segrega e inferioriza todos os “outros”, tornando-os a dissidência social. Contudo, essa construção normativa, mesmo emersa em uma obra “puramente ficcional”, em um séc. XX que não encontraríamos em qualquer livro de história, não deve ser vista como puramente faz de conta. Em termos de normatização e suas devidas representações históricas, o séc. XIX, no auge do

cientificismo, pode nos servir para balizar a narrativa de Bioshock Infinite em um contexto histórico (que, infelizmente, pouco tem de “passado”).

De antemão, como já defendemos anteriormente, atribuímos aos séculos XIX e XX (especificamente a sua primeira metade) como períodos Modernos, e não “contemporâneos”. O termo “Modernidade”, historicamente, é profundamente atrelado ao sentimento de superação, de vitória perante os tempos sombrios do passado. Já nos séculos XIV e XV, com nomes como Petrarca (1304-1374), já podemos mapear tal sentimento, embora fora da égide da ciência moderna que conhecemos.

A partir do século XIV, mas sobretudo no século XV, alguns poetas e escritores, especialmente italianos, tiveram o sentimento de que evoluíam em uma nova atmosfera, e de que eram ao mesmo tempo o produto e o iniciadores dessa cultura inédita. Quiseram então definir, de modo pejorativo, o período do qual eles pensavam afortunadamente sair. Esse período, se terminasse com eles, teria começado aproximadamente com o fim do Império Romano, época que, aos seus olhos, encarnava a arte e a cultura, que havia testemunhado o surgimento de grandes autores [...] Desse modo, o período que eles buscavam definir tinha como única particularidade o fato de ser intermediário entre uma Antiguidade imaginária e uma modernidade imaginada, a que deram o nome de “idade média” (*media aetas*). (LE GOFF, 2015, p. 26)

Não demoraria muito para que o sentimento de superação moderna se assimilasse com a concepção cientificista de mundo. Os avanços tecnológicos em navegações, utensílios e concepções de mundo, como o heliocentrismo de Copérnico e Galileu, transmudam a metafísica escatológica e divina para a racional e humana. “A Modernidade fixou-se no mundo imanente, um poderoso auxílio da ciência. A partir dos séculos XVI-XVII, a filosofia liberta-se da tutela da metafísica medieval e se torna crítica das possibilidades da razão imanente” (PEGORARO, 2011, p. 20). A destruição da humanidade pelo juízo final não é mais certeza absoluta: o futuro abre as portas para a manipulação e conquista efetiva do ser humano.

A crença filosófica é que o próprio homem iria se resgatar, e no tempo ainda, pela construção de uma sociedade moral e racional e pela acumulação de conhecimentos sobre este mundo. A ideia de progresso exprime a nova situação do homem como criador, produtor do futuro. A profecia previa o fim da história; a utopia prevê a realização da história. O fim da história não seria o seu término, mas a “realização” humana no tempo. O êxtase profano (*utopia*) venceu o êxtase religioso (*parusia*) da outra vida eterna. (REIS, 2006, p. 29-30)

A Columbia de Bioshock Infinite é vista, pelos seus personagens, como a realização plena do homem perante sua realidade, mesmo com uma crença religiosa fortemente estrutural. Na obra, há uma espécie de pensamento híbrido: o futuro realizado pelas mãos dos homens... Só que guiadas por Deus, pelo profeta Comstock. Contudo, existe um “homem” muito específico que deve realizar-se no futuro; um “homem” que detém as características inatas para a liderança, dominação e superioridade. Assim como na Modernidade histórica que discutimos, a construção de um novo futuro vem às custas da negação do mesmo para outros indivíduos.

De antemão, gostaríamos de apresentar o transcrito de um dos voxophones⁶ do jogo, encontrado ainda no prédio da Ordem do Corvo. Nele, Comstock discorre: “Do que exatamente estava O Grande Emancipador [em alusão à Lincoln] emancipando o Negro? De seu pão diário. Da nobreza do trabalho honesto. De patronos ricos que os bancam do berço ao túmulo. De vestimenta e abrigo. E o que eles fizeram com sua liberdade? Ora, vá para Finkton, e você irá descobrir. Nenhum animal é nascido livre, exceto o homem branco. E é o nosso fardo em cuidar pelo resto da criação.”⁷ Por fim, em outro voxophone, encontrado em um momento posterior da narrativa, onde Booker e Elizabeth encontram-se na *Battleship Bay*, Comstock registra: “Enquanto menino, eu tive um cachorro chamado Bill. E como todos os cachorros, Bill era um amigo leal. Se não o tivéssemos alimentado, Bill seria leal. Se nós o tivéssemos agredido, Bill seria leal. Apenas quando o homem de cor puder fazer essa afirmação que ele terá seu lugar na sociedade.”⁸ Para Comstock, o negro não é só inferior: ele é comparável a um animal. Já o branco, inerentemente, desde o seu nascimento, um indivíduo plenamente livre. Novamente, voltemos para a Modernidade.

O século XVIII ficou marcado pela cientificação do ser humano. Se a sociedade caminhava para o futuro utópico, ela assim o fazia de acordo com leis gerais; leis que competiam não só ao coletivo, como também, ao indivíduo. O homem branco europeu,

⁶ Voxophones são uma espécie de “diário em áudio” espalhados pelo jogo. Em termos de mecânica, servem como colecionáveis para incentivar o jogador a explorar o mundo criado pelos desenvolvedores. Em termos de narrativa, seriam como registros de ideias e/ou pensamentos de diferentes personagens, com o intuito, por parte dos criadores do jogo, de enriquecer a história.

⁷ Tradução nossa. Versão original: *What exactly was the Great Emancipator emancipating the Negro from? From his daily bread. From the nobility of honest work. From wealthy patrons who sponsored them from cradle to grave. From clothing and shelter. And what have they done with their freedom? Why, go to Finkton, and you shall find out. No animal is born free, except the white man. And it is our burden to care for the rest of creation*

⁸ Tradução nossa. Versão original: *As a boy, I had a dog named Bill. And like all dogs, Bill was a loyal friend. If we had not fed him, Bill would have been loyal. If we had struck him, Bill would have been loyal. Only when the colored man can make that claim will he take his place in society.*

destinado a guiar a humanidade pelo progresso social, tinha muito o que dizer em relação ao negro. A filosofia, por exemplo, na época muito mais atrelada à noção de “ciência” do que nos tempos atuais, deixou sua marca nesse debate. G. W. F. Hegel, ao discorrer sobre o continente africano, afirma-o como o “El Dorado recolhido em si mesmo”⁹, isto é, uma região primitiva, bárbara, “imatura”. Já não só seus habitantes como também os negros em geral, o filósofo afirma:

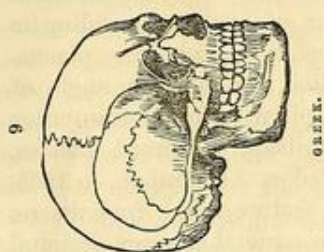
O negro representa o homem natural em toda a sua barbárie e violência; para compreendê-lo devemos esquecer todas as representações europeias. Devemos esquecer Deus e a lei moral. Para compreendê-lo exatamente, devemos abstrair de todo respeito e moralidade, de todo o sentimento. Tudo isso está no homem em seu estado bruto, em cujo caráter nada se encontra que pareça humano”. (HEGEL Apud HERNANDEZ, 2008, p. 21)

Novas áreas do conhecimento começam a surgir, cada uma clamando para si como a desbravadora das leis que separam os indivíduos. A frenologia, como grande exemplo, acreditava veementemente que, através do estudo do crânio, poderia se chegar em conclusões objetivas acerca da inferioridade racial. Para Paul Broca (1864), um dos representantes de tal área, nossas diferenças poderiam ser observáveis devido a própria estrutural racial.

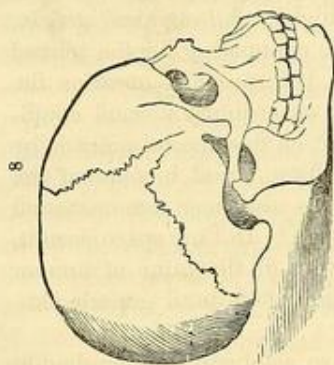
Para esse cientista, o principal elemento de análise era o crânio, a partir do qual se poderia comprovar a inter-relação entre inferioridade física e mental. O objetivo era, dessa maneira, chegar à reconstrução de ‘tipos’, ‘raças puras’, já que se condenava a hibridização humana, em função de uma suposta esterilidade das ‘espécies miscigenadas’ [...] acreditavam na ‘tese da imutabilidade das raças’, traçando, inclusive, paralelos entre o exemplo da não-fertilidade da mula e uma possível esterilidade do mulato” (SCHWARCZ, 1993, p. 67)

Por fim, vejamos as ilustrações abaixo, presentes no livro *Indigenous Races of the Earth*, de J. C. Nott e G. R. Gliddon (1857). Note que o crânio do “branco” (que, aparentemente, é um raio x de uma estátua grega) teria total diferença do crânio do “negro”, estando ambos em escalas evolutivas diferentes: se, no primeiro caso, poderia ser comparado com deuses, no segundo, ele torna-se próximo a de um macaco.

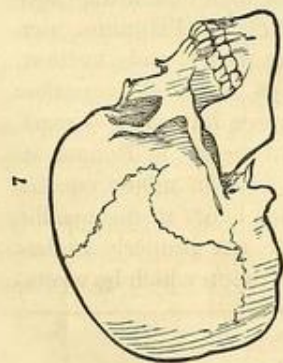
⁹ Em citação, a partir do livro *A África na sala de aula* (2008), de Leila Hernandez: Começamos pela consideração deste continente, porque em seguida podemos deixá-lo de lado, por assim dizer. Não tem interesse histórico próprio, senão o de que os homens vivem ali na barbárie e na selvageria, sem fornecer nenhum elemento à civilização. Por mais que retrocedamos na história, acharemos que a África está sempre fechada ao contato com o resto do mundo, é um Eldorado recolhido em si mesmo, é o país criança, envolvido na escuridão da noite, aquém da luz da história consciente. (...). Nesta parte da África não pode haver história” (HEGEL Apud HERNANDEZ, 2008, p. 20)



GREEK.



AUSTRALIAN.



NEGRO.

in the number, situation, and direction of the teeth, &c. These are a few of the differential elements which separate man from the quadrumana, and the various genera and species of the latter from each other. But the chief value of these osteological differentia lies in their perfect applicability to man, and the facility with which they enable us to distinguish between the various human types. Thus, in the best developed and most intellectual races, the supra-orbital ridge is smooth, well carved, and not much developed; as we descend towards the lower types, it becomes more and more marked, until, in the African and Australian heads, it has attained its maximum development. In the Orang, this feature begins to assume a greater importance, while in the Chimpanzee, its enormous size renders it a characteristic mark. Here, then, is the evidence, to some extent, of gradation, in a seemingly exclusive ethnographic mark, whose significance is elucidated by a resort to anthropology. Again, it is curious to observe how certain adult animal characters appear in man during the fetal period only. Thus, in some mammals, as the Rodentia and Marsupialia, we find, as a permanent feature, an inter-parietal bone. In man, the occipital bone consists, at birth, of four parts, which are not consolidated until about the fifth or sixth year. Each of these parts is developed from distinct ossific centres. For the posterior or proral portion, an-

Figura 3: *Indigenous Races of the Earth*. NOTT, J.C.; GLIDDON, GEO. R. Philadelphia: J. B. LIPPINCOTT & CO, 1857. Disponível em <https://archive.org/stream/indigenoustraceso01nott#page/n13/mode/2up>

310 THE CRANIAL CHARACTERISTICS

still lives and moves in the "Trasteverini," or mob population of the Tiber.

Dr. MORTON thus describes the Greek physiognomy:

"The forehead is high, expanded, and but little arched, so that it forms, with the straight and pointed nose, a nearly rectilinear outline. This conformation sometimes

Fig. 32.



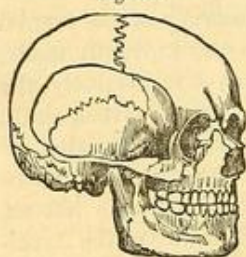
APOLLO BELVIDERE.

imparts an appearance of disproportion to the upper part of the face, which, however, is in a great measure counteracted by the largeness of the eye. The Greek face is a fine oval, and small in comparison to the voluminous head. The statues of the Olympian Jupiter, and the Apollo Belvidere (Fig. 32), convey an exact idea of the perfect Grecian countenance."²¹⁰

"In the Greek," says MARTIN, "the countenance has a more animated expression; the eyes are large; and the forehead advancing, produces a marked but elegant super-orbital margin, on which the eyebrows are delicately pencilled; the nose, falling straight from the forehead, sometimes inclines to an aquiline form, and is often of rather more than moderate length; the upper lip is short, and the mouth delicately moulded; the lower jaw is not so large as to disturb the oval contour of the face, and the chin is prominent; the general expression, with less of sternness than in the Roman, has equal daring, and betokens intellectual exaltation."²¹¹

BLUMENBACH describes a Greek skull — with one exception, the most beautiful head in his collection — in the following terms: "The

Fig. 33.



GREEK

form of the calvaria sub-globular; the forehead most nobly arched; the superior maxillary bones, just beneath the nasal aperture, joined in a plane almost perpendicular; the malar bones even, and sloping moderately downwards."²¹² Fig. 33, borrowed from the first volume of Prichard's *Researches*, represents the skull of a Greek, named Constantine Demetriades, a native of Corfu, and for a long time a teacher of the Modern Greek language at Oxford.²¹³ The Mortonian Col-

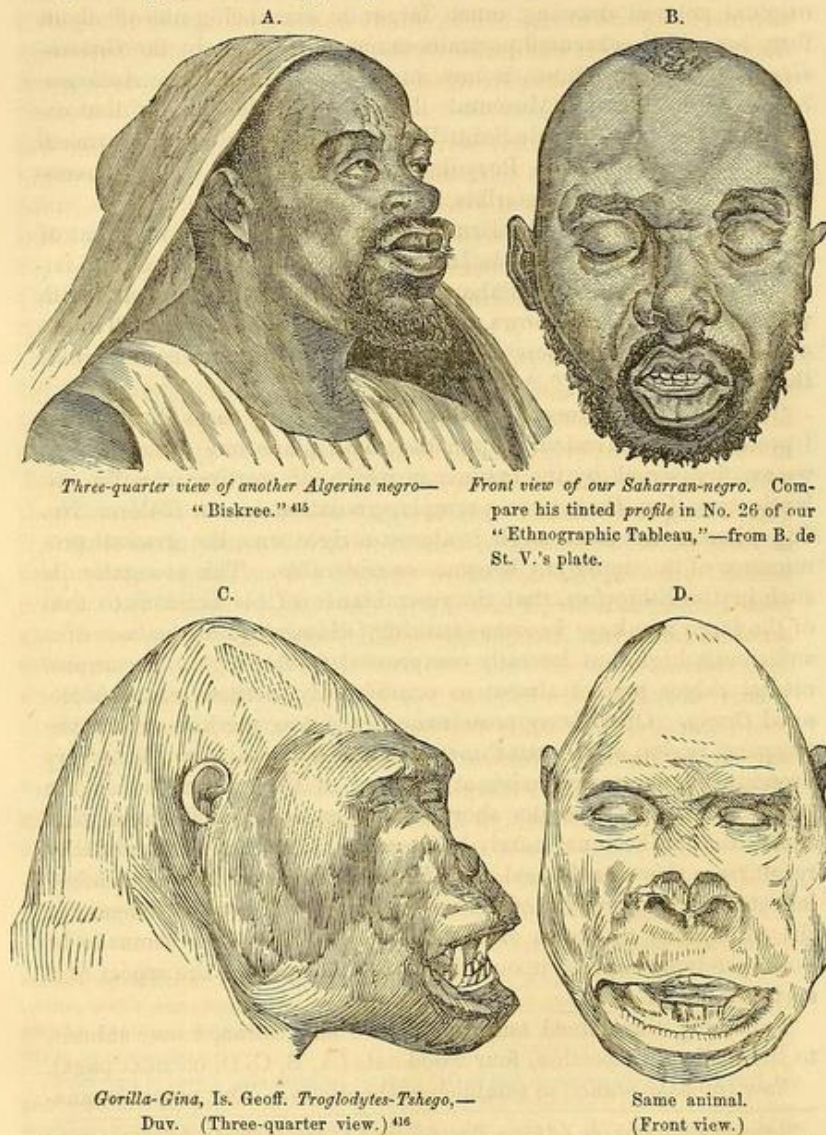
lection is indebted to Prof. RETZIUS for the cast of the skull of a young Greek, which in its general form and character very much resembles the above figure from Prichard. I find the calvaria well developed; the frontal region expansive and prominent; the facial line departs

²¹⁰ Cran. Amer., p. 12.²¹² Decas Sexta, p. 6.²¹¹ Man and Monkeys, p. 223.²¹³ Op. cit., p. xvii.

548

THE MONOGENISTS AND

logies and dissimilitudes, between an inferior type of mankind and a superior type of monkey, require no comment.



⁴¹⁵ *Galerie Royale de Costumes*, folio, colored, Paris (Aubert & C^o., Place de la Bourse, No. 29); "Porteur à Alger," Pl. 15.

⁴¹⁶ *Annales des Sciences Naturelles*, 3^{me} série, Zoologie, Paris, 1851; xvi. Pl. VII., figs. 1, 3; and pp. 154-92. — Cf. also. DUVERNOY, *Comptes rendus de l'Acad. des Sciences*, 1853; xxxvi. pp. 924-36.

Figura 5: *Idem*. Na página (e na anterior), podemos ler: Poucas observações são suficientes para estabelecer autenticidade. As analogias e dissimilitudes, entre um tipo inferior de humanidade e um tipo superior de macaco, dispensam comentários.

Voltando para a narrativa de Bioshock Infinite, antes do jogador sair do prédio da Ordem do Corvo, encontramos a seguinte projeção, intitulada “Estudo frenológico de Comstock” (*Comstock phrenological study*), em uma espécie de sala de reuniões.

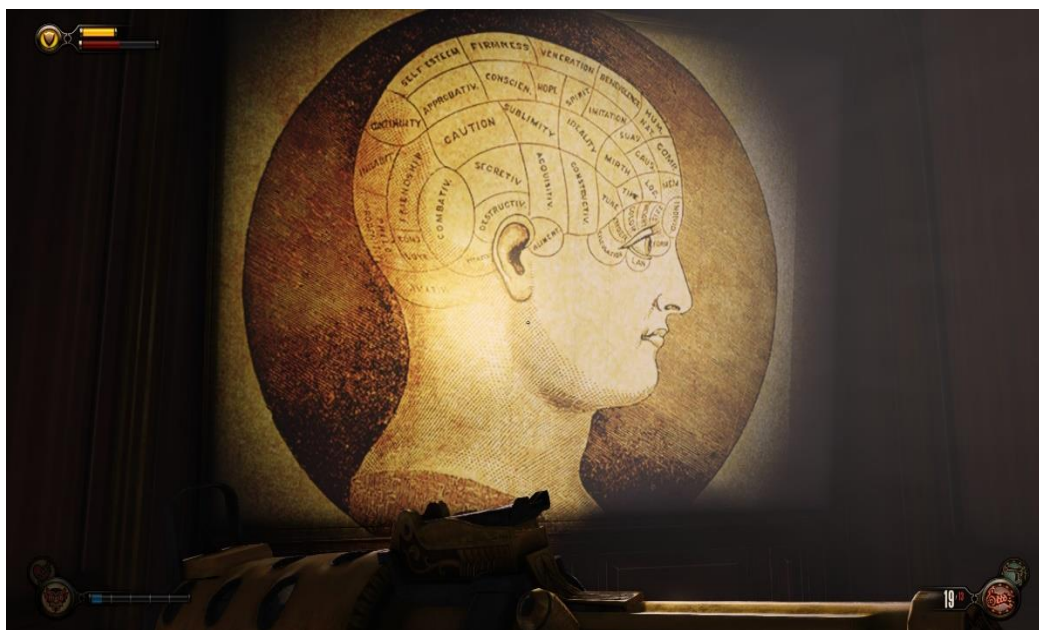


Figura 6: *Comstock phrenological study*. © 2013 2K Games. Todos os direitos reservados. Fonte: retirada pelos autores durante jogo

Em tais slides, vemos também fotos de Comstock junto com a de indígenas: uma clara comparação de intelecto através da inerência estrutural do crânio de cada um. A imagem acima pode ser mapeada diretamente com os trabalhos frenológicos de Franz Joseph Gall (1758-1828) e Johann Spurzheim (1776-1832). Tais cientistas (da época) afirmavam a existência de “faculdades mentais” específicas em cada região do cérebro e que se transferiam para o crânio na forma de sulcos. “A teoria implicava que, ao palpar os sulcos no crânio para determinar seus tamanho e posição, o indivíduo poderia trabalhar estimativas de personalidade e habilidade mental” (UTTAL, 2001, p. 102. Tradução nossa)¹⁰. Assim, para que pudessem ilustrar sua teoria, realizam um desenho com a “taxonomia mental” do ser humano (1832); esse desenho acabou tornando-se um ícone para psicologia e “ainda pode-se encontrar réplicas desse desenho em lojas de curiosidades ao redor do mundo” (p. 105. Tradução nossa).¹¹

¹⁰ Versão original: “The theory implied that, by palpating the bumps on the skull to determine their size and position, one could work back to estimates of personality and mental ability”

¹¹ Versão original: “one can still find replicas of this drawing in curiosity shops around the world” Para mais informações acerca dos jornais e obras frenológicas da época, ver <https://catalog.hathitrust.org/Record/003987208>



Figura 7: GALL; SPURZHEIM Apud UTTAL, 2001, p. 106

Em suma, que passado é esse que *Bioshock Infinite* constrói? Um passado moderno, cientificista, onde a crença no progresso criou um projeto muito específico: a dominação do homem branco europeu perante todos os “outros”. Para que isso fosse possível, todo e qualquer povo que não se encaixasse em tal projeto deveria ser permanentemente silenciado. A inferioridade não estava mais na *parusia* divina, isto é, na negação da vida eterna; ela estava nos ossos, na anatomia, no próprio ser. Todos esses pontos perpassam o século XX de *Bioshock Infinite*. O jogo, em sua ficcionalidade, ainda fala sobre os vestígios do passado, formulando, portanto, uma *história filha do seu presente*: em outras palavras, a obra busca criar um mundo verossímil, onde seus cenários e personagens façam sentido dentro do tempo que estão inseridos.

Contudo, esse efeito de verossimilhança e convencimento apenas será pleno no momento em que a narrativa do jogo seja concebida dentro de uma cultura maior, uma cultura do entretenimento que, nos tempos atuais, molda nossa identidade e opera nos mais diversos produtos. Estamos falando de uma *cultura da mídia*, uma cultura filha da hipercomunicação, propulsionada pelo advento da internet e que, principalmente no caso dos jogos eletrônicos, se computadoriza cada vez mais. Em outras palavras,

Bioshock Infinite detém de um agenciamento na construção do passado porque se faz inteligível em um plano externo; um plano de diversas mídias das mais variadas, mas que comunicam constantemente não só entre si como também aos seus receptores. Portanto, na última parte do presente texto, propomos uma reflexão acerca da influência midiática tanto em *Infinite* quanto em nossa sociedade contemporânea.

Considerações finais: a influência midiática

O espaço ocupado pelas mídias nas sociedades contemporâneas torna-se cada vez maior e seus produtos mais diversificados. Buscamos as mídias para obter informações, passar o tempo, conversar com outras pessoas, etc. Podemos observar que duas de suas características básicas aparecem em suas diferentes denominações: comunicação e entretenimento. Estamos falando de uma forma, um meio, pelo qual as pessoas podem ser comunicar e despender seu tempo livre. Embora estejamos fazendo uma discussão sobre um produto midiático que é basicamente uma forma de entretenimento, um jogo eletrônico não deixa de ser também uma forma de comunicação.

Sobre as mídias, Kellner observa que “As narrativas e as imagens veiculadas pela mídia fornecem os símbolos, os mitos e os recursos que ajudam a constituir uma cultura comum para a maioria dos indivíduos em muitas regiões do mundo de hoje.” (KELLNER, 2001, p. 9). Esse processo só é possível porque quem produz e determina o que será veiculado pela mídia compartilha a mesma cultura, o mesmo universo simbólico, com quem vai consumi-las. Nesse sentido, compartilhar a mesma cultura significa que as pessoas interpretam o mundo de formas muito semelhantes e são capazes de partilhar seus pensamentos, sentimentos, ideias e valores com outras pessoas.

Fazer parte de uma mesma cultura implica compartilhar uma mesma linguagem, pensando esse conceito de uma forma bem ampla que abarque suas mais diversas formas como imagens, sons, expressões faciais, etc. Porém, essas formas de linguagem, esses símbolos carregados de significados culturais, não adquirem seus significados sozinhos, eles não existem por si ou naturalmente. Somos nós, tentando interpretar o mundo que nos cerca, que produzimos e atribuímos significados às coisas, sejam elas outras pessoas, lugares, sentimentos, palavras, eventos, etc. De acordo com Hall:

Em parte, nós damos significados às coisas pela forma como nós as representamos, as palavras, as histórias, as imagens que produzimos, as emoções que associamos, as formas como classificamos e conceituamos, os valores que atribuímos a elas (HALL, p.3).

Justamente por conseguirem atingir um grande público, as mídias se tornaram um grande meio de compartilhamento e fixação de significados, pois, da mesma forma que atribuímos significados a determinadas coisas, esses significados podem mudar. Independente da forma de linguagem utilizada, o significado nunca é fixado, não se trata de algo engessado ou estanque. Vivendo em uma sociedade cada vez mais imersa nas mídias estamos sendo constantemente expostos a uma grande variedade de representações.

Se as mídias, por meio de suas diferentes linguagens, fazem parte do processo cultural em que interpretamos e damos sentido ao mundo em que vivemos, podemos inferir que elas também podem significar o mundo em que não vivemos, o mundo que foi antes de nós, o passado! Dessa forma, a disputa pelo significado também é uma disputa para significar o que se passou.

Assim, *Bioshock Infinite* não está apenas entretendo os jogadores, mesmo que esse seja o objetivo principal de quem o adquiriu. O jogo, além de oferecer uma experiência prazerosa, está narrando uma história que se passa em 1912, numa cidade fictícia chamada Columbia. Embora a história se passe em um ambiente fictício, ela remete ao presente em que o jogo foi produzido e consumido, sem deixar, no entanto, de remeter ao passado, ou, pelo menos, a elementos conhecidos como *históricos*.

Indubitavelmente, o conceito de raça permanece profundamente enraizado na cultura ocidental. Apesar dos inúmeros exemplos dos perigos advindos de se conceber uma ideia que fora utilizada para legitimar diversos genocídios e da ciência já ter desmistificado a raça, ainda alimentamos esse conceito. A cultura midiática, como Kellner denomina tudo que é veiculado pelas mídias, muitas vezes é um grande repositório de representações estereotipadas sobre grupos étnicos raciais. “A cultura da mídia também fornece o material com que muitas pessoas constroem o seu sentido de classe, de etnia e raça, de nacionalidade, de sexualidade, de ‘nós’ e ‘eles.’” (KELLNER, 2001).

Entretanto, há uma ambiguidade nas mídias, olhando de uma perspectiva da pesquisa em história. As mídias têm influência na formação do universo simbólico dos indivíduos inseridos nas sociedades em que elas possuem um espaço substancial, ao

mesmo tempo em que elas constituem uma forma de registro, um meio em que ficam registradas não apenas a linguagem, mas as ideias, valores, enfim, a cultura de determinada sociedade.

As mídias, desse ponto de vista, exprimindo ou traduzindo fenômenos que provêm da sociedade em geral, fora de sua capacidade de intervenção, elas asseguram, mais inconsciente que deliberadamente, a reprodução das relações sociais nas quais o racismo encontra seu lugar (WIEVIORKA, 2007, p. 118).

Portanto, entendemos as mídias e, neste caso, os jogos eletrônicos, como espaços de disputa pelos significados do simbólico. Uma vez que os significados são produzidos constantemente e nunca fixados permanentemente, podemos pensar que, embora as mídias realmente sejam um repositório de imagens e discursos pejorativos em relação a diversos grupos étnicos raciais, elas também podem ser um espaço para construção de representações alternativas. Representações mais positivas sobre esses mesmos grupos. Não partimos do pressuposto de que hajam apenas exemplos negativos veiculados pelas mídias. Como exemplo, a própria narrativa de *Bioshock Infinite* apresenta um reconhecimento dos horrores promovidos pela modernidade; horrores que, por sua vez, estão sendo lembrados, construídos e ordenados em trama ficcional em nosso presente. Nesse caso, tanto a historiografia profissional quando o “entretenimento” parecem convergir em um fenômeno único: ambos alegorizam e moralizam os temas que buscam representar.

Se toda a história inteiramente realizada, qualquer que seja a nossa definição dessa entidade familiar mas conceitualmente elusiva, é um tipo de alegoria, aponta para uma moral, ou imbui eventos, sejam reais ou imaginários, com um significância que eles não possuem como uma mera sequência, então é possível concluir que toda a narrativa histórica tem como sua proposta latente ou manifesta o desejo de moralizar os eventos nos quais trata (WHITE, 1990, p. 14).

Onde estariam, então, as fronteiras exatas entre a escrita da história, a narrativa literária e a hipercomunicação tecnológica? Questionamos se de fato há a necessidade de definir rigidamente tais fronteiras. Nos três fenômenos, temos a possibilidade de reconstrução do passado, cada um com suas peculiaridades, mas, sem necessariamente excluírem-se. Ademais, se entre eles há um constante diálogo no ato de produção (nenhuma ficção histórica será radicalmente separada da historiografia, além de também não perpassar por uma facilidade maior de acesso em nossos tempos), o que leva a nós, historiadores, a não dialogar? Que a presente análise possa guiar futuros leitores a

também debruçarem-se sobre a cultura midiática do entretenimento e buscar novas propostas para uma escrita que, de hipótese alguma, deve permanecer fechada em si, desconstruindo verdades do “mundo” ao mesmo tempo que não consegue desconstruir suas próprias.

Referências:

- CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010
- COLLINGWOOD, Robin George. The limits of historical knowledge. **Journal of philosophical studies**. Cambridge University Press, vol. 3, nº 10, 1928, pp. 213-222
- DE CERTEAU, Michel. **História e psicanálise: entre ciência e ficção**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Nosso amplo presente: o tempo e a cultura contemporânea**. São Paulo: Editora Unesp, 2015
- HALL, Stuart. The work of representation. *In*: HALL, S. **Representation: Cultural representations and signifying practices**. London: SAGE Publications LTDA, 1999. Chapter 1, p. 15 – 69
- HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2008.
- KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**. São Paulo: EDUSC, 2001
- LE GOFF, Jaques. **A história deve ser dividida em pedaços?** São Paulo: Editora Unesp, 2015
- LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Proj. História**. São Paulo, nov. 1998, pp. 63-201
- REIS, José Carlos. **História & Teoria: Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006
- PEGORARO, Olinto A. **Sentidos da história: eterno retorno, destino, acaso, desígnio inteligente, progresso sem fim**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011
- SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993
- URICCHIO, William. Cyberhistory: Historical Computer Games and Post-Structuralist Historiography. *In*: GOLDSTEIN, Jeffrey; RAESSENS, Joost. **Handbook of Computer Games Studies**. Cambridge: MIT Press, 2005, pp. 327-338
- UTTAL, William R. **The new phrenology: the limits of localizing cognitive processes in the brain**. Cambridge: The MIT Press, 2001
- WHITE, Hayden. **The Content of the form: Narrative discourse and historical representation**. Baltimore: Johns Hopkins Paperbacks edition, 1990
- WIEVIORKA, Michel. **O Racismo, uma Introdução**. São Paulo: Perspectiva, 2007

Recebido em: 23/11/2016

Aprovado em: 20/12/2016

CANONIZAÇÃO, PODER E DISCURSO NO SÉCULO XIII: UMA ANÁLISE CRÍTICA E GENEALÓGICA DO PROCESSO DE DOMINGOS DE GUSMÃO

Thiago de Azevedo Porto¹
UFPA/PPGHC/UFRJ

Resumo: Ao longo do século XIII, o papado se empenhou para consolidar uma nova disciplina para as canonizações. Uma série de procedimentos e critérios foram estabelecidos por diferentes pontífices nesse período com o intuito de padronizar as causas de canonização, além de garantir uma exclusividade para o bispo de Roma nos julgamentos sobre a santidade. A canonização de Domingos de Gusmão, em 1234, pelo papa Gregório IX, mesmo sendo um caso particular, é exemplar sobre esse processo histórico de afirmação do poder pontifício e de suas estratégias de atuação. O presente artigo realiza uma análise do discurso a partir das *Atas dos Testemunhos de Bolonha*, parte integrante do processo de canonização que resultou no reconhecimento da santidade do primeiro mestre geral da Ordem dos Frades Pregadores.

Palavras-chave: canonização, discurso e Domingos de Gusmão

CANONIZATION, POWER AND SPEECH IN THE 13TH CENTURY: A CRITICAL AND GENEALOGICAL ANALYSIS OF THE DOMINIC OF GUSMÃO PROCESS

Abstract: Throughout the thirteenth century the papacy worked to consolidate a new discipline for canonizations. A series of procedures and criteria were established by different pontiffs in that period in order to standardize the causes of canonization, besides guaranteeing an exclusivity for the bishop of Rome in the judgments on the sanctity. The canonization of Dominic of Guzmán in 1234, by Pope Gregory IX, even being a particular case, is exemplary of this historical process of asserting the pontifical power and its strategies of action. This article makes a speech analysis from the *Minutes of the Testimonies of Bologna*, an integral part of the process of canonization that resulted in the recognition of the holiness of the first general master of the Order of Friars Preachers.

Keywords: canonization, speech and Dominic of Guzmán

¹ Professor de História Antiga e Medieval da Universidade Federal do Pará (UFPA), atuando desde novembro de 2009 na Faculdade de História (FAHIST) do Campus Universitário de Bragança. Doutorando no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC/UFRJ), onde desenvolve a pesquisa intitulada “A santidade como política: uma abordagem comparativa de grupos e instituições atuantes na canonização de Domingos de Gusmão”. Cabe ressaltar que o presente texto é, ao mesmo tempo, fruto da pesquisa de doutorado e das reuniões de debates conduzidas pela Prof.^a Dr.^a Andréia C. L. Frazão da Silva no âmbito do Programa de Estudos Medievais da UFRJ. Por isso, fica o meu agradecimento à professora Andréia e aos demais colegas do PEM que muito contribuíram para o desenvolvimento deste texto, com suas observações e críticas construtivas.

Reconhecer a santidade em um cristão e autorizar o estabelecimento de um culto público pela comunidade local, tais são atos que integravam o conjunto de prerrogativas e poderes exercidos pelos bispos do Ocidente Medieval pelo menos desde o século V. Contudo, a partir das últimas décadas do século XII, iniciou-se um processo histórico que visava transferir ao papa um direito exclusivo para decidir sobre a canonização, transformada em uma reserva pontifícia e cercada de procedimentos que reforçavam o papel institucional do papado e da cúria romana no âmbito da hierarquia eclesiástica.² Algumas decisões tomadas entre as últimas décadas do século XII e as primeiras do século XIII, em um período de pouco mais de 60 anos, ajudam a reforçar essa interpretação historiográfica.

Em 1171 ou 1172, o papa Alexandre III (1159-1181) redigiu uma epístola endereçada ao rei Kol da Suécia na qual manifestava claramente o seu poder de interdição no tocante ao culto dos santos, quando proibiu o referido monarca de cultuar publicamente ao seu predecessor (rei Eric) sob a argumentação de que mesmo se prodígios e milagres tivessem ocorrido no local e fossem associados ao antigo rei, caberia somente à Igreja Romana reconhecer tais elementos e autorizar o culto a santidade.³ Portanto, o texto, que ficou conhecido pelo título de *Audivimus*, demarcava claramente a prerrogativa do pontífice romano para a autorização do culto aos santos e expandia sua jurisdição sobre toda a cristandade, visto que a intervenção romana, nesse caso, se direcionava a uma área geograficamente distante da Santa Sé.

A partir de 1200, no pontificado de Inocêncio III (1198-1216), novas iniciativas se somaram aos esforços de seus antecessores no sentido de reservar ao bispo de Roma um poder exclusivo sobre as canonizações. E isso foi manifestado na bula de canonização da imperatriz Cunegundes, na qual o papa em questão ressaltou que o tipo de juízo praticado nesse ato só poderia ser exercido pelo vigário de Cristo e sucessor de Pedro.⁴ Também com a realização do IV Concílio de Latrão, em 1215, quando se proibiu oficialmente a veneração de “novas relíquias” sem a autorização prévia do pontífice romano, tal como foi registrado no cânone 62 das atas do concílio. Uma vez

² VAUCHEZ, André. **La sainteté en Occident aux derniers siècles du Moyen Âge**. D’après les procès de canonisation et les documents hagiographiques. Rome: École Française de Rome, 1988, p. 25-37. (Bibliothèque des Écoles françaises d’Athènes et de Rome, 241)

³ MATZ, Jean-Michel. Contrôle et discipline du culte des saints au moyen âge. In: LE GUERN, Philippe (dir.). **Les cultes médiatiques: Culture fan et oeuvres cultes**. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2002, p. 46. Disponível na internet: <http://books.openedition.org/pur/24168>, acessado em maio de 2016.

⁴ Ibidem, p. 46.

mais se reforçava a prerrogativa de poder e exclusividade do bispo de Roma no que concerne ao culto dos santos.⁵

Ao longo dos pontificados de Honório III (1216-1227) e Gregório IX (1227-1241), o significado atribuído à santidade e o funcionamento dos processos de canonização já apontavam para uma maturação das decisões e dos atos praticados por seus predecessores, sobretudo no sentido de garantir a reserva exclusiva do papa como um direito canônico.⁶ Em 1234, quando a epístola *Audivimus* do papa Alexandre III foi inserida nas decretais de Gregório IX, deu-se, então, o passo decisivo para fundamentar juridicamente nas leis canônicas a exclusividade do pontífice romano no direito de canonizar um cristão. Desde então o período de flutuação e imprecisão jurídicas que caracterizaram as décadas anteriores foi dado como encerrado, visto que o conhecimento dos cânones e das normas eclesiásticas era a base para o funcionamento da Igreja, dessa forma a desculpa do desconhecimento não seria mais admitida.⁷

Assim sendo, de acordo com a historiografia consultada e aqui referida, ainda na primeira metade do século XIII, a Igreja Romana tinha alcançado resultados efetivos nesse processo de ordenação e controle do culto aos santos, reforçando a disciplina eclesiástica sobre a veneração dos santos antigos e acerca do reconhecimento dos santos contemporâneos. Na prática, porém, o papado conseguiu apenas estabelecer uma fronteira visível entre dois níveis de cultos no Ocidente Medieval: de um lado, um círculo restrito reunindo aqueles santos reconhecidos oficialmente pelo pontífice romano, que passavam a ser alvo de um culto público universal e oficialmente aprovado; de outro, a diversidade de cultos e devoções locais que se desenvolveram fora controle estrito de Roma, mas contando com o apoio, ou no mínimo com a negligência, das autoridades episcopais de cada região.⁸

Com vistas a alcançar os propósitos estabelecidos para este artigo, delimitarei a argumentação e os esforços de reflexão ao primeiro nível mencionado no parágrafo anterior: aquele formado pelos santos canonizados oficialmente pela Igreja Romana. Interessa-me nessa oportunidade, principalmente, esclarecer sobre o funcionamento dos

⁵ VAUCHEZ, Op. Cit., 1988, p. 33.

⁶ PACIOCCO, Roberto. Il Papato e i santi canonizzati degli Ordini mendicanti. Significati, osservazioni e linee di ricerca (1198-1303). In: **Il Papato duecentesco e gli Ordini Mendicanti**. Atti del XXV Convegno Internazionale (Assisi, 13-14 di febbraio, 1998). Spoleto: CISAM, 1998, p. 265-341. P. 269.

⁷ VAUCHEZ, Op. Cit., 1988, p. 34-36.

⁸ MATZ, Op. Cit., 2002, p. 47-48; VAUCHEZ, André. O Santo. In: LE GOFF, Jacques (dir.). **O Homem Medieval**. Lisboa: Presença, 1989, p. 211-230. P. 219.

processos de canonização no século XIII, de forma a criar a base contextual e historiográfica necessária ao melhor entendimento da causa de canonização que será analisada mais a frente.

No contexto do século XIII, os processos de canonização geralmente se iniciavam com uma resposta do pontífice romano a demandas externas que eram manifestadas através de cartas, que postulavam a abertura de um inquérito.⁹ Tais textos continham, entre outras informações, descrições de milagres supostamente realizados pelo candidato, o que por si só, não era considerado evidência suficiente para a abertura de uma causa.¹⁰

Logo se iniciava uma série de procedimentos que visavam levantar as informações consideradas pertinentes ao processo e que refletiam, na prática, o controle e a disciplina estabelecidos pelo papado (ao longo dos séculos XII e XIII) como parte de seu direito exclusivo sobre as canonizações: primeiro um processo informativo, sob a responsabilidade de representantes da diocese local, que tinha como função assegurar ao papa que o candidato em questão gozava de uma reputação de santidade suficiente para a abertura de uma causa de canonização; depois o inquérito pontifício, conduzido por três comissários (geralmente um desses era bispo) e consignado por um notário, grupo que tinha sua prerrogativa de trabalho autorizada e sustentada diretamente por decisões do papa; por fim, a parte do processo que tramitava no âmbito da cúria romana, com a análise da dupla informação (oriunda das duas partes iniciais) a respeito da vida e dos milagres do candidato, e que serviria de base para a decisão tomada pelo bispo de Roma ao fim do processo.¹¹

Se os procedimentos de canonização estabelecidos pelo papado permitiam o exercício do controle e da disciplina no âmbito da hierarquia eclesiástica, manifestando, desse modo, relações de poder entre as diferentes instâncias da Igreja, os critérios que norteavam a avaliação das informações levantadas a partir dos inquéritos apontavam, por outro lado, o sentido que o papado conferia à santidade e a possibilidade de restringir os cultos de acordo com sua própria visão e seus interesses.

⁹ TEIXEIRA, Igor Salomão. Os processos de canonização como fontes para a História Social. **Revista Signum**, v. 14, n. 2, 2013, p. 131-150. P. 145.

¹⁰ GOODICH, Michael. The politics of canonization in the thirteenth century: lay and mendicant saints. In: WILSON, Stephen (Ed.). **Saints and Their Cults: Studies in Religious Sociology, Folklore and History**. Cambridge: University Press, 1983, p.169-187. P.172.

¹¹ MATZ, Op. Cit., 2002, p. 46.

Inocêncio III foi um dos papas que mais atuou para estabelecer claramente padrões e critérios que guiassem a avaliação da Igreja nas causas de canonização. Na bula em que manifesta o reconhecimento da santidade de Gilberto de Sempringham, o referido pontífice argumentou que “mesmo Satan, mágicos dos Faraós, Fariseus e o Anticristo seriam capazes de confundir bons cristãos realizando milagres e boas ações”, por isso, para alcançar uma canonização referendada por Roma seriam requeridas provas incontrovertidas de vida virtuosa e ações milagrosas, atestadas por testemunhas confiáveis perante um tribunal.¹² Foi ele também quem elaborou teoricamente a função caracterizadora da santidade, a qual era atribuída um papel de exemplaridade aos cristãos, o que seria delimitado a partir das virtudes morais e dos milagres que deveriam demarcar um exemplo de perfeição a ser seguido pelos demais.¹³

A padronização das informações a serem buscadas pelos inquiridos e a definição de critérios que *a priori* delimitavam o que se considerava santidade pela Igreja de Roma, de um lado, apontam para a valorização do conhecimento e das práticas jurídicas no âmbito do papado, e de outro, para o exercício de um direito de controle sobre a natureza e o conteúdo das devoções que a própria instituição deveria ou não autorizar, principalmente ao regulamentar a questão das provas de santidade. É dessa forma que a Sé Romana foi, paulatinamente, reduzindo o peso dos milagres na apreciação da santidade, ao mesmo tempo em que intensificava a importância dos aspectos biográficos, demarcando distanciamento e crítica quanto aos fenômenos sobrenaturais, aspecto prioritário nas manifestações públicas e populares sobre a santidade.¹⁴

Uma vez abordado, mesmo que brevemente, o processo histórico em que o papado buscou transferir para Roma as prerrogativas anteriormente exercidas por todos os bispos da Igreja (no tocante ao culto dos santos), bem como delimitados os procedimentos, os critérios e as bases para o funcionamento das causas de canonizações no século XIII, como um resultado direto daquele mesmo processo, cabe agora partir para a observação e análise de um caso particular.

A causa de canonização de Domingos de Gusmão: o inquirido de Bolonha (1233)

Em julho de 1234 o papa Gregório IX emitiu a bula de canonização *Fons sapientiae*, oficializando o reconhecimento da santidade de Domingos de Gusmão e

¹² GOODICH, Op. Cit., 1983, p. 182. [Tradução do autor]

¹³ PACIOCCO, Op. Cit., 1998, p. 266-268.

¹⁴ MATZ, Op. Cit., 2002, p. 46-47.

dando fim ao processo de investigação iniciado um ano antes, com a nomeação de uma comissão pontifícia que foi responsável por conduzir o inquérito para levantar informações sobre a vida, a fama, a morte e os milagres atribuídos ao primeiro mestre geral da Ordem dos Pregadores.

O processo inquisitorial (*inquisitio in partibus*) realizado na cidade de Bolonha¹⁵ foi conduzido pela comissão formada por Aldevrando Tebaldi (notário por autoridade imperial), Tancredo (mestre e arcediogo de Bolonha), Tomás (prior de Reno) e Palmiero (frei de Campagnola), cabendo aos três últimos a função de juiz tal qual delegada a eles pelo papa Gregório IX, enquanto coube ao primeiro a tarefa de redigir os testemunhos em forma pública, segundo as informações apresentadas ao final das *Atas dos Testemunhos de Bolonha*.¹⁶

O documento em questão reproduz as declarações atribuídas a nove frades dominicanos (alguns ligados à Universidade de Bolonha) que foram inquiridos (um a cada dia) no período de 06 a 17 de agosto de 1233, com exceção dos dias 14 e 15.¹⁷ As expressões de linguagem¹⁸ utilizadas reiteradamente pelo notário ao longo das atas, ao reproduzir a fala dos testemunhos na terceira pessoa do singular, revelam a dinâmica inquisitorial do trabalho,¹⁹ com questionamentos direcionados, bem como a exploração dos conteúdos e das fontes de informação, embora o texto em si não tenha sido anotado na forma de um interrogatório.

Pelas características acima destacadas trata-se de uma documentação de caráter jurídico e institucional, sendo parte integrante de um processo de canonização conduzido segundo normas, procedimentos e critérios padronizados pelo papado, e que

¹⁵ Vale ressaltar que o processo de canonização de Domingos de Gusmão foi dividido em dois inquéritos, um realizado na cidade de Bolonha (Itália) e outro na cidade de Toulouse (França), que foram conduzidos por duas comissões em períodos diferentes. Nesse sentido, destaco que o presente texto concentra seus esforços de análise e reflexão apenas no inquérito de Bolonha.

¹⁶ A versão aqui utilizada é o resultado de uma edição crítica traduzida para o espanhol: *Actas de los Testigos de Bolonia. Proceso de Canonización de Santo Domingo*. In: GARGANTA, José María de; GELABERT, Miguel; MILAGRO, José María (eds.). **Santo Domingo de Guzmán. Visto por sus contemporáneos**. Madrid: BAC, 1947, p. 267-300. Nas demais referências feitas ao texto das atas, utilizarei uma sigla (ATB/PCSD), complementada com a identificação da página.

¹⁷ GOODICH, Op. Cit., 1983, p. 179.

¹⁸ “También afirmó”, “Assim mesmo manifestou que”, “También disse”, “Declarou também”, “Igualmente afirmou”, “Interrogado como sabe isto, respondeu”, “Perguntado como sabe isto, respondeu”.

¹⁹ Nesse ponto, especificamente, concordo com a proposição de Igor S. Teixeira de que os processos de canonização podem ser entendidos como uma prática inquisitorial e que, provavelmente, os manuais que orientavam o trabalho dos inquisidores no combate às heresias eram os mesmos a guiar a prática dos comissários que atuavam nas causas de canonização, pela falta de manuais específicos para esta finalidade: TEIXEIRA, Igor S. A Pesquisa em História Medieval: relatos hagiográficos e processos de canonização. *Aedos*, v. 2, n. 2, 2009.

representam o modelo inquisitorial de investigação que foi estabelecido em finais do século XII e início do XIII, tal qual explorado na primeira parte deste artigo.

Partindo das informações iniciais sobre o inquérito realizado em Bolonha e tendo também a historiografia como suporte para a exploração desse contexto, é possível identificar a participação de diferentes instituições e grupos no processo de canonização de Domingos de Gusmão, a começar pelo papado. Pois o papa Gregório IX autorizou a abertura da causa, bem como nomeou as duas comissões que conduziram as investigações realizadas em Bolonha e Toulouse. Embora ele não tenha isentado o frade pregador de um processo investigativo, tal como fez com Francisco de Assis, a argumentação do papa ao se comunicar em carta com os comissários de Bolonha, já antecipava boa parte de seu juízo a respeito do candidato: compara Domingos de Gusmão a uma estrela, que brilha como um novo astro trazendo alegrias a muitos e à própria Igreja com a projeção singular e excepcional de uma luz potente.²⁰

Antes mesmo da conclusão dos trabalhos da comissão e da avaliação da ata de testemunhos, o pontífice romano já deixava clara a sua tendência favorável à canonização. Cabe ainda lembrar o seu envolvimento no primeiro sepultamento do pregador dominicano, bem como a autorização e o apoio manifestado à *traslatio corporis* que foi realizada no convento de Bolonha em maio de 1233.²¹

A Ordem dos Pregadores é outra instituição a integrar os esforços e as iniciativas que visavam sustentar uma causa de canonização em favor de Domingos de Gusmão. Os frades dominicanos, bem como seus superiores e mestres, participaram ativamente das diferentes fases do processo: a elaboração e o envio da carta postulando a abertura da causa em Roma; a construção de um novo local de sepulcro para Domingos, em uma basílica recém-inaugurada; a *traslatio corporis* que transferiu os restos mortais do antigo mestre geral e foi feita em uma dupla cerimônia religiosa; a campanha de pregação sobre a santidade do fundador da ordem no âmbito do movimento devocional do *Alleluia*; a redação da crônica que figurou como primeira hagiografia sobre Domingos de Gusmão, servindo de suporte e complemento às informações biográficas colhidas no âmbito dos inquéritos.²²

²⁰ GÓMEZ-CHACÓN, Diana Lucía. Santo Domingo de Guzmán. *Revista Digital de Iconografía Medieval*, v. 5, n. 10, 2013, p. 89-106. P. 92.

²¹ PACIOCCO, Op. Cit., 1998, p. 285.

²² BORGUI, Beatrice. Una ciudad, un santo, una orden: Bolonia, Domingo de Caleruega y la Orden de los Frailes Predicadores. Entre la vocación al estudio y la custodia de las sagradas prendas. *Medievalismo*, n. 25, 2015, p. 13-54; BARONE, Giulia. Il Papato e i Domenicani nel Duecento. *In: II*

O episcopado, a universidade e o governo local também se envolveram no planejamento e nas ações executadas com o objetivo de canonizar Domingos de Gusmão, basta lembrar que estiveram reunidos para formar a delegação enviada a Roma para pedir a abertura do processo. A universidade aparece representada na elaboração da carta postulatória, bem como no inquérito realizado na cidade italiana, visto que seus integrantes elaboraram aquele primeiro documento e participaram como testemunhas na investigação. Também o bispo local e seus representantes integraram as iniciativas realizadas, participando da cerimônia de *traslatio corporis* de Domingos de Gusmão e inaugurando, através de uma cerimônia religiosa, a nova basílica construída pelos dominicanos em homenagem ao seu fundador. Por fim, o *podestá* de Bolonha, principal representante do governo cidadão, teve participação destacada nos eventos de maio de 1233, sendo o responsável pela guarda do corpo e do sepulcro, e acompanhando todos os procedimentos realizados desde a exumação até o novo sepultamento.²³

Se, por um lado, as instituições e os grupos representantes dos poderes mais tradicionais participaram das iniciativas favoráveis à canonização de Domingos de Gusmão, por outro, não há como negar o envolvimento de grupos mais populares da cidade de Bolonha com o mesmo intuito. A começar pelos fiéis, que visitavam o sepulcro do antigo fundador dos dominicanos desde a sua morte e que insistiam junto à comunidade dos frades para que construíssem um local de sepulcro mais digno de uma veneração. Por sua vez, os frades inicialmente refutavam os intentos dos fiéis e argumentavam que a construção de um novo local de sepulcro ia contra os princípios de pobreza e humildade, valores tão prezados pelo antigo mestre geral da ordem.²⁴ As ações desenvolvidas posteriormente acabam apontando uma mudança na postura da comunidade dominicana de Bolonha, já que as solicitações feitas inicialmente pelos fiéis foram apropriadas no decorrer da causa de canonização. Assim como a campanha de pregação realizada pelo dominicano Giovanni de Vicenza nas regiões italianas da Emilia Romagna e do Veneto, como parte do movimento devocional intitulado *Alleluia*, também demonstra a importância que foi dada aos grupos populares como base de

Papato duecentesco e gli Ordini Mendicanti. Atti del XXV Convegno Internazionale (Assisi, 13-14 di febbraio, 1998). Spoleto: CISAM, 1998, p. 81-103.

²³ BORGUI, Op. Cit., 2015, p. 24-25; GOODICH, Op. Cit., 1983, p. 178-179.

²⁴ GÓMEZ-CHACÓN, Op. Cit., 2013, p. 94-95.

sustentação para o processo de canonização, pois deles dependia diretamente a difusão de uma *fama sanctitatis* associada a Domingos de Gusmão.²⁵

Embora a documentação aqui brevemente explorada possa ser definida como jurídica e institucional, por ser resultante de uma prática inquisitorial que seguia normas e orientações emanadas da Sé Romana, a identificação das instituições e dos grupos que tomaram parte nos atos realizados no âmbito do referido inquérito em Bolonha, bem como as funções que desempenharam, apontam a existência de relações de poder que ultrapassam o âmbito institucional abarcado exclusivamente pela Igreja Romana. Assim sendo, surgiu a necessidade de utilizar uma base teórico-metodológica que permitisse explorar a complexa dinâmica de relações de poder em uma documentação de natureza discursiva.

Por isso optei por uma abordagem no campo da *Análise do Discurso*, partindo de categorias de análise, princípios e procedimentos que foram estabelecidos por Michel Foucault no livro *A ordem do discurso*.²⁶ Para o filósofo francês o discurso não é um elemento secundário no convívio social, ou uma prática subjetiva que não pode ser decodificada. Ele é um acontecimento social e histórico, pois é alvo das disputas pelo poder e dos conflitos entre grupos divergentes por determinadas posições, por conseguinte, ele é, ao mesmo tempo, objeto a ser conquistado e arena para as lutas do cotidiano.²⁷ Por isso, através da análise do discurso, é possível desvelar as tensões e as configurações que constituem as sociedades e suas instituições ao longo da História.

Os principais objetivos da análise proposta, ao abordar o referido documento através do quadro teórico-metodológico caracterizado acima, podem ser resumidos em dois: num primeiro plano, evidenciar o conteúdo textual e sua forma de organização, bem como aqueles que seriam os sujeitos do discurso, vislumbrando os possíveis caminhos de análise para a abordagem a ser realizada na tese de doutorado; num segundo plano, testar os limites, as dificuldades e o potencial desse tipo de análise ao explorar uma parte do *corpus* documental selecionado para a pesquisa de doutorado.²⁸

²⁵ PACCIOCO, Op. Cit., 1998, p. 280; BARONE, Op. Cit., 1998, p. 94.

²⁶ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 21 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

²⁷ Ibidem, p. 10.

²⁸ Tal pesquisa de doutorado é conduzida por mim sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Andréia C. L. Frazão da Silva no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC/UFRJ), com previsão de conclusão para março de 2018. O objeto da investigação é justamente a causa de canonização de Domingos de Gusmão, com o intuito principal de comparar a participação de diferentes grupos e instituições nesse processo.

Para uma melhor aplicação dessa abordagem e das categorias que lhe são constituintes, o trabalho de análise encontra-se organizado em duas partes: na primeira uma análise crítica, explorando as formas de controle que atuam no documento e que permitem a efetivação de um *sistema de recobrimento do discurso*; na segunda uma análise genealógica, avançando sobre as formas de regularidade presentes nas atas e que configuram o próprio processo de *formação do discurso*. Por fim, na conclusão do artigo, apresentarei uma síntese comparativa das duas análises, destacando os aspectos que foram registrados como objetivos no parágrafo anterior.

O recobrimento do discurso nas Atas dos Testemunhos de Bolonha: uma análise crítica

Desvendar as formas de controle que atuam sobre as formações discursivas e, dessa forma, efetivam um *sistema de recobrimento do discurso*, tal é a tarefa principal da análise crítica na perspectiva foucaultiana²⁹ e que pretendo colocar em prática nesta parte do texto. Para isso, partirei dos seguintes questionamentos: quais são as formas de controle que pesam sobre as formações discursivas presentes nas *Atas dos Testemunhos de Bolonha*? Tais formas de controle contribuíram de alguma maneira na formação de um discurso oficial sustentando a canonização de Domingos de Gusmão?

Seguindo o roteiro teórico-metodológico de análise traçado por Foucault em *A ordem do discurso*, é possível detectar princípios e procedimentos de ordenamento, de exclusão e de rarefação que atuam nas formações discursivas como formas de controle, constituindo um verdadeiro *sistema de recobrimento do discurso*, ou seja, um sistema que define a forma de funcionamento do discurso e que, por conseguinte, visa conjurar os poderes que atuam sobre ele e dominar o seu acontecimento aleatório.³⁰ Será possível detectar esses mesmos princípios e procedimentos atuando no documento em questão?

A noção de ordenamento do discurso remete a um procedimento sistemático de organização, distribuição e classificação daquilo que é afirmado por determinadas pessoas em circunstâncias específicas.³¹ Esse princípio discursivo pode ser executado quase que automaticamente por alguém que fala para uma platéia de ouvintes, de forma dinâmica, constituindo o próprio ato da fala, ou pode ser definido antes do acontecimento discursivo, buscando dar coerência e coesão ao discurso antes mesmo de

²⁹ FOUCAULT, Op. Cit., 2011, p. 69.

³⁰ Ibidem, p. 69.

³¹ FOUCAULT, Op. Cit., 2011, p. 21.

ser proferido. No caso das *Atas dos Testemunhos de Bolonha* o ordenamento do discurso aparece, mas não pode ser atribuído exclusivamente, ou em primeiro caso, ao sujeito da fala. Pois as pessoas que falam através desse documento respondem a questões realizadas pela comissão pontifícia que investiga a causa de canonização de Domingos de Gusmão, portanto, e *a priori*, existe uma ordenação dos temas a serem abordados.

De outro lado, tudo o que foi falado pelos testemunhos também passa por um procedimento de organização que coube ao notário imperial responsável por registrar essas falas na forma de uma ata pública. Assim, no caso específico das atas em análise, por mais que o testemunho quisesse organizar a sua fala segundo uma lógica própria e o fizesse, de certa forma, ao responder os questionamentos, suas formações discursivas eram, de início e ao final, perpassadas por procedimentos de organização que independiam da vontade desse sujeito que fala, pois foram exercidos por aqueles que comandavam o processo de investigação e registro.

Ao final do texto das atas, Aldevrando Tebaldi se identifica como “notário por autoridade imperial”, responsável por receber os testemunhos segundo mandato dos “juízes (Tancredo, Tomás e Palmiero) delegados pelo senhor Papa”, e esclarecendo que “escreveu seus testemunhos em forma pública”. Por fim, afirma que “Concluem [aqui] os testemunhos aceitados acerca da *vida, fama, morte e milagres* do bem aventurado Domingos”.³²

Além de identificar claramente os responsáveis pela condução do processo de investigação e pelo registro dos testemunhos, a fala do notário imperial aponta também uma ordem temática para os relatos que foram reproduzidos no documento: deviam tratar da vida, da fama, da morte e dos milagres atribuídos a Domingos de Gusmão. Aqui fica evidenciado um procedimento de ordenação: os assuntos a serem tratados no processo já estavam, *a priori*, definidos e delimitados nesses quatro temas. É importante registrar que muita coisa poderia ser dita sobre eles, mas também que não faria sentido o testemunho abordar assuntos que fugissem à lógica definida por esses quatro temas, principalmente quando existem questionamentos específicos a serem respondidos.

Os papéis desempenhados pela comissão pontifícia e pelo notário imperial também permitem revelar o procedimento de exclusão tal como exercido no âmbito do inquérito conduzido em Bolonha. A exclusão, nesse caso, pode ser identificada e

³² ATB/PCSD, p. 300. [Tradução do autor]

analisada através dos princípios de *interdição* e *separação*. Segundo Foucault, a *interdição* funciona como um procedimento de exclusão aplicado ao discurso: o direito da fala não é livre e universal, não é qualquer um que pode falar qualquer coisa, não se pode falar de tudo em qualquer circunstância.³³ Dupla interdição: do sujeito que fala e dos seus enunciados. Já a *separação* entra em vigor quando o conteúdo de uma fala é alvo de escuta e seleção por outro sujeito (que não é o autor da fala), e que tem como tarefa justamente realizar essa separação do conteúdo a ser registrado no documento. Foucault pensava nos médicos que exercitavam esse procedimento ao escutar aqueles que eram considerados loucos.³⁴ No caso do inquérito não temos médicos, porém sujeitos instituídos legalmente para realizar esse mesmo procedimento de escuta e seleção, colocando em prática o princípio de *separação* aplicado ao discurso. Pela semelhança da função desempenhada e por sua natureza institucional, acreditamos que a lógica pode ser aplicada sem risco de forçar a teoria.

Ao explorar as atas resultantes do inquérito conduzido na cidade de Bolonha, constata-se que nove frades dominicanos foram previamente selecionados para atuar como testemunhas: frei Ventura de Verona, frei Guillermo de Montferrat, frei Amizo de Milão, frei Bonvizo de Piacenza, frei Juan de Navarra, frei Rodolfo de Faenza, frei Esteban de Espanha, frei Pablo de Veneza e frei Frugerio de Penna. De pronto, alguns questionamentos podem ser feitos: por que nove testemunhos? Ou melhor, por que esses nove sujeitos em questão e não outros? Na introdução do documento aparece a informação de que os frades “foram consignados por frei Felipe de Vercelli, canônico da mesma Ordem, designado procurador por frei Ventura, prior do convento e da igreja de San Nicolás, [...] e pelo Capítulo da mesma igreja”.³⁵ Sendo assim, foi designada no âmbito da Ordem dos Pregadores uma pessoa responsável por selecionar os frades que seriam as testemunhas do processo e apresentá-los à comissão pontifícia para o prosseguimento dos trabalhos.

Frei Felipe de Vercelli foi indicado procurador da causa de canonização de Domingos de Gusmão no Capítulo da Ordem realizado em 1233, no convento de San Nicolás, sendo posteriormente nomeado para essa função por frei Ventura de Verona, que então ocupava o cargo de prior do convento e da igreja de San Nicolás. Frei Felipe ingressou na ordem dominicana em 1220, ou seja, pouco antes da morte de Domingos

³³ FOUCAULT, Op. Cit., 2011, p. 9.

³⁴ FOUCAULT, Op. Cit., 2011, p. 13.

³⁵ ATB/PCSD, p. 267. [Tradução do autor]

de Gusmão, sendo já nessa época doutor em direito canônico. Antes de atuar na referida causa de canonização ocupou, em três ocasiões, o cargo de mestre provincial da Lombardia e após o fim do processo foi designado mestre provincial da Terra Santa.³⁶

Desperta atenção o fato de que o frade escolhido para desempenhar a função de procurador da causa de canonização de Domingos de Gusmão fosse um doutor versado em direito canônico e já experiente em funções administrativas no âmbito da ordem dominicana. Portanto entregaram tal responsabilidade a alguém com experiência, formação específica e conhecimento processual para dar direcionamento e base ao processo de canonização, pois caberia a ele: selecionar e apresentar os testemunhos à comissão pontifícia (quem sabe, orientá-los antes dos depoimentos); subscrever a memória ou resumos das virtudes e dos milagres de Domingos de Gusmão (documentos que seriam posteriormente anexados ao processo e revisados pela cúria romana); além de solicitar ao pontífice em exercício a decisão final do processo.³⁷

Certamente, Felipe de Vercelli ocupou uma função de primeira importância na referida causa de canonização e assim como as demais pessoas que participaram diretamente desse processo, merece uma investigação mais aprofundada para apurar suas ações e os desdobramentos delas, bem como suas motivações. Contudo isso ficará para outra ocasião, já que não quero agora distanciar-me do roteiro teórico-metodológico traçado para esse texto.

Para os propósitos aqui estabelecidos, basta confirmar que o princípio da *interdição* esteve presente no inquérito realizado em Bolonha, visto que num universo bastante amplo e diverso de frades que poderiam testemunhar apenas nove foram selecionados, delimitando quem teria o direito de fala no inquérito e deixando de fora muitos outros frades. Nesse caso, a interdição aparece inicialmente relacionada ao procedimento de seleção das testemunhas do processo em Bolonha, algo que esteve sob a responsabilidade do frade Felipe de Vercelli.

Chama atenção também a própria composição do grupo de testemunhas em Bolonha, sendo todas pertencentes aos quadros da Ordem dos Frades Pregadores e algumas vinculadas a Universidade de Bolonha, principalmente quando comparado com o outro inquérito (aquele que foi conduzido em Toulouse, no sul da França): lá foram registrados dezenas de testemunhos, sendo adicionado pelo notário que mais de

³⁶ GARGANTA, Op. Cit., 1947, p. 233.

³⁷ GARGANTA, Op. Cit., 1947, p. 233.

trezentas pessoas foram ouvidas e que não constavam nas atas porque afirmavam as mesmas coisas que já apareciam nos testemunhos registrados.³⁸ Além disso, em Toulouse, a seleção das pessoas a falar foi mais diversificada, não se restringindo aos frades da ordem dominicana.

Logo, no inquérito conduzido em Bolonha, a *interdição* aos sujeitos da fala se configura duplamente: na restrição a um número bem limitado de testemunhas a serem consideradas no processo de canonização, deixando de fora dezenas, talvez centenas de pessoas que poderiam ser escutadas acerca da vida, da fama, da morte e dos milagres de Domingos de Gusmão; e também ao restringir essa seleção de testemunhas as pessoas que integravam os quadros da Ordem dos Frades Pregadores (sendo alguns também vinculados à universidade local).

Além disso, cabe registrar e reforçar a *interdição* ao conteúdo da fala, o que Foucault define como tabu do objeto.³⁹ Após interditar o direito de fala, selecionando as pessoas a serem escutadas no inquérito conduzido em Bolonha, identifica-se um segundo princípio de *interdição*, dessa vez aplicado ao objeto da fala: não se pode falar de qualquer coisa, já que os temas a serem abordados foram previamente definidos pela comissão pontifícia. Os interrogadores interpelavam as testemunhas com perguntas específicas, restringindo o teor da fala e direcionando as formações discursivas através de assuntos a serem abordados. E assim, através de uma dupla *interdição*, que atinge os sujeitos e os enunciados, ao mesmo tempo, aqueles que estiveram à frente do processo de canonização conseguiram direcionar as formações discursivas dos sujeitos que participaram da causa para a construção de um discurso oficial sobre a canonização de Domingos de Gusmão.

Quanto à *separação* como princípio de exclusão aplicado ao discurso, uma breve comparação entre dois testemunhos pode esclarecer esse aspecto. O primeiro testemunho registrado nas atas é o de frei Ventura de Verona, que na época do inquérito era justamente o prior do convento e da igreja de San Nicolás, local do sepultamento de Domingos de Gusmão e de onde, ao que tudo indica, partiam os esforços institucionais para alavancar a causa de canonização do antigo fundador da ordem.⁴⁰ Frei Ventura

³⁸ Actas de los Testigos de Tolosa. In: GARGANTA, José María de; GELABERT, Miguel; MILAGRO, José María (eds.). **Santo Domingo de Guzmán. Visto por sus contemporáneos**. Madrid: BAC, 1947, p. 315.

³⁹ FOUCAULT, Op. Cit., 2011, p. 9.

⁴⁰ Na pesquisa de mestrado desenvolvida anteriormente, constatamos que o convento de Bolonha era, no contexto da canonização de Domingo, uma espécie de centro decisório da Ordem dos Pregadores e que

ingressou na Ordem dos Frades Pregadores em 1220, recebendo o hábito do próprio Domingos de Gusmão, com quem conviveu pouco mais de um ano no convento de Bolonha. Tal frade assistiu ao primeiro Capítulo Geral da Ordem (realizado em 1220, no convento de San Nicolás) e nessa ocasião foi eleito prior do convento de Bolonha, cargo que permanecia ocupando no contexto do inquérito.⁴¹

O testemunho de frei Ventura ocupa pouco mais de seis páginas das atas⁴² em análise e aborda uma diversidade de assuntos (que não deixam de estar relacionados àqueles quatro temas condutores, ressaltados anteriormente): governo da Ordem; o trabalho desenvolvido por Domingos de Gusmão dentro e fora da Ordem; as práticas religiosas cotidianas do antigo mestre geral; as virtudes de Domingos como religioso e como ser humano; a trasladação de seus restos mortais; os milagres que teria realizado em vida e após a morte. Enfim, um quadro pintado com riqueza de detalhes e que permite caracterizar Domingos de Gusmão em sua vida dedicada à formação e expansão da Ordem dos Pregadores, bem como os sinais de santidade manifestados em vida, tudo organizado em uma fala bem detalhista e com poucos indícios de restrição (e/ou edição).

Pouco mais a frente na documentação aparece o testemunho de frei Amizo de Milão, tendo sido o terceiro a ser inquirido pela comissão pontifícia. Esse frade ingressou na Ordem dos Pregadores em 1219, na cidade de Milão, recebendo o hábito de Domingos de Gusmão, que estava de passagem nessa cidade ao retornar de uma viagem de Paris a Bolonha. Pelo que consta na edição crítica aqui utilizada, frei Amizo era perito em leis e foi notário do Sacro Palácio antes de exercer a função de prior em Milão e em Pádua, ambos os conventos dominicanos. Foi como prior do convento de Pádua que ele compareceu para prestar seu testemunho no inquérito realizado em Bolonha.⁴³

O testemunho de frei Amizo aparece de forma bem sintética em apenas uma página das atas. O conteúdo do depoimento nem sequer aborda a entrada desse frade na Ordem dos Pregadores e o contato que teve com Domingos de Gusmão, algo recorrente

Jordão da Saxônia, substituto de Domingo na função de mestre geral da ordem, participou ativamente da causa de canonização. Para maiores informações, conferir: PORTO, Thiago de Azevedo. **As diferentes instâncias de reconhecimento institucional da santidade na Idade Média: um estudo comparativo dos casos de Domingo de Silos e Domingo de Gusmão**. 2008. 224f. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHC, 2008. p. 160-179.

⁴¹ GARGANTA, Op. Cit., 1947, p. 235.

⁴² ATB/PCSD, p. 267-273.

⁴³ GARGANTA, Op. Cit., 1947, p. 241-242.

em todos os demais depoimentos registrados nas *Atas dos Testemunhos de Bolonha*. A sua fala traça as virtudes de Domingos logo no primeiro parágrafo, elencando uma série delas sem entrar em detalhes ou dar exemplos concretos: “foi homem humilde, manso, paciente e benigno; moderado, pacífico, sóbrio e modesto e muito maduro em todos os seus atos e palavras”.⁴⁴ Os parágrafos seguintes, com exceção do último, são todos curtos (três ou quatro linhas), dando a impressão de terem sido resumidos pelos responsáveis por conduzir o depoimento e registrar o que foi dito nas atas (nesse caso, a síntese pode ter sido ditada pelos comissários papais, ou resumida posteriormente ao ato do testemunho pelo próprio notário).

Mesmo partindo do princípio que o frade em questão teve pouco contato com Domingos, fica visível o descompasso de conteúdo da fala quando comparado com os demais testemunhos, sobretudo com o de frei Ventura: enquanto um apresenta riqueza de detalhes, o outro faz afirmações vagas e curtas. O pouco contato com Domingos e o trabalho à distância também não podem ser usados como razão para isso, pois existem outros frades na mesma condição de frei Amizo que testemunharam no processo de Bolonha (tais como frei Pablo de Veneza e frei Frugerio de Penna) e não apresentaram um testemunho tão sintético. Dessa forma, o testemunho registrado de frei Amizo, por suas características internas e pela comparação com os demais, aponta para um processo de edição das falas: de tudo que era escutado, separava-se e registrava-se tão somente aquilo que era considerado pertinente aos propósitos do inquérito, configurando justamente o procedimento de *separação* explicado anteriormente.

Por fim, o princípio de *rarefação* dos sujeitos que falam ao processo de canonização, através de procedimentos que permitem controlar as formações discursivas determinando as suas condições de funcionamento: tal princípio impõe aos sujeitos regras e restrições no exercício da fala, fazendo com que eles se manifestem de forma limitada, determinando a eles uma posição de sujeito com papel pré-estabelecido e com propriedades singulares.⁴⁵ Assim, a noção de rarefação do sujeito me leva a percepção de uma fala estrangida, de posicionamentos previamente esperados nos enunciados de determinadas pessoas, seja porque a circunstância da fala interfere no seu próprio conteúdo, seja porque a pessoa se sujeita a um discurso que lhe é precedente e com o qual ela se identifica de alguma forma.

⁴⁴ ATB/PCSD, p. 276. [Tradução do autor]

⁴⁵ FOUCAULT, Op. Cit., 2011, p. 36-39.

O ritual é um exemplo de como a circunstância interfere nos enunciados e nas formações discursivas emanadas de um sujeito. Em um ritual, seja ele religioso, político, institucional, espera-se sempre que as falas dos sujeitos se conformem a certas normas e padrões, não podendo se efetivar de forma livre e espontânea. É o que se concretiza muito fielmente em um interrogatório, que é uma forma ritualizada de questionar, escutar e registrar uma fala. Portanto, ao ritualizar o procedimento de inquérito, a Igreja e seus representantes criam um espaço de fala circunstancial (à medida que se extingue com o próprio inquérito) em que a pessoa interrogada já parte de uma posição de sujeito que delimita a sua fala segundo normas e padrões adequados ao ritual, não sendo possível e tolerável uma liberdade plena e absoluta aos enunciados e aos conteúdos mobilizados por essa pessoa.

A pertença doutrinária é outro exemplo de rarefação do sujeito, pois a doutrina opera uma dupla sujeição na perspectiva foucaultiana: dos sujeitos que falam aos discursos, e dos discursos aos grupos de indivíduos que falam.⁴⁶ No caso do documento em análise, a primeira sujeição parece bastante adequada, já que todos que foram escutados no inquérito de Bolonha eram frades dominicanos e, necessariamente, a pertença doutrinária é um elemento comum à fala desses sujeitos, que não poderia extrapolar os limites da doutrina seguida (no caso, o cristianismo na versão romana), sob o risco de rompimento dessa mesma forma de pertencimento e identidade. Assim sendo, os enunciados e as formações discursivas dos sujeitos que foram ouvidos no inquérito realizado em Bolonha são perpassados por uma lógica de controle e interferência que é própria da doutrina, colocando limites para a expressão de ideias, valores, crenças, etc. Efetivando, dessa forma, a rarefação do sujeito através do controle de sua fala e da limitação de suas possibilidades de se manifestar.

A formação do discurso nas *Atas dos Testemunhos de Bolonha*: uma análise genealógica

Se, por um lado, a análise crítica volta suas atenções para as formas de controle que atuam sobre as formações discursivas, efetivando um *sistema de recobrimento do discurso*, por outro lado, a análise genealógica procura identificar as formas de regularidade também atuantes nas formações discursivas, mas que, diferente da primeira

⁴⁶ FOUCAULT, Op. Cit., 2011, p. 42-43.

análise, permite explorar o próprio *processo de formação do discurso*.⁴⁷ Portanto, as formas de regularidade, no contexto de uma análise do discurso, acabam funcionando como conceito operador de uma análise genealógica, permitindo desvendar o processo de formação de um discurso em sua positividade, ou seja, em seu caráter produtivo. Dito isso, que formas de regularidade podem ser identificadas nas *Atas dos Testemunhos de Bolonha*? O que elas apontam acerca da elaboração de um discurso oficial sobre a canonização de Domingos de Gusmão?

No processo de leitura, releitura, marcações e comentários que realizei nas *Atas dos Testemunhos de Bolonha*, observei a recorrência de determinados tópicos temáticos nas falas registradas no documento. A primeira regularidade evidenciada é que quase todos os testemunhos, com exceção de um (frei Amizo de Milão), iniciam seus depoimentos esclarecendo como, quando e onde ingressaram na Ordem dos Frades Pregadores, acrescentando algumas informações sobre o contato mantido com Domingos de Gusmão. Sem dúvida alguma, a regularidade desse tópico nos testemunhos registrados aponta para a existência de questionamentos específicos direcionados aos depoentes com o objetivo de esclarecer a vinculação deles com a instituição e o contato que mantiveram com o antigo mestre geral.

Dos oito testemunhos que tratam desse primeiro tópico temático, seis ingressaram na ordem recebendo o hábito diretamente de Domingos de Gusmão, e dois deles com frei Reginaldo (que foi um dos primeiros companheiros de pregação de Domingos). A maioria dos testemunhos ingressou na Ordem em 1219, cerca de dois anos antes da morte do fundador (são os casos de frei Guillermo, frei Bonvizo, frei Rodolfo, frei Esteban, frei Pablo e frei Frugerio), um em 1220 (frei Ventura) e um em 1215 (frei Juan), sendo esse o único dos testemunhos que acompanhou o processo de formação e oficialização da Ordem dos Pregadores junto ao papado.

A partir desses dados chama atenção que apenas um dos frades (frei Juan) teve um contato mais longo com Domingos de Gusmão. Todos os demais ingressaram na instituição dominicana pouco tempo antes da morte de Domingos (ocorrida em 1221). Onde estavam os companheiros mais antigos? Por que não participaram do processo como testemunhas? Não estavam dispostos a participar? Não estavam mais vivos? Foram deliberadamente deixados de lado? São questões que merecem aprofundamento na pesquisa de doutorado, pois podem ajudar a esclarecer os critérios utilizados na

⁴⁷ *Ibidem*, p. 60-61.

seleção dos testemunhos e um possível direcionamento do inquérito. Porém, não caminharei nessa direção agora para manter o foco nas formas de regularidade constatadas na documentação.

Nesse sentido, outros tópicos de fala bastante recorrentes permitem delinear um perfil religioso para a vida de Domingos de Gusmão: assíduo e fervoroso nas orações (todos relatam esse aspecto), pregador e disseminador do evangelho (só frei Amizo não aborda essa prática), praticante de hábitos cotidianos que denotam a influência dos ideais de ascetismo e de penitência em sua vida religiosa (todos tratam desse aspecto).

A ênfase dada pelos testemunhos permite construir a imagem de um religioso assíduo, compromissado e incansável na sua prática de oração, pois passava dias e noites nessa tarefa, de tal forma que praticamente não se recostava para dormir.⁴⁸ Como destacado no testemunho de frei Bonvizo, ele tinha o hábito de se esconder na igreja para orar quando os frades iam dormir, rezando “com grande clamor e lágrimas, e com muitos soluços”.⁴⁹

A pregação como uma prática religiosa de Domingos de Gusmão é outra característica bem enfatizada na documentação, mostrando-o como alguém que estava sempre disposto a pregar e a induzir seus frades ao mesmo,⁵⁰ como um pregador que tinha uma capacidade maior do que qualquer outro para comover os ouvintes através de suas palavras⁵¹ e, o mais importante, como um religioso que ansiava pela salvação das almas alheias e que usava a pregação como instrumento para isso, pois estava disposto a ir a terras longínquas e pouco receptivas para pregar a fé de Cristo e converter novos cristãos.⁵²

O rigor com os hábitos cotidianos também é um aspecto ressaltado nos depoimentos, pois Domingos é apontado como alguém que “vigilava e domava seu próprio corpo com maiores e mais frequentes disciplinas que todos os demais frades”,⁵³ um frade que mortificava o seu corpo utilizando uma corrente de ferro na cintura,⁵⁴ que

⁴⁸ ATB/PCSD, p. 276 [frei Amizo].

⁴⁹ ATB/PCSD, p. 277 [frei Bonvizo]. [Tradução do autor]

⁵⁰ ATB/PCSD, p. 280 [frei Juan].

⁵¹ ATB/PCSD, p. 290 [frei Esteban].

⁵² ATB/PCSD, p. 295 [frei Pablo].

⁵³ ATB/PCSD, p. 280 [frei Juan]. [Tradução do autor]

⁵⁴ ATB/PCSD, p. 285 [frei Rodolfo].

dormia sempre em locais desconfortáveis e praticava o jejum assiduamente, estivesse saudável ou doente, no convento ou em viagem.⁵⁵

Nesse processo de caracterização da vida religiosa de Domingos de Gusmão, existem partes específicas do texto que abordam sua conduta e seus valores como mestre geral da ordem, delineando um perfil de liderança marcado pela exemplaridade e pela disciplina no cumprimento das regras e no exercício da pobreza.

Assim, afirma-se que ele cumpria e fazia cumprir a Regra e as Constituições em sua plenitude, “tanto nas vestimentas, como na comida e na bebida, nos jejuns e em todas as outras coisas”.⁵⁶ E mesmo se compadecendo dos demais, ele não deixava de castigar, conforme estabelecido na Regra, aqueles que se desviavam das leis.⁵⁷ Domingos é apontado como um “amante da pobreza, tanto na comida como na vestimenta sua e dos frades, e também nos edifícios e igrejas dos frades”.⁵⁸ De tal forma era rigoroso com a pobreza, que trabalhou para que seus frades a praticassem de forma plena, incentivando-os a depreciar as coisas materiais e viver de esmolas, não levando nada em suas viagens.⁵⁹

Toda essa caracterização da vida religiosa de Domingos de Gusmão concorre para apresentá-lo como um frade diferenciado dos demais em sua época, acima de qualquer outro, um religioso com uma conduta exemplar, altamente disciplinado nos valores cristãos, tudo atestado em suas práticas cotidianas através dos testemunhos registrados nas atas do inquérito de Bolonha. Portanto a documentação em análise constrói para Domingos uma trajetória religiosa que serviria de exemplo a qualquer cristão.

Como se a trajetória religiosa, por si só, não bastasse para dar sustentação a uma causa de canonização, podemos observar também nos testemunhos a regularidade de outros tópicos temáticos que abordam *sinais de santidade* manifestados por Domingos ainda em vida, além dos milagres que lhe foram atribuídos e atestados nos depoimentos (alguns em vida e outros após a morte).

O que consideramos aqui como *sinais de santidade* são aquelas características e capacidades atribuídas a determinadas personagens cristãs que tendem a diferenciá-las

⁵⁵ ATB/PCSD, p. 274 [frei Guillermo].

⁵⁶ ATB/PCSD, p. 285-286 [frei Rodolfo]. [Tradução do autor]

⁵⁷ ATB/PCSD, p. 280 [frei Juan].

⁵⁸ ATB/PCSD, p. 276 [frei Amizo]. [Tradução do autor]

⁵⁹ ATB/PCSD, p. 281 [frei Juan].

dos demais, apontando um grau de excepcionalidade, ainda em vida, que é interpretado como indício da proximidade com o plano divino. Nos testemunhos registrados nas atas de Bolonha aparecem os seguintes: a virgindade, a profecia, a revelação divina e o “aroma de santidade”.

No testemunho de frei Guillermo, por exemplo, ele “crê firmemente que Domingos guardou sempre a virgindade”, sendo algo que se depreendia das conversas mantidas pelo antigo fundador, com ele e com os demais frades.⁶⁰ Tal aspecto é reforçado no testemunho de frei Juan (e em outros também), onde se afirma que Domingos “permaneceu virgem até a morte, e isto era voz pública entre os frades”.⁶¹

O dom da profecia aparece caracterizado em um relato de frei Bonvizo, ressaltando que quando era ainda um noviço na Ordem e não tinha prática de pregar, Domingos ordenou que fosse a Piacenza para realizar pregação naquela cidade. Ele tentou se esquivar da tarefa encomendada alegando imperícia da sua parte, ao que o mestre geral teria respondido: “Vá tranqüilo porque o Senhor estará contigo e colocará palavras nos teus lábios”. Bonvizo obedeceu à ordem do mestre e foi pregar em Piacenza. Por fim, destacando a eficácia dessa pregação, ele conclui: “por ela ingressaram três frades na Ordem dos Pregadores”.⁶²

A revelação divina pode ser depreendida do testemunho de frei Esteban, na parte que ele relata sobre a sua entrada na Ordem dos Pregadores, pois quando era ainda estudante em Bolonha, conheceu Domingos de Gusmão que pregava aos estudantes e ouvia as confissões deles. Então, certo dia, os frades dominicanos foram a sua procura, dizendo que Domingos queria falar com ele. Quando o encontrou, o mestre da ordem colocou-lhe o hábito dos frades pregadores e lhe disse: “Eu quero te dar esta arma, com a que durante toda a tua vida deverás lutar contra o diabo”. Esteban ficou muito admirado com aquele gesto e afirma acreditar que só poderia ser manifestação de uma revelação divina, já que nunca tinha conversado com ele sobre essa possibilidade.⁶³

Já o “aroma de santidade”, geralmente, aparece associado aos relatos que dão conta da *traslatio corporis* de Domingos de Gusmão para a igreja de San Nicolás, sendo confirmado por sete dos nove testemunhos registrados nas atas (somente frei Juan e frei Frugerio não tratam desse aspecto). Contudo, no testemunho de frei Ventura, a história

⁶⁰ ATB/PCSD, p. 275 [frei Guillermo]. [Tradução do autor]

⁶¹ ATB/PCSD, p. 283 [frei Juan]. [Tradução do autor]

⁶² ATB/PCSD, p. 279 [frei Bonvizo]. [Tradução do autor]

⁶³ ATB/PCSD, p. 290 [frei Esteban]. [Tradução do autor]

do aroma diferenciado na sepultura de Domingos aparece em duas partes distintas: na primeira, ele afirma ter sentido um grande odor na antiga igreja onde estava sepultado o fundador da ordem, cerca de um ano após a sua morte.⁶⁴ Na segunda parte, ao final de seu depoimento, frei Ventura faz um longo e detalhado relato (ocupando duas páginas do documento) sobre o procedimento de transladação dos restos mortais do antigo mestre geral da ordem para a nova igreja. Nessa parte, o frade ressalta mais de uma vez o “suavíssimo odor” e a “maior fragrância de perfume” que todos sentiram quando o sepulcro de Domingos foi aberto, era um aroma “desconhecido para todos os que ali estavam, e tal que parecia superar todos os aromas e não parecia que tivesse o odor de alguma coisa humana”.⁶⁵

Além dos ditos sinais de santidade, exemplificados acima, os testemunhos registrados nas atas também dão notícias de milagres realizados por Domingos de Gusmão, em vida e após a morte. Assim, no testemunho de frei Bonvizo aparece que quando esse frade acompanhava o antigo fundador da ordem em locais “onde havia grande quantidade de água por causa das inundações e das chuvas”, Domingos, ao perceber o temor do frade, santificava a água, fazia o sinal da cruz e dizia a ele para passar. Então as águas que pareciam perigosas se tornavam calmas e cediam passo aos dois.⁶⁶

Os relatos de cura ficam registrados nos testemunhos de frei Guillermo e frei Pablo. O primeiro ressalta “que viu muitas pessoas dizendo haver padecido de graves e diversas enfermidades e que foram curadas pelos méritos do bem-aventurado Domingos”.⁶⁷ Já o segundo relata ter sido ele mesmo curado pela intervenção milagrosa de Domingos. Pois quando chegou a Bolonha (vindo de Veneza) para dar o seu testemunho à comissão pontifícia, sentiu fortes dores renais, que costumavam lhe afligir durante dias. Por isso, “temendo que não poderia dar o testemunho, acudiu ao sepulcro do bem-aventurado Domingos e lhe rogou [...] para o ajudar e se dignasse a curá-lo. E quase ao instante se sentiu perfeitamente curado”.⁶⁸

Também ficam registrados milagres de multiplicação de alimentos, como no relato de frei Rodolfo, destacando que sempre que faltavam alimento e bebida no

⁶⁴ ATB/PCSD, p. 271 [frei Ventura].

⁶⁵ ATB/PCSD, p. 272 [frei Ventura]. [Tradução do autor]

⁶⁶ ATB/PCSD, p. 278 [frei Bonvizo]. [Tradução do autor]

⁶⁷ ATB/PCSD, p. 275 [frei Guillermo]. [Tradução do autor]

⁶⁸ ATB/PCSD, p. 297-298 [frei Pablo]. [Tradução do autor]

convento ele procurava o mestre geral em busca de uma solução. Domingos ordenava que rezasse ao Senhor para que provesse o que faltava, e o acompanhava na oração. E, dessa forma, “aquele pouco pão que tinham ele colocava na mesa por ordem de frei Domingos, e o Senhor supria o que faltava”.⁶⁹ Relato semelhante aparece no testemunho de frei Bonvizo, quando afirma que era procurador do convento de Bolonha e, por isso, cuidava dos alimentos a serem servidos aos frades no refeitório. Um dia falou a Domingos que não havia pão e este “com cara risonha, levantou suas mãos e adorou e bendisse ao Senhor, e ao instante entraram dois que carregavam cestos, um de pão e outro de figos secos, de tal maneira que tiveram abundantemente os frades”.⁷⁰

A recorrência com que os sinais de santidade e os milagres aparecem registrados nas atas aponta, assim como as demais regularidades aqui identificadas (e brevemente exploradas), para a existência de questionamentos específicos que tinham a função primordial de direcionar os testemunhos selecionados a falar tão somente de determinados aspectos. Foi ressaltado anteriormente que os temas a serem abordados pelas testemunhas já estavam previamente definidos, como registrou ao final das atas o notário responsável pela documentação.

Portanto, esse conjunto de regularidades evidenciadas no conteúdo das *Atas dos Testemunhos de Bolonha* não pode ser visto como mera casualidade, como resultado da livre escolha das testemunhas que espontaneamente falavam das experiências vivenciadas com Domingos de Gusmão e das que ouviram falar. Existe nesse documento um direcionamento das falas para atender aos propósitos do processo de canonização: levantar informações consideradas pertinentes à causa de canonização, dar condições de avaliação aos integrantes da cúria romana (para os quais a documentação foi enviada posteriormente) e criar os fundamentos para a decisão final do papa (registrada em uma bula de canonização).

Por conseguinte, a caracterização da vida religiosa de Domingos de Gusmão à frente da Ordem dos Frades Pregadores (através dos comportamentos e dos valores que lhe são atribuídos), bem como os sinais de santidade e os milagres que estão registrados nas atas (por conta de testemunhos diretos e indiretos), podem ser apontados como formas de regularidade que atuam nas formações discursivas manifestadas no

⁶⁹ ATB/PCSD, p. 285 [frei Rodolfo]. [Tradução do autor]

⁷⁰ ATB/PCSD, p. 278-279 [frei Bonvizo]. [Tradução do autor]

documento em análise, contribuindo diretamente para o surgimento de um discurso oficial sobre a canonização de Domingos de Gusmão.

Tudo indica que tal processo de formação do discurso não foi concluído nas *Atas dos Testemunhos de Bolonha*, sendo retomado e atualizado nos textos produzidos posteriormente, tanto no âmbito da Ordem dos Pregadores quanto no da instituição pontifícia. Essa é uma das direções que pretendo explorar nos próximos trabalhos, realizando comparações e análise do discurso, tomando como base as atas dos dois inquéritos realizados (Bolonha e Toulouse) e a própria bula de canonização *Fons sapientiae*, além da crônica redigida por Jordão da Saxônia (*Libellus de principiis Ordinis Praedicatorum*) e do texto hagiográfico de Pedro Ferrando (*Leyenda de Santo Domingo*). Dessa forma, será possível avaliar a cadeia de transmissão desse discurso, o seu ponto de partida e os acréscimos realizados de parte a parte.

A ordem do discurso no processo de canonização de Domingos de Gusmão

Ao concluir a segunda parte deste artigo, ressaltei que a proposta principal do trabalho seria a de realizar uma análise do discurso nos moldes foucaultianos, abordando as *Atas dos Testemunhos de Bolonha* através de uma dupla análise: crítica e genealógica. E que, de um lado, pretendia explorar o conteúdo do documento e sua forma de organização, bem como os sujeitos atuantes na formação do discurso; e, de outro lado, queria testar os limites, as dificuldades e o potencial dessa abordagem teórico-metodológica, levando em consideração a sua possível utilização na tese de doutorado.

A análise crítica da documentação revelou uma série de formas de controle atuando sobre os testemunhos reproduzidos nas atas de Bolonha: desde a seleção dos participantes, passando pelo conteúdo abordado nas falas, pelo processo de registro e edição, pela dinâmica inquisitorial do trabalho conduzido pela comissão pontifícia, e pelo próprio pertencimento doutrinário e institucional dos sujeitos que participaram do inquérito, o que toma forma é um processo sistemático de controle da fala e de constrangimento das pessoas que falam, ao mesmo tempo. Tudo isso permite identificar e explorar o *sistema de recobrimento do discurso* ao qual Foucault se referia.

Outra face dessa mesma análise, ao revelar tais formas de controle operando sobre o discurso, permite uma aproximação ao contexto das canonizações na Idade Média Central, em que a valorização do conhecimento e das práticas jurídicas (ambos

atestados no inquérito realizado em Bolonha: seja a partir dos sujeitos participantes ou dos procedimentos adotados) foi uma base importante para garantir ao papado um direito de controle sobre a natureza e o conteúdo das devoções. Em suma, o processo histórico de ordenação do culto aos santos pela Igreja Romana, realizado ao longo dos séculos XII e XIII, reforçando a disciplina eclesiástica e o exercício de poder na hierarquia, encontra-se devidamente representado no caso particular que aqui foi analisado.

Já a análise genealógica permitiu destacar um conjunto de regularidades que dão coerência e sentido aos relatos dos testemunhos e que, por isso mesmo, concorrem para a elaboração de um discurso oficial sobre a canonização de Domingos de Gusmão. Tudo seguindo a um planejamento prévio daqueles que foram responsáveis por conduzir o trabalho de investigação e gerar as bases documentais para a finalização da causa de canonização, com a decisão final do pontífice romano. Assim, as formas de regularidade encontradas apontaram um processo de formação organizada do discurso, atendendo aos propósitos do mencionado inquérito.

Ao avaliar as regularidades presentes na fala dos testemunhos de Bolonha é possível verificar uma adequação do discurso ali produzido aos critérios de avaliação e ao significado da santidade tais como foram desenvolvidos pelo papado ao longo dos séculos XII e XIII. A noção de que a santidade deveria cumprir a função primordial de exemplo de perfeição cristã é algo que fica evidenciado nas virtudes e nos milagres atribuídos a Domingos de Gusmão naquele inquérito. Aspectos que somados a ideia de uma fama pública (que na documentação analisada poderia ser representado pelos tais *sinais de santidade*) formavam os principais critérios estabelecidos pela Igreja Romana para a avaliação e para o reconhecimento de uma santidade naquele contexto.

Assim sendo, ao cruzar e comparar as duas análises, bem como os seus respectivos resultados, o que eu vejo se delinear é a própria *ordem do discurso* no processo de canonização de Domingos de Gusmão: a efetivação de um processo sistemático de controle e formação do discurso em que os sujeitos que falam e os seus enunciados estão exatamente onde deveriam estar, tal como efeitos esperados de ações e planejamentos institucionais que visavam impedir acontecimentos aleatórios e conjurar outros poderes que poderiam atuar na referida causa de canonização.

Nesse sentido, é importante destacar a participação de membros da Ordem dos Frades Pregadores e de comissários nomeados pelo papa Gregório IX na execução dos

trabalhos ao longo do inquérito conduzido na cidade de Bolonha, seja na seleção das testemunhas, na organização do espaço e do formato adotado para a inquirição, assim como na reprodução das falas em uma ata. O que aponta de maneira inequívoca o envolvimento dessas instituições na referida causa de canonização.

Estaria tudo perfeito, tudo dentro da ordem, se as próprias reflexões de Foucault não apresentassem o antídoto para tanta organização e planejamento. Toda ordem pressupõe a desordem, todo exercício de poder pressupõe a resistência ao mesmo. É aí que se chega ao limite para a abordagem teórico-metodológica que foi aqui aplicada na análise das *Atas dos Testemunhos de Bolonha*. Ela nos permite perceber e explorar a dinâmica de direcionamento do documento e do próprio processo institucional que lhe deu origem. Mas é preciso ir além, avançar sobre as contradições, sobre as coisas que estão fora do lugar e que, por isso mesmo, podem nos apontar possíveis resistências, disputas, divergências nas instituições e entre os grupos que as compõem.

Esse é outro caminho a ser explorado nos próximos textos, para complementar e problematizar o trabalho aqui realizado, já que não foi possível efetivamente avançar sobre a participação de outras instituições e grupos que também se envolveram na referida causa de canonização: a universidade, a diocese local, o poder cidadão, os grupos aristocráticos e populares (representados pelos fiéis e devotos do santo).

Portanto, as abordagens crítica e genealógica da análise do discurso contribuíram para um melhor conhecimento das *Atas dos Testemunhos de Bolonha* e do seu processo de composição, permitindo explorar a dinâmica do trabalho realizado pelos frades dominicanos e pela comissão pontifícia responsável pela condução do inquérito. Dessa forma, foi possível avaliar parcialmente o andamento de uma das fases constituintes do processo de canonização, bem como os papéis desempenhados por alguns dos grupos que participaram do mesmo, direcionando a elaboração de um discurso oficial sobre a santidade de Domingos de Gusmão.

Recebido em: 23/11/2016

Aprovado em: 20/12/2016

ANÁLISE DAS LISTAS NOMINAIS DOS FAZENDEIROS E LAVRADORES DE SÃO FRANCISCO XAVIER DE ITAGUAÍ NAS PUBLICAÇÕES DOS IRMÃOS LAEMMERT (1850 – 1885)

Max Fabiano Rodrigues de Oliveira¹
Universidade Feredal Rural do Rio de Janeiro

Resumo: Este artigo realiza uma análise no perfil dos fazendeiros e lavradores que tinham seus nomes publicados anualmente na seção “Províncias” do Almanak Laemmert e Almanak, Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro. Conseguimos perceber que durante o período de amostragem houve mudanças no status dos que eram listados e também mudanças no próprio título da listas.

Palavas-chave: História Agrária – Itaguaí – Fazendeiros

ANALYSIS OF LISTS NOMINAL AND FARMERS AND HUSBANDMAN OF SÃO FRANCISCO XAVIER DE ITAGUAÍ IN PUBLICATIONS OF BROTHERS LAEMMERT. (1850 - 1885).

Abstract: This article presents an analysis of the profile of farmers and husbandman who had their names published annually in the "provinces" of Almanak Laemmert and Almanak Administrative, Commercial and Industrial Court and Province of Rio de Janeiro. We were able to realize that during the sampling period there were changes in the status of those who were listed and also changes the title of the list itself.

Keywords: Agrarian History - Itaguaí - Farmers

Itaguaí e sua história.

A povoação da região da atual Baixada Fluminense teve seu início com as doações de sesmarias realizadas pela Coroa no final do século XVI, como a grande sesmaria doada a Baltazar da Costa entre os rios Marapicu e o Guandu em 1593 com 9.000 braças. Os governadores doavam as terras para fomentar o povoamento, mas, de uma maneira geral “a primeira demonstração de atividade colonizadora era a capela, célula da embrionária aldeia, freguesia, vila ou cidade”. (PALMIER, 1940. Apud. LAMEGO, 1964, p.198). A partir dessas primitivas capelas, posteriormente elevadas a curatos, que se desenvolveram os povoamentos da região. Sob a vigilância dos vigários se tornavam agrupamentos urbanos devido às atividades comerciais. (LAMEGO, 1964,

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Mestre pelo mesmo programa. E-mail: maxdeoliveira@msn.com

p. 199).

Outra característica do povoamento da região era o caráter comercial das chamadas “vilas comerciais”, como é o caso, por exemplo, de Iguaçu, surgida a partir de rotas comerciais que cruzavam a região. Itaguaí encontra-se sob a mesma influência, não em sua formação original, mas em seu desenvolvimento posterior e conseqüentemente sua futura decadência, no fim do século XIX. Havia nesses núcleos populacionais uma instabilidade, pois estavam economicamente dependentes da rota comercial. Com a surgimento da estrada de ferro entrariam em uma profunda decadência social e econômica. (LAMEGO, 1964, p. 237-240).

A história de Itaguaí, município fluminense, é remontada a partir da fixação de uma aldeia de indígenas fundada por Mem de Sá inicialmente em uma localidade chamada Itinga, depois transferida para o sul do município, próximo ao mar, por orientação dos missionários da Companhia de Jesus, em meados do século XVII. Posteriormente, os religiosos construíram, em 1729, a capela em devoção a São Francisco Xavier. (IBGE, 1948).

Elevada a freguesia em 15 de novembro de 1795 com o nome de São Francisco Xavier e depois sendo alçada ao patamar de vila através do alvará que criou o município em 5 de junho de 1818, sendo efetivado em 1820, Itaguaí “cujo o território e limites deverão compreender a Freguezia de Itaguahy do alto da serra para a vargem, a Freguezia de Marapicu, do rio Guandú subindo até a parte esquerda, todo o Ribeirão das Lages e a freguesia de Mangaratiba.” (IBGE, 1948).

Compreendendo a parte meridional do estado do Rio de Janeiro, o território de Itaguaí na segunda metade do século XIX compreendia 428,90 quilômetros quadrados já tendo sido desmembrado de Mangaratiba. Os rios da região, importantes rotas de escoamento da produção do Vale do Paraíba e da própria região no século XIX, eram os rios Guandú, Guandú-mirim, Itaguaí, Ribeirão das Lages e Macacos. É importante perceber que estamos falando não do município de Itaguaí dos dias atuais que compreende em seu território 275,870 quilômetros, mas sim, de uma Itaguaí que tinha em seu território as localidades que hoje são os municípios de Seropédica e Paracambi.²

Na segunda metade do século XIX o município de Itaguaí estava dividido em três freguesias: São Francisco Xavier, conhecida também como a freguesia da vila, São Pedro e São Paulo do Ribeirão das Lages e Nossa Senhora da Conceição do Bananal.

² Cf. ANEXO I

Veredas da História, [online], v. 9, n. 1, p. 7-22, dez., 2016, ISSN 1982-4238

As duas últimas eram separadas por uma estrada. Estas freguesias se diferenciavam em suas dimensões geográficas e pelo tipo de cultura praticada por seus fazendeiros. Fazia parte do território do município também a Ilha da Madeira, com sua população de menos de mil habitantes no século XIX, voltada para a cultura de cereais e verduras para o abastecimento da vila de São Francisco Xavier que tinha em seus limites as povoações de Mazomba, Coroa Grande e Leandro.

Nossa Senhora da Conceição do Bananal ficava ao norte do município na margem direita do rio Guandu, tendo o início da construção de sua capela em 1838, sendo elevada a curato do Bananal em 1846 e em 1851 à freguesia, através do decreto nº 549 de 30 de agosto. Suas povoações compreendiam Mangueiras, Saco da Prata, Patioba e Coroa Grande. (IBGE, 1948).

Em 1879 o *Amanak Laemmert* calculou a superfície da freguesia da vila de São Francisco Xavier em 155,70 quilômetros quadrados, chegando ao número de 23 habitantes por quilômetro quadrado. A população livre era de 3.534, e dos 33 eleitores do município, 13 são listados nesta freguesia.³

A freguesia de São Pedro e São Paulo do Ribeirão das Lages foi criada por lei provincial n. 77 de 29 de dezembro de 1836. Sua população livre era de 2.808 pessoas, entre estes, 10 eleitores nos anos 1880. No início da segunda metade do século XIX era a freguesia que tinha uma vasta relação de ofícios exercidos por seus moradores. Sua constituição administrativa em 1850 era composta por Subdelegado de polícia, Juiz de Paz, vigário, boticário, negociantes, entre outros.

Além disso, em São Pedro e São Paulo existia uma gama variada de ofícios e estabelecimentos como padarias, alfaiates, sapateiros, barbeiros, ferreiros, pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ourives, fabricante de velas, veterinários, tamanqueiros, correeiro, fogueteiro e açougues. Ela era a principal freguesia produtora de café em Itaguaí nos anos 1850. Já em 1880 esta freguesia aparece com sua superfície calculada em 59 quilômetros quadrados, perdendo grande parte de suas terras quando é criada a freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal.

1.1 As listas de fazendeiros e lavradores.

Para realizar esta análise utilizei os dados do *Almanak Laemmert* e do *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro* que

³*Almanak Laemmert*, seção Províncias. 1879

Veredas da História, [online], v. 9, n. 1, p. 7-22, dez., 2016, ISSN 1982-4238

traziam informações das três freguesias de São Francisxo Xavier de Itaguaí. Esta metodologia foi realizada por Rubens da Motta Machado (MACHADO, 2013), para o município de Nova Iguaçu, incluindo a freguesia de Marapicu que fazia fronteira com a freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal.

Antes de apresentar os dados encontrados no *Almanak Laemmert* é válido realizar uma breve apresentação das fontes utilizadas, para que o leitor compreenda suas destinações na sociedade em que estavam inseridas e a partir daí verificar suas contribuições e limites para o desenvolvimento deste trabalho. Começaremos explicando a importância do *Almanak Laemmert* como ponto de partida para chegarmos aos fazendeiros e lavradores de Itaguaí.

O *Almanak Laemmert* teve sua circulação entre os anos de 1849 e 1889. Nosso período de análise desta fonte ocorre entre os anos de 1850 e 1885, último ano que encontramos informações sobre as freguesias de Itaguaí, a partir deste ano, não foram publicadas informações sobre o município na seção Províncias do *Almanak Laemmert*.⁴

Na seção “Províncias” encontramos uma lista com os nomes dos fazendeiros e lavradores de cada freguesia de Itaguaí subdivididos de acordo com o tipo de cultivo praticado em suas propriedades. Temos também informações sobre a composição da Câmara Municipal, subdelegado de polícia, juizado municipal e de órfãos, inspetores de quarteirão, vigário, casas de caridades, os vapores que faziam a navegação de Itaguaí para o porto do Rio de Janeiro, além de detalhar alguns tipos de estabelecimentos comerciais como boticários, trapiches, veterinários, hotéis e hospedarias, entre outros.

Em suma, ele nos dá uma noção geral de como era composta a estrutura social de cada freguesia, além de alguns nomes que compunham a administração do município, informações fundamentais para começarmos a pensar o que era Itaguaí na segunda metade do século XIX e suas principais características como uma vila situada em sua grande parte nas terras da Fazenda Imperial de Santa Cruz.

As listas eram realizadas por emissários locais o que nos permite supor que as categorizações realizadas nas listas partissem de uma compreensão que eles tinham sobre si mesmos e, portanto, expressavam os espaços que imaginavam ocupar socialmente. (MACHADO, 2013, p.26)

Observando essas listas tivemos a oportunidade de compreender quantitativamente a dimensão em que era plantado o café, a cana, e outros tipos de

⁴As edições do *Almanak Laemmert* podem ser acessadas em <http://www.crl.edu/brazil/almanak>

plantios destinados ao mercado interno e verificar a proporção em que isso se manteve ao longo do período estudado, ou suas variações. O que podemos verificar foi a diminuição do número de fazendeiros que tiveram seus nomes publicados nas páginas do *Almanak Laemmert* a partir dos anos de 1870.⁵

Precisamos ter sobre esta fonte, diante de suas limitações e dúvidas a respeito da confiabilidade de seus dados, uma atenção redobrada. Por mais que pudéssemos supor que a diminuição na quantidade de nomes de fazendeiros correspondesse, conseqüentemente, a uma diminuição real das unidades produtivas que se dedicavam ao café, não poderíamos afirmar com certeza.

O primeiro ponto que abordamos para tentar elucidar a questão diz respeito ao pagamento, efetuado ou não, pelos fazendeiros e lavradores que tinham seus nomes publicados nas listas do *Almanak Laemmert*. Rubens da Motta Machado entendeu que esse pagamento não fosse necessário, portando, os fazendeiros e lavradores não eram obrigados a pagar para a inclusão dos seus nomes naquelas listagens publicadas anualmente.

O *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro* era impresso pela “Typographia Universal de E. & H. Laemmert” situada na rua dos Inválidos, n° 61B no centro do Rio de Janeiro, portanto, a mesma que publicava o *Almanak Laemmert*. Suas edições, inclusive, traziam as mesmas informações, em alguns momentos, temos a impressão de estar lendo as páginas do *Almanak Laemmert*, quando na verdade, eram as páginas do *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro*. Foi justamente nas páginas deste último que encontramos a lista de assinantes do município de Itaguaí no ano de 1865. (LIMEIRA, 2007). Essa edição informava na página de capa que se tratava do 22° ano de publicação do *Almanak Administrativo Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro*. Os dois almanaques foram fundados por Eduardo von Laemmert “cônsul de sua Alteza Real e Grão-Duque de Badem”.⁶

Estamos trabalhando com a hipótese que a lista de assinantes era igual para as duas publicações, por serem dos Irmãos Laemmert, produzidos no mesmo lugar, e foi possível encontrar em centenas de páginas das duas publicações as mesmas informações sobre os municípios e seus fazendeiros e lavradores. Provavelmente o assinante pagava

⁵ Ver ANEXO 1.

⁶ *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro*, 1865. Seção “Suplemento”, p. 297.

Veredas da História, [online], v. 9, n. 1, p. 7-22, dez., 2016, ISSN 1982-4238

pela assinatura já sabendo que estaria contribuindo para as duas publicações, e o título da lista dos assinantes que eram de vários municípios do Rio de Janeiro, Minas Gerias, São Paulo, os chamavam de “Senhores Assignantes - Protectores desta empreza.” (*sic.*).⁷

Buscando compreender melhor quem eram os fazendeiros e lavradores de Itaguaí cruzamos a lista de assinantes publicada no *Almanak Administrativo* com a lista defazendeiros e lavradores publicada no *Almanak Laemmert* e verificamos que dos 53 assinantes, 17 também estavam listados como fazendeiros e lavradores domunicípio.

Portanto, podemos concluir que não havia uma relação entre a assinatura e o nome exposto naquelas listas. Foi possível perceber também que dos 17 listados no *Almanak Laemmert*, 15 tinham suas terras na freguesia da Vila de São Francisco Xavier, os outros dois tinham suas terras na freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal. Foi o caso do Capitão e presidente da Câmara Luiz José Lopes, na freguesia do Bananal, classificado como “Fazendeiro e principais Lavradores de Café” em 1870.⁸

Temos praticamente todos os fazendeiros assinantes listados no *Almanak Laemmert* com suas terras na freguesia da Vila. Veremos mais à frente este ponto detalhadamente. Entre os 17 assinantes, temos seis que são listados no *Almanak Laemmert* como “Proprietários”, isso significa que eles eram os donos das terras cultivadas, mas não necessariamente eram os que efetivamente utilizavam a terra para o plantio, ou mesmo que residissem em Itaguaí, o que pode explicar a ausência deles na lista de eleitores em 1865.⁹

O *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro* trazia em suas páginas no ano 1865 além da lista de assinantes, a lista dos eleitores¹⁰ do município de Itaguaí. Verificamos que dos 53 assinantes, 13 eram também eleitores. Outro dado que nos chama atenção sobre estes indivíduos são os que têm patente da Guarda Nacional, somam 15, entre Tenente, Capitão, Major, e temos também dois comendadores, Manoel José Cardoso, que chegou a acumular os cargos de presidente da Câmara, tenente- coronel da Guarda Nacional, negociante e 1º juiz de paz da vila, e Antonio José de Oliveira Sampaio, além dos barões de Itaguaí e Ivaí. No

⁷ Idem. 296

⁸ *Almanak Laemmert*, Op. cit. 1870. Seção “Províncias”, p. 193

⁹ Para chegarmos a esta conclusão, foi necessário que cruzássemos a listagem de eleitores e assinantes publicadas no *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro*, com as listas dos fazendeiros e lavradores do município de Itaguaí publicadas no *Almanak Laemmert*, e ainda cruzamos estas duas listas com os *Registros Paroquiais de Terras* de Itaguaí.

¹⁰ *Almanak, Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro*, 1865, Seção Província do Rio de Janeiro, p. 62. In. <http://books.google.com.br/>

Veredas da História, [online], v. 9, n. 1, p. 7-22, dez., 2016, ISSN 1982-4238

Relatório do Presidente da Província encontramos a presença de três assinantes que foram vereadores no quadriênio (1857-1860) é o caso do Alferes José Luiz Lopes, o Major Antonio Vicente Danenberg e Raymundo Antonio Teixeira.¹¹

Em 1865 Itaguaí possuía 68 eleitores que estavam distribuídos pelas freguesias da seguinte maneira: 30 eleitores na freguesia da Vila de São Francisco Xavier, 23 na freguesia do Bananal, e 15 na freguesia de S. Pedro e S. Paulo. Entre os 13 assinantes eleitores, apenas oito aparecem nas páginas do *Almanak Laemmert* nas categorias de Fazendeiro de Café, Fazendeiros de Café e Principais Lavradores, Cultura da Cana e Fazendeiros de Criação. Na tabela a seguir podemos observar os fazendeiros que são eleitores no município de Itaguaí e assinantes do *Almanak Laemmert* e como eles se distribuem pelas três freguesias de Itaguaí. É possível notar a concentração deles na freguesia da Vila de São Francisco Xavier.¹²

Tabela 1
Fazendeiros - Eleitores e Assinantes – 1865

Nome	Categoria Almanak Laemmert	
Alferes Antonio de Oliveira Freitas	Cultura da Cana	Vila de Itaguaí
Comendador Antonio José de Oliveira Sampaio	Fazendeiros de Café	Vila de Itaguaí e S. Pedro e S. Paulo
Tenente Caetano José da Silva Junior	Fazendeiros de Café	Vila de Itaguaí
Tenente-coronel Caetano José da Silva Santiago	Fazendeiros de Criação	Vila de Itaguaí
João Monteiro Bittencourt	Cultura da Cana	Vila de Itaguaí
Joaquim Mariano de Moura	Fazendeiros e Principais Lavradores de Café	Bananal
Major José Pinto Tavares	Fazendeiros de Café	Vila de Itaguaí
Alferes Luiz José Lopes	Fazendeiros e Principais Lavradores de Café	Bananal e S. Pedro e S. Paulo

Fonte: Almanak Laemmert e Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro (1865)

Após compreendermos melhor a composição dos assinantes do *Almanak*

¹¹ Relatório do Presidente da Província - 1857. Documento apresentado pela secretaria do governo através do secretário do governo, José Francisco Cardozo em 17/07/1858. In. http://www.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro

¹² *Almanak, Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro*, 1865, Seção Província do Rio de Janeiro, p. 62. In. <http://books.google.com.br/>

Laemmert, vamos continuar buscando respostas para a diminuição na quantidade de nomes de fazendeiros e lavradores naquelas listas, assim tentaremos entender a questão a partir da mudança de status.

Analisando as listas de fazendeiros e lavradores do município de Itaguaí publicadas anualmente pelo *Almanak Laemmert*, foi possível observar que, nos últimos anos de amostragem, em um processo iniciado nos anos 1870, as categorias dos fazendeiros de café e cana diminuem progressivamente até o ano de 1885. Por outro lado, há um aumento dos fazendeiros e lavradores que não tem uma especificação sobre o que cultivavam. Acredito que isso esteja ligado à crise econômica que passava o município, crise esta que não tem uma única origem.¹³

Esta observação nos leva a outra questão: o caráter de policultura presente nessas unidades produtivas, principalmente nos anos 1880. Assim, podemos afirmar que com a diminuição da cultura do café e em algum grau o da cana, destinada principalmente a fabricação de aguardente, há o aumento das terras utilizadas para o plantio de gêneros alimentícios. É importante frisar que a policultura sempre existiu, o que estamos afirmando é a sua ampliação no espaço deixado pela diminuição do plantio do café.

Assim, tentaremos perceber até que ponto a diminuição das plantações de café ou de cana significava efetivamente uma crise para os pequenos e médios fazendeiros. Era preciso compreender até que ponto aqueles indivíduos conseguiram sobreviver à crise, ou pelo menos amenizar seus efeitos, evitando a extinção da sua produção através da diversificação do que era plantado em suas terras.¹⁴

A partir de 1880 percebemos que as listas do *Almanak Laemmert* não especificam claramente o que era plantado em cada propriedade, optando-se então, para nomenclaturas mais genéricas como “mantimentos”, “cereais”, ou mesmo sem nenhuma referência no título da lista, apenas nomeadas como “proprietários”, “lavradores”, etc. Acreditamos que esta mudança se dê como reflexo do aumento de propriedades que se dedicam a vários tipos de plantações.

Como pista para compreender esta questão, temos vários casos de fazendeiros de café que ao longo da amostragem começam listados como “fazendeiros de café” e terminam como “lavradores de café e outros mantimentos”. Esse é o caso de Antonio

¹³*Almanak Laemmert*, Seção “Províncias”, ano: 1850, 1855, 1860, 1865, 1870, 1875, 1880 e 1885.

¹⁴*Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro*, 1865. Seção “Província do Rio de Janeiro”, p. 62.

Alves de Oliveira Lima¹⁵ que aparece em 1850 como fazendeiro de café na freguesia de São Pedro e São Paulo do Ribeirão das Lages.¹⁶

Já em 1855, Antonio Alves de Oliveira Lima aparece na categoria “Fazendeiros e principais lavradores de café” na freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal.¹⁷ Em 1860 e 1870 Antonio Alves de Oliveira Lima aparece novamente na categoria de “Fazendeiros e principais lavradores de café”, não aparecendo na lista de 1865. E partir de 1875 ele é listado na categoria “Fazendeiro de café e outros mantimentos”¹⁸ na freguesia do Bananal. Dois detalhes nos chamam a atenção sobre a modificação da categoria em que Antonio Alves de Oliveira Lima aparece no *Almanak Laemmert* ao longo da amostragem.

O primeiro é sobre a inexistência desta categoria nos anos iniciais de amostragem, evidenciando a necessidade de ajustamento do título da categoria ao que era plantado em cada fazenda, lembrando que esta categorização partia da compreensão que os fazendeiros e lavradores tinham sobre eles mesmos. O segundo detalhe que essa mudança nos mostra sobre esses “mantimentos”, provavelmente plantados para o consumo de subsistência, agora, ganhavam importância, pois começam a ser mais um meio de produção para a fazenda que enfrentava problemas com a produção do café.

Portanto, aparecer pela primeira vez na categoria “Fazendeiro de café e outros mantimentos” em 1875, justamente no período em que há uma diminuição no número total de fazendeiros dedicados ao café e o aumento de fazendeiros que não tem sua produção especificada é muito significativo. Antonio Alves de Oliveira Lima estava, provavelmente, em um momento de transição, onde a monocultura cafeeira perdia espaço para uma maior diversificação do que era plantado e comercializado nas propriedades.

Acreditamos que no início dos anos 1850 os gêneros alimentícios eram plantados, principalmente, para o consumo próprio e, por isso, não tendo repercussão econômica significativa para constar nas listas do *Almanak Laemmert*. Já partir dos anos

¹⁵*Almanak Laemmert*, Seção “Províncias”, 1850, p. 114; 1855, p. 87; 1860, p. 192; 1870, p. 191.

¹⁶ As terras ficavam próximas a serra onde hoje se localiza o município de Paracambi. Terras provavelmente, melhores para o plantio do café do que as terras alagadiças da freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal, que devia, de acordo com a qualidade do terreno, produzir um café de qualidade inferior.

¹⁷A mudança na localidade em que ele aparece como fazendeiro é explicado pela elevação do curato do Bananal à freguesia em 1851, onde partes das terras da freguesia de São Pedro e São Paulo do Ribeirão das Lages foram absorvidas por Nossa Senhora da Conceição do Bananal nesta divisão administrativa.

¹⁸ *Almanak Laemmert*, Seção “Províncias”, 1875, p. 143.

1870 essa produção é expandida para além da produção de subsistência das fazendas e ganha o mercado interno, sendo necessária a variação da categoria do *Almanak Laemmert* que aparentemente tentava dar conta desta diversificação na produção agrícola local.

Nos anos 1880 Antonio Alves de Oliveira Lima ¹⁹ aparece em duas categorias, a primeira é a mesma que apareceu durante a amostragem anterior na freguesia do Bananal como “Fazendeiro de café e outros mantimentos”. Agora, também aparece em uma nova categoria “Lavradores de café e cereais” na freguesia da vila de São Francisco Xavier. Em 1885, último ano de amostragem, ele aparece somente na categoria “Lavradores de café e cereais” na freguesia da vila de São Francisco Xavier. Este é um dado revelador, pois se estamos tentando perceber algum tipo de crise pela qual passou a região, percebemos o ano de 1875 como um marco do declínio da principal produção agrícola de Itaguaí.

Ter Antonio Alves de Oliveira Lima mudando de categoria justamente na década de 1870 e no último ano de amostragem, 1885, demonstra uma mudança no perfil do que era plantado em Itaguaí. Sua fazenda em Bananal não aparece mais listada em 1885, constando apenas sua plantação de café na freguesia na vila de São Francisco Xavier. ²⁰ É possível observar que durante a segunda metade do século XIX Antonio Alves de Oliveira Lima surge nas listas como “Fazendeiros de café” e termina como “lavradores de café e cereais”.

Este processo de mudança de status de fazendeiro para lavrador ocorre nas três freguesias de Itaguaí. Podemos citar o caso de Antonio Dias Pavão Araujo, vereador, 2º substituto do juiz municipal e moço fidalgo da Casa Imperial. Ele surge na amostragem apenas em 1865 como “fazendeiro de café” ²¹ na freguesia da vila de São Francisco Xavier, repetindo a categoria em 1870, ano em que tivemos o maior número de propriedades dedicadas ao café listado em todo o município. Mas, em 1875 ele é classificado como “lavradores de café e cereais”, sendo listado pela última vez na mesma categoria de lavradores em 1880, mas não constando na amostragem de 1885.

O ano de 1885 foi aquele em que a quantidade total de fazendeiros e lavradores diminuiu, mesmo havendo aumento no número de propriedades sem especificação da sua produção. Poderíamos supor que Itaguaí entrou em um período muito difícil

¹⁹ *Almanak Laemmert*, Seção “Províncias”, 1880, p. 128, 129.

²⁰ *Almanak Laemmert*, Seção “Províncias”, 1885, p. 954.

²¹ *Almanak Laemmert*, Seção “Províncias”, 1865, p. 222; 1870, p. 189; 1875, p. 142; 1880, p. 128.

Veredas da História, [online], v. 9, n. 1, p. 7-22, dez., 2016, ISSN 1982-4238

economicamente, o que provocou o fim de muitas plantações, o que explicaria o fato de Antonio Dias Pavão Araújo não aparecer na listagem de 1885.

Nas páginas do *Almanak Laemmert*, para o ano 1885, existe uma descrição do município, que reforça nossa hipótese de empobrecimento em Itaguaí durante a crise da mão de obra escrava.

Este município é de excellentes terras que se prestão a qualquer cultura, porem, a falta de braços o faz extremamente decadente, e proximamente ficará sem via de comunicação para a corte, porque de dia para dia se danifica consideravelmente o aterrado que daqui vai para Santa Cruz.²²

As considerações sobre as condições em que se encontrava Itaguaí são feitas apenas quatro anos antes do falecimento de Francisco Antonio Soares da Silva²³, e deixavam claro que o município passava por uma crise, provavelmente iniciada com o progressivo encarecimento da mão de obra escrava. Manoel Batista do Prado Junior, ao estudar a localidade de Mangaratiba afirmou que, com o avançar do século XIX, houve um aumento da concentração da mão de obra escrava, e uma concentração também fundiária. Em Mangaratiba a crise desta mão de obra vai atingir primeiro os pequenos e médios proprietários. (PRADO JUNIOR, 2011, p.50-70).

Os pequenos lavradores acabavam vendendo seus escravos e, por vezes, suas terras, para os maiores proprietários. Manoel Batista do Prado Junior afirmou ainda que foi possível perceber os grandes proprietários, já nas últimas décadas do XIX, sendo também diretamente afetados pela crise, e sem ter como renovar o plantel devido à lei de 1871. (PRADO JUNIOR, 2011, p.25).

Dos inventários analisados até o momento para Itaguaí na década de 1850, o que podemos constatar é que, em muitos casos, o maior bem daqueles fazendeiros e lavradores era justamente a mão de obra escrava. Nos autos dos inventários, os escravos aparecem com valor total chegando, em alguns casos, ao dobro do montante referente às plantações de café. Para entender esse impacto, recorreremos inicialmente aos dados

²² *Almanak Laemmert*, Seção “Províncias”, 1885, p. 943. (Para facilitar a busca deste trecho, basta ir para a pag. 3018, a numeração 943 refere-se apenas a parte das províncias que estão dentro da numeração principal).

²³ Museu do Tribunal de Justiça. Francisco Antonio Soares da Silva. Inventário *post mortem*, 1927. Seu falecimento ocorre em 1889, quatro anos depois da descrição de decadência presente no *Almanak Laemmert*. Se compararmos com os inventários dos seus pais das décadas de 1850 e 1860, percebemos que *monte mor* daquele período é muito maior do que o *monte mor* apresentado no inventário de 1889.

Veredas da História, [online], v. 9, n. 1, p. 7-22, dez., 2016, ISSN 1982-4238

publicados no *Almanak Laemmert* começamos a compreender a distribuição das propriedades em Itaguaí por tipo de cultura, entre os anos 1850 e 1885. (PRADO JUNIOR, 2011, p.26).

Em 1850, 88% do total de propriedades listadas no *Almanak Laemmert* se dedicavam ao café. Já os que plantavam cana correspondiam a 12% do total. Já em 1855, o número de fazendeiros e lavradores de café sobe para 96%, enquanto o número de fazendeiros dedicados à cana e/ou açúcar representam aproximadamente 4%. O intervalo 1860 – 1865 é o primeiro ano em que não há crescimento no número de fazendeiros de café em Itaguaí, cai de 226 para 201.

Jonh Shulz, em *A crise financeira da abolição*, realiza uma análise das crises que afetaram o café no Brasil, o autor afirma que o ano de 1864 foi muito difícil para os fazendeiros de café do Vale do Paraíba, as terras perderam fertilidade, a produção estagnou, uma praga atingiu os cafezais e o preço no mercado internacional caiu devido a guerra civil americana, e como o interior do Rio dependia do café o dinheiro se tornou cada vez mais escasso. (SCHULZ, 1996).

O último ano em que conseguimos informações sobre as propriedades do município de Itaguaí foi 1885. Notamos que não só os que se dedicam ao café têm seu número total reduzido, mas os que se dedicam à cana também. Há uma redução em todas as categorias, demonstrando que houve uma diminuição de fazendeiros e lavradores no município de Itaguaí entre os anos de 1870 e 1885 envolvidos com os dois tipos de plantio. Ao passo que surgem uma grande quantidade de agricultores que não tem especificado o tipo de cultura praticada.

Quando observamos o gráfico a seguir, que demonstra a evolução dos fazendeiros de café e cana em todo o período da amostragem, conseguimos ter uma visão mais clara do que estamos dizendo. Entre os anos de 1850 e 1855 observamos um aumento na quantidade de fazendeiros e lavradores de café, de 106 para 169. Ao longo dos anos 1855 e 1860, mais um aumento, de 169 para 226. Há uma redução em 1865, passando para 201, mas se recuperando em 1870, tendo seu maior valor de toda a amostragem. A partir deste ponto há uma progressiva diminuição, sem recuperação chegando ao resultado mais baixo em 1885.

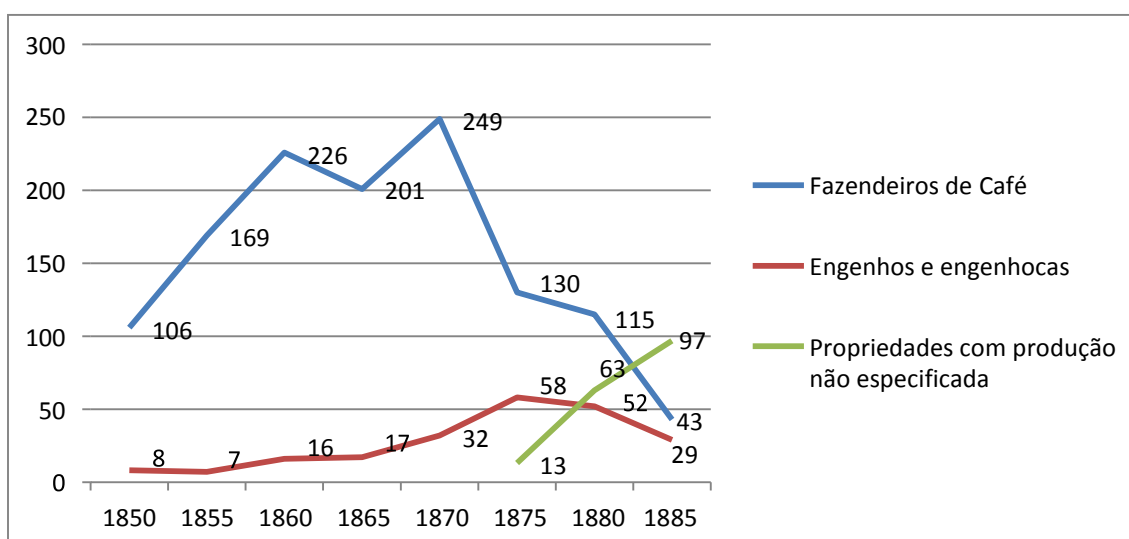
A partir de 1875 os fazendeiros de café ao serem listados no *Almanak Laemmert* começam a ter seu cultivo associado a outros. De um total de 130 propriedades que se dedicavam ao café, 108 aparecem como “fazendeiros de café e cereais”, ou “fazendeiros de café e outros mantimentos” e apenas 22 estão na categoria “fazendeiros de café”. Já

nos anos de 1880 e 1885 todos os fazendeiros de café são listados em categorias que associavam o café à cereais ou outros mantimentos sem especificar quais seriam.

Os engenhos e engenhocas do município têm seu somatório mais baixo em 1855, mas, nas amostragens seguintes, conseguem dobrar em número de fazendeiros e lavradores dedicados a cana e seus derivados, chegando ao seu máximo, e em 1875, com 58 propriedades. Mas, a partir de 1880 tem uma diminuição em seis propriedades, acompanhando a queda do café.

Gráfico 1

Número total de propriedades por tipo de plantação - (1850 a 1885)



Fonte: *Almanak Laemmert*: Número total de engenhos, engenhocas e fazendas de café em Itaguaí (1850 – 1885).²⁴

Percebemos através dos inventários *post mortem* analisados que nos anos de 1850 os engenhos e engenhocas estavam voltados principalmente para a produção de açúcar. Mas ao longo dos anos de amostragem, o aumento do plantio da cana se volta em sua maior parte para a produção de aguardente.

²⁴ Linha “Engenhos e engenhocas”: No *Almanak Laemmer* em 1855 são 5 engenhos de açúcar e apenas 1 de aguardente. Em 1860 e 1865 temos apenas 1 engenho de açúcar e 2 de aguardente. Em 1870 são 2 engenhos de açúcar e 2 engenhos de cana. Nos anos de 1875 e 1880 não há mais especificação, temos apenas a categoria “Engenhos e engenhocas do município.” E no último ano de amostragem o título da categoria passa para “Engenhos. Por essas variações no título das listas optamos por representar no gráfico uma única linha.

1.2 Conclusão

Ao analisar as listas publicadas pelo *Almanak Laemmert* com nomes dos fazendeiros e lavradores de Itaguaí podemos verificar que ao longo da segunda metade do século a mudança no título dessas listas estava relacionada à necessidade de adequação a produção de cada propriedade ao título da lista. Assim, se no início percebemos predominantemente fazendas dedicadas ao café. Ao passar das décadas vimos o aumento das fazendas que se dedicam a produção da aguardente. Outro elemento que podemos verificar foi o fato das listas passarem a incluir à produção principal a presença de “cereais” e “mantimentos”, o que nos sugere que nas últimas décadas do século XIX havia uma maior diversificação no que era produzido naquelas fazendas.

Verificamos também que entre os fazendeiros que tinham seus nomes publicados, vários apareciam ligados a cargos da administração municipal como presidente da Câmara Municipal, vereadores, juiz de paz e órfãos. Alguns acumulavam os cargos citados com títulos da guarda nacional, além de figurarem na lista de eleitores do município distribuídos pelas três freguesias de São Francisco Xavier de Itaguaí. Portanto, a posse da terra conferia um status que permitia que estes indivíduos participarem da vida do município em posições de decisão sobre o restante da população.

Fontes consultadas:

Almanak Laemmert, Seção “Províncias”, 1850, 1855, 1860, 1865, 1870, 1880, 1885.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro, 1865.

IBGE. **Sinopse estatística do município de Itaguaí**, Rio de Janeiro, 1948.

IBGE – **Comissão Nacional de Geografia**, 1956.

Relatório do Presidente da Província, 1857.

Bibliografia:

CARRÉ, A.N.; ANDRADE, R.G. de. Estrutura agrária e população escrava na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal e seu entorno: Itaguaí, 1808-88. *Revista Universidade Rural: Série Ciências Humanas*, Seropédica, RJ: EDUR, v. 27, n. 1-2, p. 107-113, jan.-dez., 2005

SCHULZ, John. **A crise financeira da abolição.(1875 – 1901)**. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo: Instituto Fernand Braudel, 1996.

IBGE. **Sinopse estatística do município de Itaguaí**, Rio de Janeiro. 1948.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O Homem e a Guanabara**. IBGE. 2º ed. 1964.

LIMEIRA, Aline de Moraes. **Educação particular e publicidade no Almanak Laemmert (1844/1849)**. Programa Nacional de Apoio à Pesquisa. Fundação Biblioteca nacional – MinC. 2007.

MACHADO, Rubens da Mota. **A terra e seus muitos domínios: senhores, lavradores e escravos nas redes pelo usufruto da terra (Vila Iguaçú, 1840 – 1880)** – Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

MOTTA, Márcia Maria Mendes. **Nas fronteiras do Poder: conflito e direito a terra no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

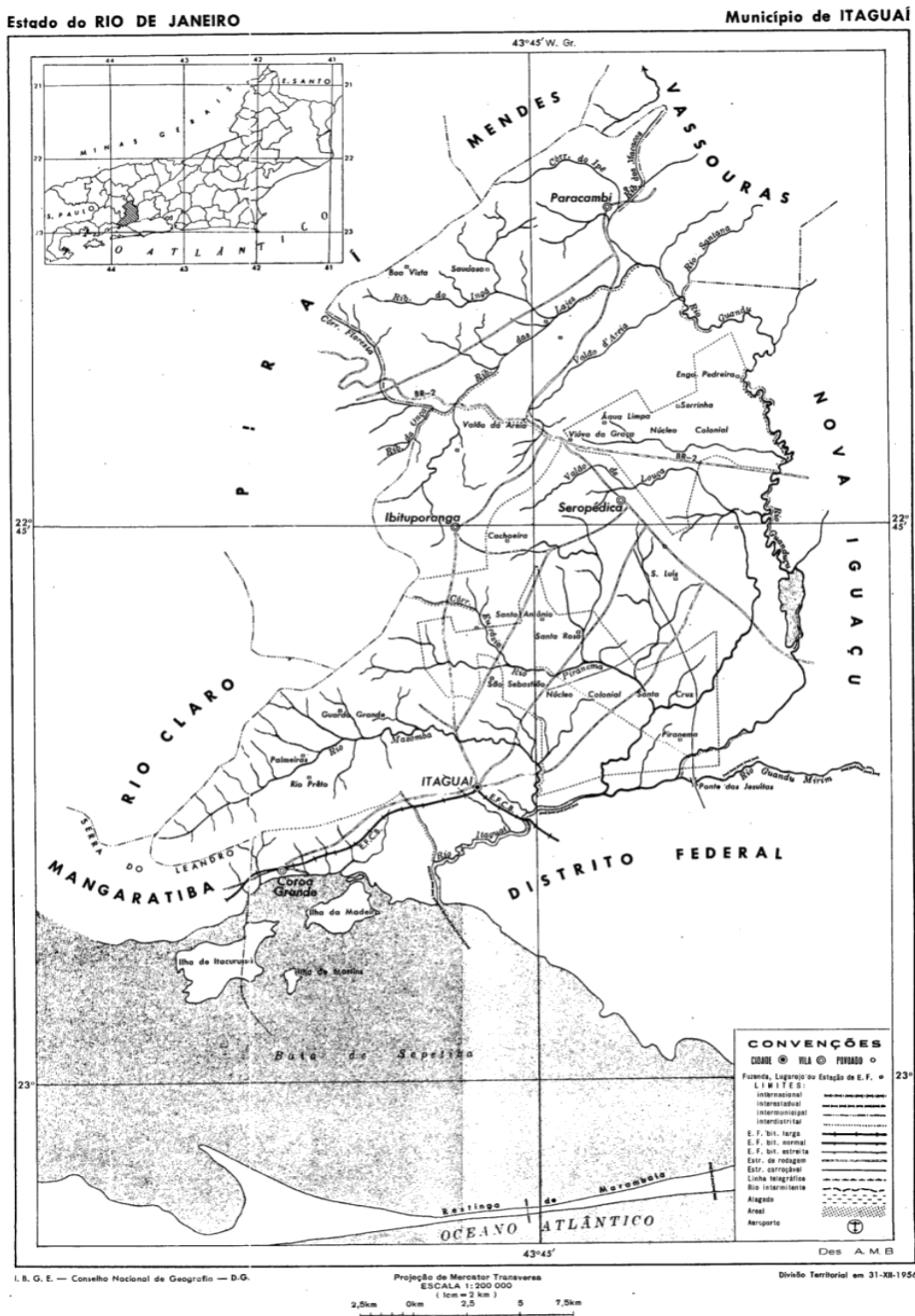
PALMIER, Luiz. **São Gonçalo Cinquentenário**. Rio de Janeiro, 1940

PRADO JUNIOR, Manoel Batista do. **Entre senhores, escravos e homens livres pobres: Família, liberdade e relações sociais no cotidiano da diferença (Mangaratiba, 1831 – 1888)**, Dissertação, Niterói, UFF, 2011.

Recebido em: 23/11/2016

Aprovado em: 20/12/2016

ANEXO I



Fonte: IBGE – Comissão Nacional de Geografia, 1956.

QUALIDADES DE COR E PATENTES: CRITÉRIOS DE HIERARQUIZAÇÃO NO PRESÍDIO DE MUXIMA (REINO DE ANGOLA, FINS DO SÉCULO XVIII E INÍCIO DO XIX)

Karine Codeça das Mercês de Queiroz

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) ¹

Resumo: Este artigo examina não só o modo pelo qual as qualidades de cor e as patentes foram elementos de hierarquização, bem como parâmetros classificatórios na documentação analisada, mas também seus entrecruzamentos com o tráfico de escravos e sua influência na sedimentação de novos lugares de mando.

Palavras-chave: Qualidades de cor; Patentes; Hierarquias sociais.

COLOR QUALITIES AND PATENTS: CRITERIA OF HIERARCHIZATION IN THE PRISON OF MUXIMA (KINGDOM OF ANGOLA, END OF THE 18TH CENTURY AND THE INITIATION OF THE XIX)

Abstract: This article examines not only the way in which the qualities of color and patents were hierarchical elements and classification parameters in the analyzed documentation, but also their intersections with the slave trade and its influence on the sedimentation of new places of command.

Keywords: Color qualities; Patent; Social hierarchies.

I - Introdução

Ao discorrermos sobre sociedades africanas, bem como os elementos mobilizados como fundamentos à hierarquização social, faz-se imprescindível considerar, como no caso do presídio de Muxima, diferentes critérios, tais como a escravidão e o tráfico de escravos.² Sendo assim, torna-se imprescindível considerar, também, os elementos que, muitas vezes, estavam a eles relacionados. Roberto Guedes,

¹ Licenciada em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: karinecodeca@yahoo.com.br

² A este respeito, Alberto da Costa e Silva afirma que “A maioria das sociedades africanas era altamente hierarquizada. Nobres, plebeus, estrangeiros, escravos, homens e mulheres, cada qual conhecia o seu lugar – nele ficavam desde o nascimento e, em muitos povos, até após a morte, pois, de acordo com suas crenças, o morto, se era aristocrata, continuava, no além, aristocrata, e o escravo, escravo. Mas havia também sociedades que se regiam pelo mérito, nas quais o poder do sangue se restringia às estirpes reais e, tanto um plebeu quanto um escravo podiam ascender às mais altas funções do estado, à fama e à opulência. Em outras, era a riqueza que determinava a posição social de cada indivíduo. E em outras, ainda, não havia diferenças, só se distinguindo dos demais os idosos que formavam o conselho dos anciões e, em caso de guerra, momentaneamente, aqueles tidos por mais capazes para conduzir a luta.” SILVA, Alberto da Costa e. *A África explicada aos meus filhos*. Rio de Janeiro: Agir, 2012. p. 19-20.

em análise acerca da relação entre moradia e hierarquias sociais em Benguela em finais do século XVIII, sinaliza que apesar dos escravos serem muito importantes para a consolidação do status ocupados pelos brancos, as moradias exerciam papel crucial sendo, por sua vez, fator de distinção social em relação a pardos e pretos.³

Com efeito, antes de considerarmos, separadamente, a forma pela qual as qualidades de cor e as patentes exerceram influência sob a estruturação de novos lugares de mando, bem como os entrecruzamentos resultantes com a escravidão e o tráfico, é preciso destacar a forma pela qual esta dinâmica inseria-se na lógica do Império Português, tendo em vista não só que o presídio de Muxima deve ser compreendido como microcosmo deste mesmo Império, mas também que desta conjuntura, isto é, do Império luso, também emergiam elementos propulsores de hierarquização. Nesse sentido, a ideia de uma monarquia pluricontinental torna-se essencial, pois permite-nos a percepção de que nesta conjuntura estava em cena não só os interesses da Coroa, mas também dos inúmeros poderes existentes em Portugal e no ultramar.⁴

Diante deste quadro caracterizado por múltiplos interesses, cabe destacar as conexões que estabeleciam-se tendo como pano de fundo o Atlântico. Desse modo, Maria de Fátima Silva Gouvêa aponta a existência de uma expressiva circulação de titulares eclesiásticos pelos bispados que integravam o Império. Tal circulação sinaliza vínculos administrativos que são perceptíveis, por exemplo, entre Brasil e Angola como abordado pela autora através das trajetórias de pelo menos quatro bispos. Esta circulação proporcionava, ainda, subsídios cruciais, em termos político-administrativos, para a construção de saberes que seriam fundamentais para uma administração mais eficaz dos espaços que integravam o Império. Este seu aspecto multicontinental,

³ GUEDES, Roberto. Casas & sanzalas (Benguela, 1797-1798). *Veredas da História* [online]. Ano VII, Edição 1, 2014. p. 74. Disponível em: <http://www.seer.veredasdahistoria.com.br/ojs-2.4.8/index.php/veredasdahistoria/article/view/134/138> Acesso em: 08/04/2016.

⁴ João Fragoso e Maria de Fátima Silva Gouvêa ainda acrescentam que a monarquia pluricontinental “(...) resultava do processo de amálgama entre a concepção corporativa e a de pacto político, fundamentada na monarquia, e garantindo, por princípio, a autonomia do poder local. A monarquia pluricontinental se torna uma realidade graças à ação cotidiana de indivíduos que viviam espalhados pelo império em busca de oportunidades de acrescentamento social e material; indivíduos que não se colocam passivos diante das regras gerais e que se utilizam das fraturas existentes no permanente diálogo travado entre regras gerais e locais. O mecanismo decisório aqui é totalmente mediado. Traduções e mediações possíveis entre os diversos idiomas se constituem em um processo permanente, possibilitando assim que a vontade de Sua Majestade e de seus vassallos seja de fato preservada e garantida.” FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII**. p. 43. Disponível em: www.scielo.br/pdf/tem/v14n27/a04v1427 Acesso em: 08/04/2016.

segundo Maria de Fátima Silva Gouvêa, ofereceu subsídios relevantes para que altos oficiais exercessem funções em diferentes espaços coloniais.⁵ Como resultado deste processo, por sua vez, verificamos a constituição de um terreno fértil à acumulação de saberes e de práticas que traria benefícios não apenas a estes oficiais, mas também à própria Coroa lusa. Desse modo, em meio a tal contexto político-administrativo percebemos um traço significativo que refere-se à distribuição de mercês e/ou privilégios que dialogava de forma expressiva com os serviços prestados ao Império Português. Tal solicitação por serviços prestados, como se verá adiante, também manifestou-se nas forças militares.⁶ Diante do exposto, percebe-se que ao objetivarmos uma maior compreensão acerca do presídio de Muxima, bem como de suas bases hierárquicas, faz-se imprescindível concebê-lo, também, tendo em nosso horizonte os mais distintos elementos e/ou estratégias mobilizadas a fim de conferir forma ao Império luso que, a seu modo, poderiam ser manejadas pelos diferentes indivíduos a fim de atingirem seus objetivos.

A este respeito, Selma Pantoja traz-nos, ainda, o importante e elucidativo caso dos Fonseca Coutinho que mostra-nos, por sua vez, a relevância de compreendermos os fundamentos hierárquicos em Angola, tendo em vista não apenas os condicionantes locais, mas também aqueles que dialogavam com as estruturas existentes em meio à dinâmica característica do Império. Sendo assim, Pantoja sinaliza que os Fonseca Coutinho estruturaram sua carreira de militares/comerciantes de forma semelhante a outros militares. Perpassando por três gerações, a saber: o pai, coronel Manoel da Fonseca Coutinho (século XVII); o filho, Antônio (primeira metade do século XVIII) e o neto Anselmo (figura expoente até 1814), nota-se expressiva influência na tessitura político-econômica na região ao integrarem, como ressaltado pela autora, grupos de

⁵ GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **Poder Político e Administração na Formação do Complexo Atlântico Português (1645-1808)**. p. 21. Disponível em: lasa.international.pitt.edu/Lasa2001/GouveaMariadeFatima.pdf Acesso em: 04/07/2015.

⁶ De acordo com Selma Alves Pantoja, “Desde o início do seiscentos, a administração portuguesa contava com os “moradores” no recrutamento para as tropas, nas guerras do sertão contra as chefias africanas rebeladas ou o combate aos “estrangeiros”. No começo fazia-se o recrutamento para as forças militares de maneira obrigatória, o que deu origem a alguns conflitos de interesses entre “moradores” e governadores, com o passar do tempo, participar das tropas tornou-se voluntário, bem aceito e reconhecido como favores prestado ao rei português.” PANTOJA, Selma Alves. Redes e tramas no mundo da escravidão atlântica, na África Central Ocidental, século XVIII. **História Unisinos**. V. 14, n. 3, setembro/dezembro, 2010. p. 237-238.

parentesco de influentes famílias em Luanda.⁷ Nota-se, assim, que para além da concessão de mercês e/ou privilégios por parte da Coroa portuguesa em troca dos serviços prestados ao rei, estavam também o manejo de outros elementos propulsores de lugares de destaque no cenário político em Angola como, por exemplo, as relações de parentesco e amizade.

Pelo exposto, percebe-se que múltiplos eram os aspectos que poderiam legitimar o exercício de poder de um indivíduo em relação aos seus pares e, também, fundamentar as hierarquias e a estratificação no interior da sociedade africana. No que concerne a estas relações interpessoais, Joseph C. Miller afirma que, na África, os indivíduos definiam-se a partir das mais variadas vias de pertencimento, por meio das múltiplas associações que pudessem estabelecer.⁸ Tais vínculos e/ou laços estabelecidos pelos africanos eram essenciais não só para a conformação de suas identidades, mas também para seus interesses pessoais, tendo em vista que a estes se vinculavam. O delineamento das hierarquias em sociedades africanas como, por exemplo, Angola, deve ser analisado, portanto, à luz destes variados aspectos que moldavam as sociedades e concretizavam suas características locais.

II – Qualidades de cor nas Notícias de presídio e no mapa de população

Durante o século XVIII é possível identificar transformações substanciais no Império português, sobretudo durante o período no qual Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, que foi ministro de D. José I. Tais modificações perpassaram não apenas as medidas administrativas implantadas em Portugal, mas também em seus domínios no ultramar como, por exemplo, Angola. Em meio a estas mudanças propostas pelo Marquês de Pombal, verifica-se o amplo interesse em racionalizar a administração lusa, tornando-a mais eficaz. Em termos práticos, tal objetivo exigia maior conhecimento sobre os domínios que compunham o Império. Diante de tal quadro, não só os territórios deveriam ser objetos de conhecimento mas

⁷ *Ibidem*, p. 238.

⁸ Miller acrescenta, ainda, que “Suas estratégias eram o exato oposto de uma etnicidade determinada, unívoca, unidimensional, homogênea, abrangente e estável que subjaz na maioria das discussões existentes sobre as identidades africanas no Velho ou no Novo Mundo – ou na versão colonial desta ideia sem sentido.” MILLER, Joseph C. Restauração, reinvenção e recordação: recuperando identidades sob a escravização na África e face à escravidão no Brasil. *Revista de História*. São Paulo: n. 164, jan./jun. 2011. p. 27. Disponível em: www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19188/21251 Acesso em 04/07/2015.

também as populações neles existentes. Este interesse em conhecer o território e a população também manifestou-se em Angola e em seus presídios⁹ constitutivos, resultando em importante corpus documental.¹⁰

Sobre os presídios, e mais precisamente acerca de seu processo de constituição e de suas funcionalidades no Império português, é possível encontrar elucidativos dados em obras recentes. Desse modo, cabe ressaltar que os presídios eram protegidos por forças militares e governados por capitães-mores.¹¹ Já no que concerne às suas funções militares e mercantis, um dos aspectos ressaltados refere-se ao cumprimento do papel não apenas de delimitação, ainda que de forma precária, dos domínios portugueses e de proteção destes territórios, mas também do processo de estruturação destes enquanto depósitos de escravos em trânsito ao litoral.¹²

Pelo exposto, é possível compreender os presídios como elementos que revestiam-se de grande relevância na postura adotada pela Coroa no ultramar. Assim, o presídio de Muxima, situado ao longo do rio Cuanza e fundado em 1599, também deve ser analisado tendo como base os entrecruzamentos entre as medidas lisboetas, as

⁹ Os presídios eram unidades que mesclavam funções militares, mercantis e administrativas. De acordo com Selma Pantoja, Angola foi área revestida de grande importância para o envio dos condenados pela Inquisição ou pelo judiciário. Desse modo, já no início da chegada dos europeus no litoral da África Central Ocidental foram enviados degredados para a região. No decorrer do século XVII, a Câmara Municipal de Luanda solicitou à Coroa, entre outros, o direito de enviá-los para o interior de Angola. Com efeito, os condenados pelo judiciário eram enviados para os presídios na cidade de Luanda e no interior. Segundo a autora, os critérios de cumprimento das penas, isto é, se seria em Luanda, Benguela ou no sertão africano, relacionava-se não só à gravidade dos crimes, mas também ao interesse no povoamento de determinadas regiões. SELMA, Pantoja. Inquisição, degredo e mestiçagem em Angola no século XVIII. *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*. Ano III, 2004. Nº 5/6. p. 117-136. Disponível em: revistas.ulufona.pt/index.php/cienciareligioes/article/view/4582/3094 Acesso em: 05/07/2015.

¹⁰ Reporto-me às listas de habitantes e mapas de população. Nas listas é possível encontrar as descrições nominais dos habitantes e os mapas, por sua vez, são elaborados com base nas listas. Importantes pesquisas foram realizadas tendo como base esse corpus documental. Destaco, entre outros, o trabalho de Roberto Guedes Ferreira e Ana Paula Wagner. Cf. GUEDES, Roberto. *Exóticas denominações: manipulações e dissimulações de qualidades de cor no reino de Angola (segunda metade do século XVIII)*. In: ALMEIDA, Suelly Creusa Cordeiro; RIBEIRO, Marília de Azambuja; SILVA, Gian Carlo de Melo. (Org.). **Cultura e sociabilidades no mundo atlântico**. 1ed. Recife: Editora Universitária, 2012, v. 1, p. 369-398 e WAGNER, Ana Paula. **População no Império Português: recenseamentos na África Oriental Portuguesa na segunda metade do século XVIII**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História: Curitiba, 2009.

¹¹ CRUZ, Ariane Carvalho da. **Militares e militarização no Reino de Angola: patentes, guerra, comércio e vassalagem (segunda metade do século XVIII)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, UFRRJ, Nova Iguaçu, 2014. Ariane destaca, ainda, que diferentemente dos outros presídios, Novo Redondo era comandado por um regente. p. 25.

¹² RODRIGUES, Jaime. **De costa a costa: Escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 59.

estruturas locais e a circulação de práticas culturais possibilitadas pelo trânsito que levava ao Atlântico. Dentre as medidas lisboetas, podemos destacar as orientações que deveriam ser observadas na elaboração das informações acerca das populações existentes no ultramar e que resultou no corpus documental já mencionado, isto é, as listas de habitantes e os mapas de população. No que concerne ao presídio de Muxima, as listas de habitantes são de 1797 e o mapa de 1799. Entretanto, tais diretrizes não foram impostas de forma unilateral às estruturas existentes no presídio. Pelo contrário, percebemos outras categorias classificatórias que dialogavam com a realidade local.

Desse modo, se a escravidão e o tráfico foram importantíssimos como fundamentos à hierarquia social, tendo em vista que além da possibilidade de que os escravos fossem, demograficamente, muito pouco em números ou representassem uma parcela significativa da população, havia também a possibilidade de que estes escravos se concentrassem nas mãos de poucos senhores.¹³ Isto contribuía para o aumento de prestígio e poder destes indivíduos diante de seus pares. Com efeito, se a posse de escravos, bem como a agregação de forros eram bases fundamentais sob as quais assentavam-se as hierarquias, as qualidades de cor também circunscrevem-se como elementos relevantes em sua conformação, como é possível perceber, entre outros, através da já mencionada documentação acerca do presídio de Muxima.

Sendo assim, apesar do sistema classificatório oriundo das diretrizes metropolitanas visando uma maior padronização censitária, é possível perceber a utilização de outros termos classificatórios o que, por sua vez, corrobora o fato de que tais parâmetros de classificação por cor eram influenciados pela conjuntura sociopolítica e econômica existente, bem como dialogavam com a dinâmica envolvida na escravidão e no tráfico de escravos. No já mencionado mapa do presídio de Muxima formulado em 1799 é possível encontrar classificações gerais de cor fundamentadas no sistema trinitário, isto é, branco, preto e mulato. Já nas Notícias do presídio, percebe-se que nas descrições individuais foram utilizadas nomenclaturas diversas como, por exemplo, fusco. Nesse sentido, o Alferes Lourenço Joaquim de Santa Anna ao mencionar um dos

¹³ LOVEJOY, Paul E. **A escravidão na África: Uma história de suas transformações**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 38-39.

moradores descreve-o como *Escrivão do Prezidio Gaspar de Roiz Cravo de trinta e quatro annoz Homem fusco...*¹⁴

Segundo Raphael Bluteau, um dos significados para a palavra fusco é “*Escuro. Tirante a negro.*”¹⁵ O mesmo significado pode ser encontrado também em Antonio de Moraes Silva.¹⁶ Percebe-se que tal classificação não restringiu-se ao sistema classificatório oriundo das diretrizes metropolitanas. Pelo contrário, aponta a utilização de outros termos. Dessa forma, faz-se imprescindível mencionar que estes parâmetros eram influenciados pela tessitura sociopolítica e econômica existente que estava, por sua vez, extremamente imersa na escravidão e no tráfico.¹⁷

Nesse sentido, se a linha que separava escravidão e liberdade era sinuosa como destacado por Mariana P. Candido em análise sobre Benguela, tendo em vista que a situação de vulnerabilidade poderia ser ainda maior àqueles que, segundo a autora, distanciavam-se do mundo colonial luso, a saber: do conhecimento das leis, da língua portuguesa ou de indivíduos que pudessem protegê-los,¹⁸ havia também linhas sinuosas em relação às qualidades de cor. Com efeito, como já mencionado, diferentes critérios poderiam fundamentar a descrição individual como visto no caso de Gaspar de Roiz Cravo descrito como fusco. Tais critérios, como abordado, dialogavam com a tessitura sociopolítica e eram passíveis de manipulação.

Pelo exposto, percebemos que ao objetivarmos uma melhor compreensão das bases hierárquicas vigentes no presídio de Muxima em finais do século XVIII e início

¹⁴ África/Angola Col.IHGB DL31,08.

¹⁵ BLUTEAU, Raphael. Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 – 1728. 8 v. p. 242. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/fusco> Acesso em: 02/06/2014.

¹⁶ SILVA, Antonio Moraes. Dicionario da lingua portugueza – recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. p. 71. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/2/fusco> Acesso em: 02/06/2014.

¹⁷ De acordo com Roberto Guedes, “(...) estudos sobre qualidades de cor devem levar em conta os critérios e os objetivos que as produziram, e, em África, como alhures, os referencias da escravidão e do tráfico de cativos (atlântico e no interior do Reino de Angola), bem como as manipulações sociais e políticas de cor, também serviram como parâmetros gerais classificatórios, mas, frise-se, cores passíveis de manipulação.” GUEDES, Roberto. *Exóticas denominações: manipulações e dissimulações de qualidades de cor no reino de Angola (segunda metade do século XVIII)*. In: ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro; RIBEIRO, Marília de Azambuja; SILVA, Gian Carlo de Melo.. (Org.). **Cultura e sociabilidades no mundo atlântico**. 1ed. Recife: Editora Universitária, 2012, v.1, p. 376.

¹⁸ CANDIDO, Mariana P. O limite tênue entre liberdade e escravidão em Benguela durante a era do comércio transatlântico. **Afro-Ásia**, 2013. p. 265. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/afro/n47/a07n47.pdf> Acesso em: 08/04/2016.

do século XIX faz-se imprescindível não apenas levarmos em consideração a dinâmica sociopolítica existente e sua influência sobre, por exemplo, as qualidades de cor, mas também os cargos militares que, como mencionado ainda que brevemente, também influenciava na sedimentação de novos lugares de mando. A este debate, por sua vez, é que nos dedicaremos agora.

III – Poder e prestígio: ofícios militares e seu papel na hierarquia social em Muxima

Como já mencionado, ainda que em linhas gerais, as patentes exerceram papel de destaque na conformação das hierarquias no presídio de Muxima. De acordo com Ariane Carvalho da Cruz, além da remuneração do cargo, bem como do poder a ser exercido através da nomeação, os cargos militares poderiam contribuir substancialmente para o envolvimento no comércio angolano.¹⁹ Sobre o entendimento dos benefícios advindos da carreira militar, Elias Alexandre da Silva Corrêa oferece-nos elucidativas informações. A este respeito, Elias Alexandre afirma que:

O officio militar me abria a estrada para ir ao cumprimento do meu doble dezígnio / isto he / ; instruirme do mundo; & adquirir no Servisso Real o acesso dos postos, & estimação dos homens condecoradoz, & bem nascidos; & assim me dava a esperança de subir a hum bem somente imaginado; a pezar do cruel sofrimento de hum mal assaz sabido.²⁰

Com efeito, apesar das dificuldades encontradas por Elias Alexandre advindas, por sua vez, do serviço militar prestado em Angola, é possível perceber que a carreira era concebida como estratégia relevante para a ascensão social. Selma Pantoja, por sua vez, também nos oferece subsídios cruciais para entendermos o modo pelo qual as patentes poderiam influenciar na conformação das estruturas hierárquicas.

Sendo assim, ao analisar o processo de constituição de famílias através da união entre mulheres africanas e homens portugueses recém-chegados, Pantoja menciona o importante exemplo da família Matoso de Andrade na qual parte ocupava cargos nas fortalezas no interior enquanto outra revezava-se nos cargos do Senado da Câmara de

¹⁹ CRUZ, Ariane Carvalho da. **Ser militar em Angola: territorialização e militarização na segunda metade do século XVIII**. Monografia, UFRRJ, Nova Iguaçu, 2011.

²⁰ CORRÊA, Elias Alexandre da Silva. **História de Angola**. Lisboa: Ática, 1937, 2 v. p. 14.

Luanda.²¹ Desse modo, para os nascidos em famílias africanas, o início da trajetória militar também era similar, isto é, iniciava-se no serviço em lugares distantes no interior angolano de forma voluntária com patentes concedidas, por sua vez, pelo governador e, após determinado tempo, eram reconhecidas pela realeza. Assim, eram militares/traficantes que apesar de não serem brancos solicitavam as mercês reais e acabavam por recebê-las. Já no que concerne a outras trajetórias, Selma Pantoja ressalta, ainda, que *filhos naturais* ou *filhos de mar em fora* estabeleciam, por vezes, carreira administrativa ao lado da carreira de comerciante.²² Percebe-se, assim, que a estreita ligação entre poder e comércio fundamentava-se sob importantes relações de parentesco e amizade.

Com efeito, para além das nomeações para cargos militares no presídio de Muxima nas primeiras décadas do século XIX, cabe-nos, no momento, destacarmos a portaria de 04 de fevereiro de 1819 na qual poderemos extrair elementos cruciais para a presente reflexão. Nela é possível encontrar o atendimento a seguinte solicitação:

O Primeiro [ilegível] Marcos José de Britto, Comandante da Companhia d'Artilharia fique na intelligencia que tenho dispensado do Real Serviço os dous filhos do 2º [ilegível] Bernardo José da Costa que tem praça na dita Companhia, tanto por serem de menor idade, como por seu Pai me ter requerido passallos á sua Companhia para o Prezidio de Muxima, onde elle actualmente se acha servindo, com o fim de os educar nos princípios Militares, e conformando-me com a sua supplica lhe tenho concedido a ditta licença ficando com os seus vencimentos na mencionada Companhia d'Artilharia onde fica [ilegível] a sua ditta Praça. Loanda 4 de fevereiro de 1819 = Com a Rubrica de Sua Excelência =²³

Pelo exposto, percebemos que os ensinamentos de uma, digamos, cultura militar poderia caracterizar-se como algo relevante diante da conjuntura existente, tendo em vista que, como já apontado, a segunda geração também poderia traçar trajetória semelhante iniciando sua carreira militar no sertão angolano para, posteriormente, solicitar as mercês reais. Sendo assim, constata-se que a carreira militar poderia oferecer subsídios relevantes para a ascensão social e, por conseguinte, o alcance de posições de

²¹ PANTOJA, Selma. Laços de afeto e comércio de escravos. Angola no século XVIII. *Cad. Pesq. Cdhis*. Uberlândia, v. 23, n.2, jul./dez. 2010. p. 381. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/8027/7148> Acesso em: 05/07/2015.

²² *Ibidem*, p. 382-383.

²³ Projeto Acervo Digital Brasil Angola (PADAB), código 278-C16-2, DSC00335.

destaque nas hierarquias sociais vigentes em Angola. Um destes caminhos de ascensão possibilitadas pela carreira militar refere-se ao envolvimento com o tráfico de escravos, tendo em vista sua relevância no período aqui contemplado.

De acordo com José C. Curto e Raymond R. Gervais, Luanda, de 1780 a 1830, continuou sendo o mais importante centro exportador de escravos no centro-oeste africano para as Américas, principalmente, aos portos do Brasil.²⁴ Evidentemente, diante deste cenário o envolvimento com o tráfico de cativos poderia ser substancialmente atrativo. Em suma, tudo dialogava com o tráfico de escravos.²⁵ Diante desta conjuntura, portanto, encontramos fontes importantes de poder e prestígio social.

Sendo assim, no que concerne às hierarquias existentes no presídio de Muxima em finais do século XVIII, é possível constatar que os ofícios militares desempenhavam papel relevante, tendo em vista que no mapa deste mesmo presídio, de 1799, logo após a referência aos eclesiásticos, encontramos referência aos militares. Desse modo, de acordo com a documentação, havia dois brancos, quarenta e nove pretos e cinco mulatos totalizando, assim, cinqüenta e seis indivíduos.²⁶ Percebe-se, assim, a maciça presença de pretos em meio aos militares, seguido de mulatos.

Este quadro revela-nos, assim, a importância atribuída aos cargos militares já na disposição dos dados coligidos. Com efeito, mostra-nos, ainda, a relevância de levarmos em consideração a importância deste segmento ao objetivarmos uma melhor compreensão das bases hierárquicas existentes no presídio de Muxima no qual não apenas a posse de escravos e a agregação de forros exerceram papéis de destaque, mas também as qualidades de cor e as patentes. Este quadro mostra-nos, por sua vez, quão rica e complexa era a realidade existente no mencionado presídio, corroborando a necessidade de melhor compreendermos sua dinâmica diante dos inúmeros

²⁴ CURTO, José C.; GERVAIS, Raymond R. A dinâmica demográfica de Luanda no contexto do tráfico de escravos do Atlântico Sul, 1781-1844. *Topoi*. Rio de Janeiro, mar. 2002. p 105. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v3n4/2237-101X-topoi-3-04-00085.pdf> Acesso em: 07/04/2016.

²⁵ Segundo Selma Pantoja “Desde o pequeno comércio, vendendo diretamente o arroz, o milho, o feijão e a carne seca, até as ordens religiosas, todos estavam envolvidos nesse grande negócio. O tráfico mobilizava aqueles que com isso desejavam acumular imensas riquezas. Chegavam de Portugal e do Brasil com o único propósito de entrar no circuito atlântico do tráfico de escravos. O século XVIII será especial como momento de pico desse comércio e também de sua grande crise em seu período final. PANTOJA, Selma. Gênero e comércio: as traficantes de escravos na região de Angola. *Travessias. Revista de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa*. n. 4/5, 2004, Lisboa, p. 85. Disponível em: <http://beta.casadasafricas.org.br/img/upload/529958.pdf> Acesso em: 07/04/2016

²⁶ IHGB, DA2G4N°8.8.

entrecruzamentos que ali manifestavam-se, sendo eles não apenas de caráter local, mas também advindos das diretrizes lisboetas num processo de busca por uma administração mais eficaz e das influências possibilitadas pelo Atlântico.

Considerações finais

Ao falarmos no presídio de Muxima em finais do século XVIII e início do século XIX faz-se imprescindível levarmos em consideração a existência de uma sociedade amplamente estratificada no qual os parâmetros utilizados a fim de legitimar tais hierarquias dialogavam, sobretudo, com a escravidão e o tráfico de escravos. Sendo assim, a posse de escravos e a agregação de forros eram elementos relevantes que não só fundamentavam, mas também refletiam as estruturas hierárquicas locais.

No entanto, assim como apontado por Roberto Guedes em relação às moradias no que concerne à Benguela, no presídio de Muxima, assim como em outras regiões angolanas, as qualidades de cor e a ocupação de cargos militares também exerceram papel de destaque na conformação das hierarquias locais e, por conseguinte, no surgimento de novos lugares de mando.

Desse modo, como mencionado, se a linha que separava a escravidão da liberdade era algo extremamente difícil de ser engessada, também havia linhas sinuosas na classificação por cor em meio à realidade do presídio de Muxima. Se na documentação encontramos a utilização do sistema trinitário de cor, isto é, branco, preto e mulato, na prática é possível localizarmos o uso de outros termos como, por exemplo, fusco. Este quadro sinaliza-nos, por sua vez, que as diretrizes lisboetas não eram impostas de forma unilateral às sociedades africanas, mas que estas eram passíveis a um processo de (re) significação sob estruturas locais. Tais critérios classificatórios, cabe destacar, estavam em profundo diálogo com a dinâmica local, ou seja, com seus aspectos sociopolíticos e econômicos.

Já no que refere-se às patentes também é possível observar que tratava-se de uma importante estratégia de ascensão social, pois, como já mencionado a partir da abordagem de diferentes autores, poderia resultar em benefícios relevantes como não só na remuneração do cargo e do poder a ser exercido, mas também no envolvimento no comércio angolano. A este cenário soma-se outras importantes estratégias como, por exemplo, as relações de parentesco e de amizade.

Nesse sentido, constata-se que as hierarquias vigentes no presídio de Muxima encontravam legitimidade sob diferentes aspectos. Estes, por sua vez, encontravam na escravidão e no tráfico de escravos bases de apoio de extrema relevância. Indo além dos critérios que permeavam as bases hierárquicas vigentes, tal quadro mostra-nos que a própria constituição do Império português encontrava reflexos importantes nas estruturas sociais locais africanas. Prova disto encontra-se na utilização de outros critérios classificatórios de cor como já mencionado indo além, por sua vez, das diretrizes lisboetas.

Tal panorama de atuação das sociedades africanas na conformação do Império luso, objeto de abordagem de diferentes autores, também foi retratado por Roquinaldo Ferreira. Segundo ele, em análise extremamente elucidativa para a reflexão aqui proposta,

Na verdade, desde fins do século XVI, a viabilidade de Luanda enquanto enclave europeu dependia de complexas relações diplomáticas, militares e comerciais com reinos Mbundu do hinterland de Luanda. Mesmo depois da vitória portuguesa sobre o reino do Ndongo, em 1672, o arranjo político e institucional que emergiu na região esteve longe de ser inteiramente controlado pelo governo de Luanda – onde supostamente estava concentrada a administração encarregada de representar os interesses portugueses na região. Assim, em lugar de um rígido controle “colonial”, a dinâmica social, política e cultural era caracterizado por extrema fluidez, quando não por direta subjugação portuguesa perante os africanos.²⁷

Constata-se, assim, a existência, como descrito por Mariana P. Candido, de uma linha tênue não apenas em relação à escravidão e liberdade, mas também em relação às qualidades de cor e à suposta existência de um controle rígido por parte da Coroa portuguesa em relação aos seus domínios no ultramar. Desse modo, como já assinalado através do importante debate proposto por João Fragoso e Maria de Fátima Silva Gouvêa, as redes de poder constituíam-se como elementos-chave no interior no processo de constituição do Império português, tendo em vista que englobava regiões tão distintas entre si num cenário no qual estavam em jogo interesses múltiplos no qual os diferentes indivíduos lutavam por seus interesses em meio às diretrizes e aos próprios interesses da Coroa portuguesa.

²⁷ FERREIRA, Roquinaldo. “Ilhas crioulas”: o significado plural da mestiçagem cultural na África Atlântica. *Revista de História*. 155 (2º - 2006). p. 35.

Em suma, constata-se que ao falarmos no presídio de Muxima é preciso levar em consideração não apenas as estruturas sociais locais, mas também estes vários entrecruzamentos oriundos de sua relação com os interesses manifestos pela Coroa portuguesa e também pela circulação de práticas culturais possibilitadas pelo trânsito que levava ao Atlântico. Sendo assim, este artigo, ainda que em seus limites, buscou oferecer alguns subsídios para este debate. No entanto, outras abordagens fazem-se necessárias, tendo em vista o quão rico e complexo eram os interesses que manifestavam-se no interior do presídio em finais do século XVIII e início do XIX.

Fontes

BLUTEAU, Raphael. Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 – 1728. 8 v. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/fusco> Acesso em: 02/06/2014.

CORRÊA, Elias Alexandre da Silva. **História de Angola**. Lisboa: Ática, 1937, 2 v.

SILVA, Antonio Moraes. Diccionario da lingua portugueza – recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/2/fusco> Acesso em: 02/06/2014.

Bibliografia

CANDIDO, Mariana P. O limite tênue entre liberdade e escravidão em Benguela durante a era do comércio transatlântico. **Afro-Ásia**, 2013. p. 239-268. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/afro/n47/a07n47.pdf> Acesso em: 08/04/2016.

CRUZ, Ariane Carvalho da. **Ser militar em Angola: territorialização e militarização na segunda metade do século XVIII**. Monografia, UFRRJ, Nova Iguaçu, 2011.

CRUZ, Ariane Carvalho da. **Militares e militarização no Reino de Angola: patentes, guerra, comércio e vassalagem (segunda metade do século XVIII)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, UFRRJ, Nova Iguaçu, 2014.

CURTO, José C.; GERVAIS, Raymond R. A dinâmica demográfica de Luanda no contexto do tráfico de escravos do Atlântico Sul, 1781-1844. **Topoi**. Rio de Janeiro, mar. 2002. p 85-138. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v3n4/2237-101X-topoi-3-04-00085.pdf> Acesso em: 07/04/2016.

FERREIRA, Roquinaldo. “Ilhas crioulas”: o significado plural da mestiçagem cultural na África Atlântica. **Revista de História**. 155 (2º - 2006). p. 17-41.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII**. p. 36-50. Disponível em: www.scielo.br/pdf/tem/v14n27/a04v1427 Acesso em: 08/04/2016.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **Poder Político e Administração na Formação do Complexo Atlântico Português (1645-1808)**. p. 1-34. Disponível em: lasa.international.pitt.edu/Lasa2001/GouveaMariadeFatima.pdf Acesso em: 04/07/2015.

GUEDES, Roberto. *Exóticas denominações: manipulações e dissimulações de qualidades de cor no reino de Angola (segunda metade do século XVIII)*. In: ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro; RIBEIRO, Marília de Azambuja; SILVA, Gian Carlo de Melo. (Org.). **Cultura e sociabilidades no mundo atlântico**. 1ed. Recife: Editora Universitária, 2012, v. 1, p. 369-398

GUEDES, Roberto. Casas & sanzalas (Benguela, 1797-1798). **Veredas da História** [online]. Ano VII, Edição 1, 2014. p. 55-85. Disponível em: <http://www.seer.veredasdahistoria.com.br/ojs-2.4.8/index.php/veredasdahistoria/article/view/134/138> Acesso em: 08/04/2016.

LOVEJOY, Paul E. **A escravidão na África: Uma história de suas transformações**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MILLER, Joseph C. Restauração, reinvenção e recordação: recuperando identidades sob a escravização na África e face à escravidão no Brasil. **Revista de História**. São Paulo: n. 164, jan./jun. 2011. p. 17-64. Disponível em: www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19188/21251 Acesso em 04/07/2015.

RODRIGUES, Jaime. **De costa a costa: Escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

PANTOJA, Selma. Gênero e comércio: as traficantes de escravos na região de Angola. **Travessias. Revista de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa**. n. 4/5, 2004, Lisboa, p. 79-97. Disponível em: <http://beta.casadasafricas.org.br/img/upload/529958.pdf> Acesso em: 07/04/2016

SELMA, Pantoja. Inquisição, degredo e mestiçagem em Angola no século XVIII. **Revista Lusófona de Ciência das Religiões**. Ano III, 2004. Nº 5/6. p. 117-136. Disponível em: revistas.ulusofona.pt/index.php/cienciareligioes/article/view/4582/3094 Acesso em: 05/07/2015.

PANTOJA, Selma. Laços de afeto e comércio de escravos. Angola no século XVIII. **Cad. Pesq. Cdhis**. Uberlândia, v. 23, n.2, jul./dez. 2010. p. 375 - 389. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/8027/7148> Acesso em: 05/07/2015.

PANTOJA, Selma Alves. Redes e tramas no mundo da escravidão atlântica, na África Central Ocidental, século XVIII. **História Unisinos**. V. 14, n. 3, setembro/dezembro, 2010. p. 236-241.

SILVA, Alberto da Costa e. **A África explicada aos meus filhos**. Rio de Janeiro: Agir, 2012.

WAGNER, Ana Paula. **População no Império Português: recenseamentos na África Oriental Portuguesa na segunda metade do século XVIII**. Tese de Doutorado.

Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História: Curitiba, 2009.

Recebido em: 23/11/2016

Aprovado em: 21/12/2016

A MISSÃO ARTÍSTICA FRANCESA DE 1816 E A DIPLOMACIA DE JEAN-BAPTISTE MALER¹

THE FRENCH ARTISTIC MISSION OF 1816 AND THE DIPLOMACY OF JEAN-BAPTISTE MALER

Lucas de Araujo Barbosa Nunes²
UNESP/Assis – Universidade Estadual Paulista

Resumo: Nos Archives Diplomatique du Quai d'Orsay encontram-se várias correspondências diplomáticas entre Jean-Baptiste Maler, cônsul-geral francês no Brasil, e os agentes da diplomacia francesa. Esses documentos indicaram que suas atividades como diplomata foram marcadas por uma ostensiva vigilância a todos os súditos franceses residentes no Brasil de D. João VI. Sendo assim, o presente artigo tem como objetivo elucidar não só o início da retomada das relações diplomáticas entre França e Brasil, no ano de 1815, mas também quais foram as estratégias que a diplomacia francesa tomou diante uma corte europeia exilada no Brasil. Isso é de fundamental importância pois esclarecem as decisões que Maler adotou contra a permanência dos artistas da "missão francesa" no Brasil.

Palavras-chaves: Artistas Expatriados. Diplomacia. Brasil – História – D. João VI (1808-1821). Missão Artística Francesa de 1816.

Abstract: In the Archives Diplomatique du Quai d'Orsay there are several diplomatic correspondence between Jean-Baptiste Maler, French Consul General in Brazil, and French diplomats. These documents indicated that his activities as diplomat were marked by an ostensive vigilance to all the French subjects residing in Brazil of D. João VI. Thus, this article aims to elucidate not only the beginning of the resumption of diplomatic relations between France and Brazil, in the year 1815, but also what were the strategies that French diplomacy took before a European court exiled in Brazil. This is of fundamental importance because they clarify the decisions that Maler adopted against the permanence of the artists of the "French mission" in Brazil.

Keywords: Expatriate Artists. Diplomacy. Brazil – History – D. John VI (1808-1821). French Artistic Mission of 1816.

¹ Pesquisa financiada pela FAPESP/BEPE.

² Mestre em História – Programa de Pós-Graduação em História – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista, Campus de Assis – Av. Dom Antônio, 2100, CEP: 19806-900, Assis, São Paulo – Brasil. E-mail: lucas_historiador@hotmail.com

No início do século XIX abriu-se “um novo período para a colônia luso-americana e para as relações que passaria a travar com os países europeus”³. Com a invasão das tropas de Junot, a corte portuguesa resolveu fugir para o Brasil, escoltada pela Real Marinha Inglesa. Ao chegar no Brasil, D. João VI assinou o decreto de 28 de janeiro de 1808 que abriu os portos às nações amigas⁴. Tal decreto beneficiou a Inglaterra, “potência europeia que dominava os mares naquele momento, tornando-se então a “nação mais favorecida” no comércio com o a ex-Colônia”⁵. Em 01 de maio de 1808, Portugal decretou guerra à França, “assim como seu exército invadiria a Guiana Francesa, em 3 de dezembro”. Foi somente com a assinatura de paz (1814) que as relações diplomáticas entre os dois países voltaram ao normal. Tanto que, em 18 de junho de 1814, o príncipe regente promulgou que “as relações entre os países eram “amigáveis”, o que implicava franquear o livre trânsito de franceses em Portugal, mas também no Brasil”⁶.

Foi por meio dos ofícios diplomáticos⁷ que descobrimos quais estratégias que os franceses utilizaram diante de uma corte europeia exilada nos trópicos. Segundo Gallo, as considerações da diplomacia francesa sobre o que se passava no Brasil no início do século XIX “são fruto, principalmente em assuntos políticos, do ciúme dos representantes ingleses, com quem os franceses disputavam a hegemonia em nosso território”⁸. Isso ficou evidente no ofício diplomático datado de 20 de novembro de 1814:

A Inglaterra fará então uso de todos os meios para separar o Brasil da mãe pátria, para fazer revoltar os negros contra a população branca, e

³ SCHWARCZ, Lília Moritz. Espelho de projeções: os franceses no Brasil de D. João de D. João. REVISTA USP, São Paulo, n.79, p. 54-69, setembro/novembro 2008, p. 55. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13694/15512>. Acesso: 03/03/2014.

⁴ A França ficou de fora.

⁵ MOTA, Carlos Guilherme. “Da ordem imperial pombalina à fundação do Império brasileiro (1750-1831): o significado da Abertura dos Portos (1808)”. in: OLIVEIRA, Luiz Valente; RICUPERO, Rubens (org.) Abertura dos Portos. São Paulo: Editora SESC São Paulo. 2007, p.89.

⁶ SCHWARCZ, Lília Moritz. 2008, p. 55.

⁷ Utilizei os documentos diplomáticos franceses guardados nos *Archives Diplomatique du Quai d’Orsay*, localizados em Paris. Os documentos diplomáticos foram traduzidos do francês por Lucas de Araujo Barbosa Nunes, cortejada com as traduções de Alberto Rangel (presente no livro de Afonso Taunay, *A Missão Artística de 1816*) e Juliette Dumont (*Preciosos subdito, emigrantes atravancadores: A França e os franceses do Brasil no início do século XIX*).

⁸ GALLO, Ivone Cecília D’ Avilla. “Os arquivos do Quai d’Orsay (Ministério de Relações Exteriores) de Paris”. Revista História Social, Campinas – SP, nº 03, 1996, p. 229.

consumar a ruína do país florescente. É, portanto, necessário para a prosperidade mesmo de Portugal, que o governo fixe definitivamente sua estadia no Rio de Janeiro; falho e nulo na Europa ele já é respeitável na América.⁹

Segundo esse ofício, a corte portuguesa deveria permanecer no Brasil, principalmente porque a intenção dos ingleses era “separar o Brasil da mãe pátria”. Além disso, as informações que a diplomacia francesa recebia sobre o Brasil não eram confiáveis, pois o governo português sempre envolveu a sua principal colônia em um manto de mistério: “O Governo Português tem sempre envolto em um mistério tudo o que é relativo ao governo interno e às forças suas colônias, que nenhum cientista foi ainda capaz ou disposto a ocupar Brasil”¹⁰ Devemos lembrar que a coroa portuguesa temia perder o controle de sua lucrativa colônia, tanto que ela impediu a circulação de notícias e ideias¹¹, como bem apontou Holanda:

Os entraves que ao desenvolvimento da cultura intelectual no Brasil opunha a administração lusitana faziam parte do firme propósito de impedir a circulação de idéias novas que pudessem pôr em risco a estabilidade de seu domínio, E é significativo que, apesar de sua maior liberalidade na admissão de estrangeiros capazes de contribuir com seu trabalho para a valorização da colônia, tolerassem muito menos aqueles cujo convívio pudesse excitar entre os moradores do Brasil pensamentos de insubordinação e rebeldia.¹²

Apesar desses entraves, a diplomacia francesa se esforçou na tarefa de estreitar as relações diplomáticas com a corte portuguesa, tendo com objetivo principal diminuir a influência inglesa no Brasil. Para atingir tais objetivos, os franceses tiveram

⁹ Arquivos do Quai d’Orsay (AQO), Mémoire et Documents, Brésil, vol 01, f.04-17.

¹⁰ AQO, Mémoire et Documents, Brésil, vol 01, f.04-17.

¹¹ “A Coroa Portuguesa, ao contrário da espanhola, temia a formação na própria Colônia de uma elite letrada. Já no século XVI, a Espanha criou na América várias universidades como a de São Domingo, em 1538, e as de São Marco, em Lima e da Cidade do México, em 1551. Nada disso ocorreu na América lusa, durante todo o período colonial. Aliás, praticamente a mesma coisa ocorreu com a imprensa, que surgiu nas maiores cidades coloniais da América espanhola no século XVI. Enquanto isso ressaltando-se uma oficina gráfica aberta em 1747 no Rio de Janeiro e logo depois foi fechada por ordem real, a imprensa no Brasil só nasceria no século XIX, com a vinda de D. João VI”. Ver: FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1995. pp. 111-112.

¹² HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*, 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 121.

o apoio de Antônio de Araujo e Azevedo¹³, o Conde da Barca. Ele exerceu uma grande influência nas negociações que resultaram no restabelecimento diplomático entre França e Brasil, além de “atuar fortemente no sentido de obter um clima mais favorável aos franceses, até então proibidos de entrar no território”¹⁴. O Conde da Barca contou com o apoio do ministro francês Talleyrand¹⁵ para convencer D. João VI a assinar o decreto que abriu os portos brasileiros aos navios franceses:

DECRETO DE 18 DE JUNHO DE 1814

Permitte a entrada dos navios de quaesquer nações nos portos dos Estados Portuguezes e a sahida dos nacionaes para portos estrangeiros.

Havendo os vigorosos e unanimes esforços das potencias alliadas obtido felizmente, com o favor da Divina Providencia, os mais gloriosos e extraordinarios sucessos, que fizeram immediatamente cessar as hostilidades contra a França, e querendo eu que os meus fieis vassallos possam em consequencia gozar quanto antes do grande bem e vantagens de uma franca communicação com todas as nações: sou servido ordenar, que nos postos dos meus Estados não se impeça mais, desde a data deste meu real decreto, a entrada dos navios de quaesquer nações que a elles vierem, nem se embarce a sahida das embarcações nacionaes que se houverem de destinar para os portos de algumas dellas; antes se facilitem, quanto for possivel, todas as relações amigaveis e de reciproco interesse de que se hajam de estabelecer entre os respectivos paizes. A Mesa de Desembargo do Paço e tenho assim entendido e o faça publicar, remetendo este por cópia as Estações competentes, e affixando-o por editaes. Palacio do Rio de Janeiro em 18 de Junho de 1814.

Com a rubrica do Principe Regente Nosso Senhor.¹⁶

No final do ano de 1814, Jean-Baptiste Maler foi escolhido para o cargo de Cônsul-Geral da França no Brasil, “chegando ao Rio de Janeiro em abril de 1815”.

¹³ Antonio Araujo de Azevedo (1754-1817) foi ministro e embaixador extraordinário junto a Corte de Haia (1787), responsável pela negociação do tratado de paz entre França e Portugal; ministro plenipotenciário junto à República Francesa em 1795, 1797 e 1801. Tornou-se ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1816). In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2015. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Ant%C3%B3nio_de_Araujo_e_Azevedo&oldid=43549909>. Acesso em: 31 mai. 2016.

¹⁴ SCHWARCZ, Lília Moritz.. 2008, p. 56.

¹⁵ Charles-Maurice de Talleyrand-Périgord (1754-1838) foi político e diplomata francês. Ocupou altos cargos no governo revolucionário de Napoleão Bonaparte, durante a restauração da monarquia dos Bourbons e sob o reinado de Luís Felipe. Representou a França nas negociações do Congresso de Viena. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2016. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Charles-Maurice_de_Talleyrand-P%C3%A9rigord&oldid=45741552>. Acesso em: 31 mai. 2016.

¹⁶ Coleção de Leis do Império do Brasil – 1814, Página 12 Vol. 1. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/18326/collecao_leis_1814_parte1.pdf?sequence=1>. Acesso em: 28/06/2016.

Segundo Schwarcz, foi “o começo das novas relações oficiais franco-brasileiras, assim como se aceleram as trocas culturais, econômicas, científicas e comerciais entre as duas nações”.¹⁷ Como mostrou esse ofício:

A Corte do Brasil se apressou em 1814 de enviar ao Rei uma embaixada extraordinária para o felicitar sobre seu retorno nos seus Estados. As disposições amigáveis do Príncipe Regente não se contradisse desde então. Ele o expressou particularmente durante as tempestades políticas de 1815 e a recepção que fez em seguida, ao Encarregado de Negócios da França tocou vivamente Sua Majestade.¹⁸

Com o intuito de aproximar ainda mais os dois países, no dia 30 de maio de 1816, uma comitiva diplomática francesa, comandada pelo Duque de Luxemburgo, desembarcou no Brasil. Essa missão diplomática tinha como objetivo resolver algumas “discussões ainda em aberto mesmo diante do estado de paz”¹⁹ que se estabeleceu no Congresso de Viena. O embaixador desejava “assegurar ao monarca português todo o interesse da França em estreitar as relações entre os dois países”²⁰. Com a crescente chegada de franceses em terras brasileiras, principalmente exilados, a diplomacia francesa informou como seus agentes deviam agir com eles:

Todos esses viajantes devem continuar sendo consideradas como franceses pelo Embaixador de Sua Majestade. É provável que a maior parte conservou o espírito de retorno: podemos considerar como estrangeiros somente aqueles que teriam adquirido este caráter por um ato formal, e devemos, em geral, procurar preservar a sua pátria os franceses que se distanciaram. Será prudente Sr. Embaixador lhe indicar a conduta a ser seguida para as diferentes classes de refugiados ou para aqueles que não teria nenhuma base legal e necessário para deixar a França ou a quem são banidos e que não podem voltar sem autorização formal do Governo.²¹

Além dos franceses, outros povos vieram para o Brasil. Eles “pareciam querer, pois, redescobrir um local descoberto havia muito, e a curiosidade reprimida por tantos

¹⁷ SCHWARCZ, Lília Moritz. 2008, p. 56.

¹⁸ AQO, *Mémoire et Documents, Brésil*, vol 01, f.01-16.

¹⁹ LIMA, Valéria Alves Esteves. J.B. Debret, historiador e pintor: a viagem pitoresca e histórica ao Brasil (1816 - 1839), Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007, p.90.

²⁰ LIMA, Valéria Alves Esteves. 2007, pp. 90-91.

²¹ AQO, *Mémoire et Documents, Brésil*, vol 01, f.01-16.

anos agora se transformava em realidade". Se muitos "havia ouvido falar da América espanhola de Humboldt", nada se sabia da América portuguesa, um país "mais "exótico" do continente – com seus indígenas, africanos, mosquitos, serpentes e uma natureza em tudo singular. [...] e paradoxalmente, o mais "civilizado": uma monarquia Bourbons e Bragança cercada de república por todos os lados"²².

Foi nessa perspectiva que chegaram vários estudiosos e cientistas como "Saint-Hilaire, o cronista Ferdinand Denis, ou artistas acadêmicos como Jean-Baptiste Debret, Nicolas-Antoine Taunay, Grandjean de Montigny e tantos outros [...]"²³. Em *Un français au Brésil à la veille de l'Indépendence: Louis-François de Tollenare (1816-1818)*, Leon Bourdon retratou bem o processo de reatamento entre os dois países, tanto que considerou o ano de 1816 como "l'année des Français" no Brasil:

O ano de 1816 pode, à justo título, ser considerado, no Brasil, como "o ano dos franceses." Se o coronel Maler tinha, em 1815, aberto o consulado geral no Rio de Janeiro, foi somente no ano seguinte, maio 1816 que o duque de Luxemburgo veio restabelecer oficialmente as relações diplomáticas entre a monarquia portuguesa, instalada desde 1808 na beira da Baía de Guanabara, e da França: embaixada fastidiosa, aos quais tinham tomado parte naturalista Augustin Saint-Hilaire que deve em seguida empreender longas e frutífera viagens de exploração no interior do país. Mas, alguns meses antes, março 1816, chegaram a célebre missão artística francesa convidado pelo conde da Barca para organizar uma Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, e que, em torno de Joachim Lebreton, secretário recentemente destituído da Classe de Belas Artes do Instituto de França, agrupa os pintores Jean-Baptiste Debret e Nicolas Antoine Taunay, escultor Auguste Taunay, o arquiteto Auguste Grangjean Montigny eo gravador Charles Pradier.²⁴

²² SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João*, São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p.13.

²³ Idem, p.13.

²⁴ "L'année 1816 peut à juste titre, être considérée, au Brésil, comme "l'année des Français". Si le colonel Maler avait, des 1815, ouvert de consulat general de Rio de Janeiro, ce n'est que l'année suivante, en mai 1816, que le duc de Luxemburg venu rétablir officiellement les relations diplomatique entre la monarchie portugaise, installée depuis 1808 sur les bord de la baie de Ganabara, et la France: ambassade fastueuse, à laquelle avait pris part le naturaliste Auguste de Saint-Hilaire qui devait par la suite entreprendre de longs et fructueux voyages d'exploration à l'intérieur du pays. Mais quelques mois plus tôt, en mars 1816, était arrivée la célèbre mission artistique française invitée par le comte da Barca à organiser une École royale des Science, Arts et Métiers, et qui, autor de Joachim Lebreton, secrétaire récemment révoqué de la Classe des Beaux-Arts de L'Institut de France, groupait les peintre Jean-Baptiste Debret et Nicolas-Antoine Taunay, sculpteur Auguste Taunay, l'architecte Auguste Grangjean de Montigny et le graveur Charles Pradier". BOURDON, Leon. *Un français au Brésil à la veille de l'Indépendence: Louis-François de Tollenare (1816-1818)*, Caravelle, n° 01, 1963, pp. 29.

Os artistas da “missão francesa” foram bem recebidos pelo governo português, principalmente pelo seu ministro francófilo Antônio Araujo de Azevedo, o Conde da Barca. Entretanto, os maiores problemas vieram de uma improvável pessoa: Jean-Baptiste Maler, cônsul-geral da França no Brasil. Segundo Lima, “vieram dele os maiores entraves às atividades dos artistas franceses, revelando uma situação de extrema desconfiança e descontentamento da parte do diplomata francês”.²⁵

A Diplomacia de Jean-Baptiste Maler

Sendo um monaquista convicto, as atitudes de Maler como cônsul-geral francês no Brasil “foram marcadas por um profundo sentimento contrário a tudo o que parecesse ameaçar a monarquia restabelecida na França”. Ele considerava que os artistas franceses “eram um perigo constante à estabilidade das relações entre as duas coroas”²⁶, pois todos eram bonapartistas, principalmente o seu líder: Joachim Lebreton.

Antes de ser chefe da diplomacia francesa no Brasil, Maler “foi soldado das hostes contra-revolucionárias, e emigrado desde 1792”. Retornou para França no ano de 1814, “para servir à causa legitimista e à Restauração”²⁷. Quando assumiu o cargo de cônsul-geral francês no Brasil, em 1815, ele revelou-se “um indivíduo fortemente insatisfeito com sua nova posição, desejando para si outras condições de vida”²⁸.

Segundo Dumont, Maler foi “o autor da maioria dos relatórios sobre os bonapartistas no Brasil”. Como dominava bem o português²⁹, ele foi a “pessoa mais indicada para tratar dos interesses franceses durante o restabelecimento das relações entre a Corte Portuguesa e a França”.³⁰ O nosso cônsul-geral “nunca deixou de afirmar em suas correspondências a sua fé realista e de expressar seu horror diante do monstro

²⁵ LIMA, Valéria Alves Esteves. 2007, p.94.

²⁶ LIMA, Valéria Alves Esteves. 2007, pp. 94-95.

²⁷ PEDROSA, Mário. “Da Missão Francesa – Seus Obstáculos Políticos”. In: Arantes, Otília Beatriz Fiori (org.). *Acadêmicos e Modernos III*. São Paulo: EDUSP, 1998. p. 89-90.

²⁸ LIMA, Valéria Alves Esteves. 2007, p.94.

²⁹ “Sua longa permanência em Portugal lhe deu a vantagem de aprender a língua, o que lhe facilitou enormemente os contatos”. Ver: PEDROSA, Mario. 1998, p.90.

³⁰ DUMONT, Juliette. Preciosos subdito, emigrantes atravancadores: A França e os franceses do Brasil no início do século XIX. In: VIDAL, Laurent; LUCA, Tania Regina de (org.). *Franceses no Brasil. Século XIX-XX*, São Paulo, Editora da Universidade do Estado de São Paulo, 2009, p.113.

revolucionário". Durante as revoltas que aconteceram em Pernambuco, no ano de 1817, Maler temeu que se "desenvolvessem desordens revolucionárias no Brasil"³¹.

No dia 28 de março de 1817, ele enviou um ofício para Richelieu³² comunicando o que estava acontecendo naquela região: "É com a mais viva tristeza que anúncio a Vossa Excelência que a hidra revolucionária conseguiu mostrar sua cabeça horripilante no Brasil na capital de Pernambuco"³³. No dia seguinte, Maler enviou outro despacho ao Duque de Richelieu, informando os temores que essa insurreição estava causando na corte portuguesa:

A notícia da insurreição em Pernambuco fez seja na corte, seja nesta capital, a mais viva impressão. É positivo que não faça nada desde já para prevenir o perigo dos erros contagiosas deste gênero, embora a proximidade das cenas que chocaram a América do Sul tinham feito abrir os olhos. O evento de Pernambuco começou somente a descortinar. Mas este evento que, pela sua natureza e especialmente nestas áreas deve exercer todo o vigor e a atividade de um governo forte e enérgico para parar o mal na sua origem.³⁴

Napoleão ainda "continuava atormentando os espíritos, particularmente os dos tenentes da Restauração", principalmente se levarmos em conta a "relativa proximidade da Ilha de Santa Helena com as costas brasileiras e a presença de emigrantes bonapartistas". Esses fatos "mantinham o coronel Maler, assim como os representantes ingleses e austríacos sempre atentos"³⁵. O episódio dos Cem Dias de Bonaparte "provocaram um endurecimento da posição realista, que se traduziu do outro lado do Atlântico pelo zelo do coronel Maler contra os partidários de Napoleão".³⁶

Uma possível fuga de Bonaparte foi uma das grandes preocupações da diplomacia francesa. No ofício de 03 de fevereiro 1816, o Duque de Luxemburgo foi

³¹ DUMONT, Juliette. 2009, p.113.

³² O Duque de Richelieu (1766-1822), Ministro das Relações Exteriores francês. Assinou com os aliados, em 1818, um acordo provendo a desocupação do território francês. WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2016. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Armand_Emanuel_du_Plessis,_Duque_de_Richelieu&oldid=45365338>. Acesso em: 31 mai. 2016.

³³ AQO, Correspondence Politique, Brésil, 28/03/1817.

³⁴ AQO, Correspondence Politique, Brésil, 28/03/1817.

³⁵ DUMONT, Juliette. 2009, p.113.

³⁶ Idem, p.113.

alertado das suspeitas de que o Brasil tinha se transformado em um importante elo de contato com a Ilha de Santa Helena:

As relações do Rio de Janeiro com as Índias e com o mar do Sul são frequentes; uma parte das embarcações da Europa é obrigada a passar pelo Brasil durante sua navegação e o embaixador de sua majestade pode assim recolher informações úteis. Ele buscará saber se toda comunicação com Santa Helena está proibida, ou se está preparando qualquer ação em favor de Bonaparte para retirá-lo dessa ilha.³⁷

Em outro ofício, 18 de julho de 1816, o Duque de Luxemburgo informou ao chefe da diplomacia francesa sobre os procedimentos que estão sendo adotadas com os súditos franceses que desejam ir para Buenos Aires³⁸:

[...] alguns deles procuravam ir para Buenos Aires, informarei ao ministro que os indivíduos que não tivessem um passaporte entregue pela embaixada ou pelo consulado geral não deveriam ser considerados como autorizados.³⁹

Garantir uma boa relação diplomática com a coroa portuguesa foi um dos principais objetivos da diplomacia francesa. Para eles, tratava-se tanto de “uma questão econômica, por causa das reparações aplicadas pelos aliados” quanto política, “uma nova manifestação de Bonaparte poderia colocar a França numa posição ainda mais desconfortável frente aos outros países europeus”. Isso exigiu que as “preocupações e as vigilâncias fossem máximas, tanto na Europa como na América, em especial o Brasil, devido o tamanho do seu território e a proximidade com as colônias espanholas insurretas”.⁴⁰ Tais orientações foram seguidas a risca por Jean-Batiste Maler.

As hostilidades de Maler contra Lebreton

³⁷ AQO, Mémoire et documents, Tome 08, Instrution au Mr. Duc de Luxemburg, Paris, 03/02/1816.

³⁸ Para a diplomacia francesa, Buenos Aires foi um dos principais lugares que os bonapartistas escolheram para exilar-se.

³⁹ AQO, vol.129, Lettre duc de Luxemburg à Richelieu, RJ, 18/07/1816.

⁴⁰ DUMONT, Juliette. 2009, p.114.

Se tratando de questões diplomáticas, “o governo português fazia certo segredo dessa correspondência, embora as notícias a respeito se espalhassem nas rodas oficiais e diplomáticas”⁴¹. Foram justamente nessas rodas diplomáticas que Maler soube da vinda da “missão francesa” ao Brasil. No ofício datado do dia 07 de fevereiro de 1816, ele informou ao Duque de Richelieu que:

[...] o senhor cavaleiro Brito, encarregado de negócio da Corte de Portugal em Paris, anunciou ao senhor cavaleiro d’Araujo, ministro da Marinha, que vários franceses distintos estavam prestes a embarcar para estabelecerem-se no Brasil; contam-se vinte pessoas e fala-se em particular do senhor Le Breton, secretário perpétuo da classe de Belas Artes. Não posso garantir todo os detalhes, mas procurando de falar habilmente ao Sr. d.Araujo tive de me convencer por suas respostas que é mais do que se diz. [...] Nunca conseguirei, senhor, ver franceses expatriarem-se sem um sentimento penoso, sobretudo se há alguma aparência ou suposição de descontentamento por parte do governo paterno do melhor dos reis; mas me resta uma consolação; eles não tardarão a arrepender-se se sua resolução e de sua viagem e a dar-se conta da diferença entre os dois países e respectiva administração.⁴²

Segundo Pedrosa, a resposta do chefe da diplomacia francesa a esse ofício foi usada por Afonso Taunay⁴³ como “uma espécie de censura ou repressão ao cônsul do Rio”⁴⁴. Nesse ofício, ele afirmou que os artistas franceses vieram para o Brasil motivados por um “sentimento de inquietação”:

É provável que alguns deles cederam, ao afastarem-se da França, a um vago sentimento de inquietação, e imaginaram que além-mar encontrariam mais tranquilidade. Outros foram apenas levados para o Brasil pela esperança de se estabelecerem e fazerem fortuna, julgando na ocasião em que as produções artísticas gozam porventura entre nós de menor procura, seus talentos seriam melhor apreciados na sua nova residência. Há sem dúvida lugar de crer que uma parte desses cálculos resultará fracasso e que esses viajantes deplorarão, após algum tempo de demora no Brasil, ter deixado um país mais adiantado nas artes e

⁴¹ PEDROSA, Mário. 1998. p. 96.

⁴² AQO, Correspondance Politique, Portugal, vol. 127, 07/02/1816.

⁴³ TAUNAY, Afonso de Escagnolle. A Missão Artística de 1816. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

⁴⁴ PEDROSA, Mário. 1998, p.97.

por conseguinte mais de feição a assegurar-lhes os recursos que eles desejam.⁴⁵

Além disso, ele recomendou a Maler que durante a estadia desses artistas no Brasil deveria “os considerar como franceses e dar-lhes toda a ajuda que eles têm direito a todos súditos de Sua Majestade, pelos cônsules e agentes políticos do seu país.”⁴⁶. Essas diretrizes recomendadas, segundo Pedrosa, “afinava bem, sem dúvida, com o espírito de moderação do próprio rei Luís XVIII, quando passara em seu país ocupado a fase da “epidemia das vinganças” ou o “terror branco””.⁴⁷ Quando os artistas franceses chegaram no Rio de Janeiro, em 26 de março de 1816, Maler procurou saber qual foi a opinião de D. João VI⁴⁸:

[...] no decorrer da conversa, que se prolongou bastante, pediu-me a opinião sobre a colônia de artistas franceses que vem estabelece-se no Brasil e da qual já falei a V. Excelência. Respondi-lhe em termos gerais que só poderei apreciá-los enquanto se comportarem como os bons franceses[...].⁴⁹

No mesmo ofício, Maler informou ao Duque de Richelieu como os artistas franceses foram recepcionados pelo governo português:

A colônia de artistas franceses, a que já me referi, falando a V. Excia., e formada pelo cavaleiro Brito em Paris, sob a direção do sr. Lebreton, aqui chegou no navio americano *Calphe* e foi muito bem acolhido pelo governo que lhe dá casa e comida. Enquanto viver o cavaleiro Araujo, que V. Excia. conheceu na Rússia e foi ultimamente feito conde da Barca, poderão contar com a continuação dêstes favores.⁵⁰

Mesmo com as recomendações de Richelieu, Maler já conspirava contra Lebreton. Tanto que ele se esforçou para impedir a sua nomeação como diretor do

⁴⁵ AQO, Correspondance de Portugal, vol. 129, 25/04/1816.

⁴⁶ AQO, Correspondance de Portugal, vol. 129, 25/04/1816.

⁴⁷ PEDROSA, Mário. 1998, p. 99.

⁴⁸ “Chegaram os artistas a 26 de março e foram recebidos jubilosa e paternalmente por Barca. Procurou imediatamente Maler saber qual seria a disposição de ânimo do rei, que ainda não vira os emigrados, e assim concorreu à audiência real de seis da tarde de 28 de março, tendo como D. João VI assás longa conversa como êle próprio conta no ofício redigido naquela mesma noite”. TAUNAY, Afonso de Escragolle. 1956, p. 21.

⁴⁹ AQO, Correspondance de Portugal, vol. 129, 26/03/1816.

⁵⁰ AQO, Correspondance de Portugal, vol. 129, 26/03/1816.

Escola de Belas Artes⁵¹, não tendo sucesso. Em 30 de julho de 1816, Maler informou de como estava sendo organizada a Escola de Belas Artes:

[...] o governo está certo de fundar com nome de Academia um estabelecimento cujos membros serão escolhidos entre os artistas franceses, mandados de Paris por escolha do cavaleiro Brito sob a tutela do sr. Lebreton. Este último deve ser nomeado diretor de tal Academia com os vencimentos de dez mil francos anuais, e o sr. Taunay, o pintor, seu irmão, o escultor, Debret, pintor de história, Grandjean de Montigny, arquiteto, Ovide, mecânico, serão nomeados com cinco mil francos anuais. Um tal sr. Dillon consta será o secretário, com os mesmos ordenados, e dois discípulos que acompanharam Mr. Grandjean devem ter 1.200 francos de pensão. Este projeto, a que o sr. Lebreton se aplicou, de corpo e alma, desde que chegou, tem sido poderosamente auxiliado pelo sr. Conde da Barca e creio que os esforços reunidos de ambos acabarão sobrepujando os óbices que surgirem, assim como penso que o rei assinou este projeto que não tardará em ser divulgado e posto em prática.⁵²

A nomeação de Lebreton foi confirmada no decreto de 12 de agosto de 1816, que criou a *Escola das Ciências, Artes e Ofícios*, isto tudo graças à intermediação do principal apoiador da "missão francesa": o Conde da Barca. Depois da publicação desse decreto, Maler oficiou ao Duque de Richelieu:

o Rei e o sr. Marquês de Aguiar constantemente se opuseram a tal fundação, enquanto fosse o sr. Lebreton diretor, e o público, geralmente, aplaudiu esta atitude, não mostrando disposições mais favoráveis para o ex-secretário. [...] Há quatro meses que não vejo [...] o sr. Lebreton e tudo me faz crer que o sr. Conde da Barca quer atribuir-me, em grande parte, a honra do cheque e da mortificação que ele teve de aguentar nestes últimos tempos. Era-me, porém, impossível compartilhar das suas opiniões sobre este homem, sobretudo quando foi riscado do Instituto e, por assim dizer, já julgado na própria pátria.⁵³

Apesar da nomeação e da proteção do Conde da Barca, ele continuou a vigiar os passos de Lebreton:

⁵¹ "Já nesta época rompera Maler hostilidades violentas contra Lebreton, indo representar a D. João VI contra a possível nomeação, para um alto cargo, desse antigo republicano energúmeno, servidor fidelíssimo de Napoleão I, e correligionário daqueles que haviam forçado Sua Majestade Fidelíssima a embarcar para a América". Ver: TAUNAY, Afonso de Escragno. 1956, p.22.

⁵² AQO, Correspondance de Portugal, vol. 129, 30/07/1816.

⁵³ AQO, Correspondance de Portugal, vol. 130.

“[...] de todos os franceses que estão aqui, o senhor Lebreton é aquele que se deve mais vigiar, e o rei pareceu estar de acordo com essa opinião, acrescentando que ele nunca aparecia e que vivia muito retirado”⁵⁴.

Em 18 de junho de 1818, Maler nos deu mais informações sobre as suas desconfianças em relação a Lebreton:

O sr. Joachim Lebreton [...] recebe com regularidade respostas e boletins editados pelo espírito de partido o mais cego e obstinado que seja, como esse homem é muito tímido e muito astucioso, eu não pude descobrir quais são os infames correspondentes [...]. Comuniquei de maneira confidencial minhas observações ao governo português, até designei o senhor Barão de São Lourenço, grande tesoureiro, como o intermediário, o porta-voz e o protetor desta correspondência. [...] ao mencionar esse personagem, apresentei minhas conjeturas e expliquei os argumentos nos quais elas eram baseadas. Acredito que minha confiança não pareceu despropositada; se eu estivesse mais livre e menos ocupado, poderia dar sem grande dificuldade a Vossa Excelência informações mais concretas. Embora eu não tenha os mesmos indícios para acusar Lebreton de corresponder com os franceses banidos e refugiados nos Estados Unidos, não hesito em supor isso. Ele estava muito ligado aos principais e não rejeitaria possibilidades revolucionárias que viriam dessa parte. Tenho que acrescentar que, embora pensionado pelo governo, ele é geralmente desprezado e odiado por todos, exceção feita ao grande tesoureiro já mencionado, e que vegeta na lama e na obscuridade.⁵⁵

Como chefe da diplomacia francesa no Brasil, Maler suspeitou que muitos franceses residentes no Brasil mantinham regularmente correspondência com a Ilha de Santa Helena, por isso que a sua vigilância foi constante. No mesmo ofício de 18 de junho de 1818, Maler procurou tranquilizar Richelieu afirmando que todas essas comunicações estavam sendo vigiadas:

Que vossa excelência não se alarme, além de saber tudo o que acontece na cidade, a vigilância a bordo desses navios é perfeita das minhas relações com o encarregado de negócios da Inglaterra, por conseguinte, nada é descuidado.⁵⁶

⁵⁴ AQO, Correspondence de Portugal, vol. 131.

⁵⁵ AQO, Correspondance de Portugal, vol. 132, 18 de junho de 1818.

⁵⁶ AQO, vol. 132, Lettre de Maler à Richelieu, 18/06/1818

Na ocasião da morte de Lebreton, em 09 de maio de 1819, Maler “ordenou que fosse feito um inventário de seus bens e de seu correio e nada de comprometedor foi achado”.⁵⁷ Entretanto, segundo Taunay, “foram encontradas cartas dos tais conspiradores do Prata”⁵⁸. Mas os documentos que poderiam comprovar isso foram perdidos, como atestou Pedrosa:

Ao que se sabe, foram realmente encontradas, como suspeitara Maler, cartas dos conspiradores do Prata, nos diz ainda o grande historiador. Os documentos deixados por Le Breton foram perdidos; entretanto, ficam as suspeitas de conspiração. É mais um desses enigmas históricos que persistem indecifrados.⁵⁹

Podemos perceber que as atitudes de Maler perante os artistas da “missão francesa”, principalmente contra Lebreton, são reflexos das recomposições políticas que estava acontecendo no mundo pós-Napoleão Bonaparte. Sobre essa questão, Dumont disse:

Era um tempo de recomposições políticas, geopolíticas, mas também econômicas e comerciais. Daí a ambivalência do olhar do governo francês e de seu representante em terras brasileiras sobre a chegada de franceses ao Brasil, às vezes percebidos como um trunfo em particular frente aos ingleses, às vezes como uma ameaça. Nos dois casos, parece claro que a França não desejava encorajar correntes migratórias, o que mais tarde constituirá uma desvantagem para sua difusão nessa parte do mundo. Pode-se observar nessa reticência a consequência da hecatombe provocada pelas guerras napoleônicas. A sua lembrança continuava pesando sobre a política francesa, mas também européia, e o discurso quase paranóico de Maler nos revela o trauma que a Restauração tentou esconder. Esse ponto de vista muitas vezes superou qualquer outra consideração, em particular comercial, e deformou o olhar do governo francês sobre o Brasil.⁶⁰

Segundo Pedrosa, Maler foi um reacionário, “mas cumpridor de seus deveres e atentos ao que considerava os interesses do Bourbons a quem era afeito”⁶¹. Ele não “intrigava e inventava alarmes para impressionar o rei e o Marquês de Aguiar”. Pelas notícias de que chegavam no Brasil, o cônsul francês tinha “bastante matéria para

⁵⁷ DUMONT, Juliette. 2009, p.117

⁵⁸ TAUNAY, Afonso d'Escragnole. 1956, p. 26.

⁵⁹ PEDROSA, 1998, p. 113

⁶⁰ DUMONT, Juliette. 2009, p. 118.

⁶¹ PEDROSA, 1998, p. 105.

inquietar-se e envenenar-se”⁶². Maler também não era “um sádico perseguidor de compatriota transviados ou emigrados”. Muitas vezes ele defendeu “compatriotas em apuros, e até pessoas não-francesas”⁶³, como atestou Pedrosa:

Num de seus ofícios ao seu superior na França, o famoso ofício em que noticia o próximo embarque em França de “vários franceses, a maioria artistas distintos, destinados ao Rio”, comunica que intercedeu junto ao Marquês de Aguiar no sentido de obter indulgência para dois portugueses condenados à morte. Aliás, na Coleção de cartas e despachos entre D. João e Tomaz Antonio, ainda quando era apenas Chanceler-mor, encontramos um despacho da mão do rei assim: “Aprovo e pode expedir o Aviso com o perdão que pede Maler. Quinta da Boa Vista, em 21 de dezembro de 1817”. Nessa coleção encontram-se outras cartas que tratam de démarches feitas pelo cônsul-geral de França sobre diversos assuntos. D. João, ao que parece, o tinha em alta conta, pelo zelo que demonstrava no serviço consular, pelo franco e leal com que sabia falar ao monarca e, principalmente, porque Maler não variava: era coerente com sua política e idéias, de que compartilhava à sua maneira bonachona o rei. Em outra ocasião, defende um cidadão francês suspeito de participação na revolução de Pernambuco, advogando para ele o direito de desembarcar por se tratar de um negociante honesto, e que assegura “ser absolutamente estranho” àquele movimento.⁶⁴

Entretanto, ele estava sempre atento a possíveis ações de revolucionários bonapartistas no Brasil:

À medida que a impopularidade da Restauração aumentava e a oposição cresce em números e audácia, os franceses realistas, os policiais e representantes oficiais n estrangeiro vivem obcecados pela possibilidade de Bonaparte escapar de sua ilha. E sempre é para a América – a princípio, apenas para a do Norte, onde o governo, estranho à política de equilíbrio de poderes e aos móveis reacionários da Santa Aliança e seguro de sua estabilidade, não teme a revolução, não teme Bonaparte. Não veria o governo americano nenhuma dificuldade em receber Bonaparte, fugitivo e interná-lo calmamente em seu território. A partir de 1816, quando de iniciou no Prata a revolução pela independência da Argentina, Buenos Aires se tornou um foco de atração para os exilados revolucionários ou bonapartistas e um centro de intrigas internacionais extremamente ativo. Os governos legitimistas da Europa lhe tinham medo. Em França, os

⁶² PEDROSA, Mário. 1998, p.106.

⁶³ PEDROSA, Mário. 1998, p.90.

⁶⁴ PEDROSA, Mário. 1998, pp. 90-91.

Bourbons receavam o que para eles era a proximidade de Santa Helena da América do Sul. O Brasil era ainda para a grande navegação com destino à Índia um ponto de parada, como na era cabralina. Os navios que vinham ou iam para Santa Helena freqüentemente por aqui passavam. Maler conta num de seus ofícios, de 18 de junho de 1818, como, aproveitando-se das comunicações de Santa Helena com o Rio para provisões pôde ter a melhor ocasião de desmascarar certos indivíduos das rodas bonapartistas chegados ao Brasil, depois da missão. Ele mandava seguir os oficiais ingleses que desciam na cidade para fazer comissões da parte de Mme. Bertrand e de outras pessoas. A fiscalização a bordo desses barcos é perfeita, diz ele, dadas as suas relações com o encarregado de negócios da Inglaterra.⁶⁵

Foi por causa dessa “fantasmagoria histórica” que, segundo Alambert, a Escola de Belas Artes idealizada por Lebreton nunca poderia dar certo:

A tudo isso se somavam as questões externas, tanto européias quanto americanas. Assombrava a elite colonial o medo de que o Brasil virasse a Argentina (que em 1816 começa seu processo de independência, atraindo revolucionários franceses) ou os Estados Unidos. Por toda essa fantasmagoria histórica, a missão original não podia “dar certo”: seja pelo fantasma recorrente da volta de Napoleão, da independência da Argentina, da sedição interna (cuja imagem vinha do movimento pernambucano de 1817) ou do temor do fim da escravidão⁶⁶.

Portanto, os obstáculos políticos e diplomático que a “missão francesa” encontrou no Brasil “se mostraram intransponíveis”⁶⁷.

Referências:

Fontes Primárias

Archives Diplomatiques du Quai d'Orsay:

Affaires diverses politiques, sub-série Brasil, caixas 1;2;5;7 e 8;

Correspondências políticas, Portugal, vols. 129-135;

⁶⁵ PEDROSA, Mário. 1998, p. 108.

⁶⁶ ALAMBERT, Francisco. Portugal e Brasil na crise das artes: da Abertura dos Portos à Missão Francesa. In: OLIVEIRA, Luís Valente; RICUPERO, Rubens (org.). *A Abertura dos Portos*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007, p.161.

⁶⁷ PEDROSA, Mário. 1998, p.113.

Correspondências políticas, Brasil, primeira parte (até 1848);
 Correspondências Consular e Comercial, 1814-1831, vols. 1 a 5;
 Dossiê Individual do coronel Maler (vol. 2709);
 Estado Civil, Rio de Janeiro, caixas 199 e 200;
 Mémoires et documents, Portugal, vols. 11 a 19;
 Mémoires et documents, Brésil, vols. 1;5 e 8;

Bibliografia:

- ALAMBERT, Francisco. Portugal e Brasil na crise das artes: da Abertura dos Portos à Missão Francesa. In: OLIVEIRA, Luís Valente; RICUPERO, Rubens (org.). *A Abertura dos Portos*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.
- BARATA, Mário. "Manuscritos inéditos de Lebreton sobre o estabelecimento de dupla escola de artes no Rio de Janeiro, em 1816". *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1959. nº. 14. pp. 283-307.
- BOURDON, Leon. *Un français au Brésil à la veille de l'Independende: Louis-François de Tollenare (1816-1818)*, *Caravelle*, nº 01, 1963, pp. 29-49.
- CIPINIUK, Alberto. *L'Origine de l'Academie des Beaux-Arts de Rio de Janeiro*, thèse présenté pour l'obtention du grade de Docteur en Philosophie et Lettre, Université Livre de Bruxelles, 1989-90.
- DEBRET, Jean-Baptiste (1768-1848). *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. Belo Horizonte e São Paulo: Itatiaia e EDUSP, 1989.
- DIAS, Elaine. "Correspondência entre Joachim Le Breton e a corte portuguesa na Europa – O Nascimento da Missão Artística de 1816". *Anais do Museu Paulista. História e cultura material*. São Paulo: Universidade de São Paulo, ju.- dez. 2006. Vol.14, nº. 02.
- DUMONT, Juliette. Preciosos súditos, emigrantes atravancadores: A França e os Franceses do Brasil no início do século XIX. In: VIDAL, Laurent; LUCA, Tania Regina de (org.). *Franceses no Brasil. Século XIX-XX*, São Paulo, Editora da Universidade do Estado de São Paulo, 2009, pp. 107-118.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1995.
- GALLO, Ivone Cecília D' Avilla. "Os arquivos do Quai d'Orsay (Ministério de Relações Exteriores) de Paris". *Revista História Social*, Campinas – SP, nº 03, 1996, pp. 229 – 230.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil – edição comemorativa 70 anos*, org. Ricardo Benzaquen de Araujo e Lília Moritz Schwarcz, Ed. Companhia das Letras, 2006.
- LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

LIMA, Valéria Alves Esteves. *A Viagem Pitoresca e Histórica de Debret: por uma nova leitura*. Tese de doutorado – Campinas, SP, 2003.

LOS RIOS FILHO, Adolfo Morales de. *O ensino artístico*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

_____. *Grandjean de Montigny e a evolução da arte brasileira*. Rio de Janeiro: Empresa A Noite, 1941.

MALERBA, Jurandir. *A Corte no exílio: civilização da metrópole e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808 – 1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MANCHESTER, Alan K. "A transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro" In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1968, vol.277, pp. 3 – 44.

MOTA, Carlos Guilherme. "Da ordem imperial pombalina à fundação do Império brasileiro (1750-1831): o significado da Abertura dos Portos (1808)". in: OLIVEIRA, Luiz Valente; RICUPERO, Rubens (org.) *Abertura dos Portos*. São Paulo: Editora SESC São Paulo. 2007.

OLIVEIRA, Luís Valente; RICUPERO, Rubens (org.) *A abertura dos portos*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

PEDROSA, Mário. "Da Missão Francesa – Seus Obstáculos Políticos". In: Arantes, Otília Beatriz Fiori (org.). *Acadêmicos e Modernos III*. São Paulo: EDUSP, 1998.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João*, São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. SCHWARCZ, Lília Moritz. Espelho de projeções: os franceses no Brasil de D. João de D. João. REVISTA USP, São Paulo, n.79, p. 54-69, setembro/novembro 2008

SILVA, Maria B. N. da. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808 – 1821)*. 2ª ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

TAUNAY, Afonso d'Escragolle. *A Missão Artística de 1816*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956.

VILLALTA, Luiz Carlos. *1789 – 1808: O império luso-brasileiro e os Brasis*, ed. Companhia das Letras, 2000.

WILCKEN, Patrick. *Império à deriva: a corte portuguesa no Rio de Janeiro, 1808 – 1821*. Ed. Objetiva, 2005.

Recebido em: 23/11/2016

Aprovado em: 20/12/2016

HOMOSSEXUALIDADES, REPRESSÃO E RESISTÊNCIA EM TEMPOS DE DITADURA NO BRASIL

Resenha: GREEN¹, James N & QUINALHA², Renan (Orgs.). **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca pela verdade.** São Carlos: EdUFSCar, 2014.

Kelly Márcia de Moura Leal³
Universidade Federal da Bahia

Com a criação das Comissões da Verdade, alguns marcadores sociais da diferença, pela primeira vez na história, entraram em cena. Foram criados, dentro destas comissões, grupos de trabalho específicos com recorte de gênero, raça, etnia e faixa etária. Assim, visando apurar e reparar os danos e violências causadas às pessoas LGBT's, James Green lançou a proposta de que fosse incluída essa nova pauta, que abarcasse as sexualidades dissidentes. Sobre esse tema específico, duas audiências públicas ocorreram. A primeira, em 26 de Novembro de 2013, foi realizada pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva" e teve como título "Ditadura e homossexualidade: a resistência do Movimento LGBT". A segunda aconteceu no dia 29 de março de 2014, pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), com a Comissão da Verdade paulista e em parceria com o Memorial da Resistência. Com essas audiências foram gerados materiais para compor os relatórios das comissões e que, em seguida, deram origem a publicação do livro *Ditadura e homossexualidade: repressão, resistência e a busca pela verdade*.

O livro foi organizado por James Green e Renan Quinalha. Nele estão dispostos dez capítulos, apresentação, introdução, prefácio e posfácio, contando com

¹ Professor de História do Brasil na Brown University, tem vários livros e artigos publicados sobre a História da homossexualidade no Brasil e foi um dos fundadores do grupo homossexual SOMOS.

² Advogado e assessor da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva". Autor do livro *Justiça de transição: contornos do conceito*.

³ Mestranda em História Social pela Universidade Federal da Bahia - UFBA. Pesquisadora bolsista CAPES. E-mail: kellymleal@outlook.com.

a autoria de mais outros(as) oito autores(as)⁴, pesquisadores(as) acadêmicos(as) e/ou ativistas. É importante ressaltar a diversidade de áreas dos(as) autores(as), o que possibilitou uma análise interdisciplinar das relações que envolvem homossexualidades e ditadura.

As pesquisas historiográficas e de áreas afins sobre a ditadura civil-militar no Brasil já são bastante extensas e vem crescendo constantemente ao longo dos anos. Contudo, como apontado por Carlos Fico,⁵ no prefácio do livro, os estudos com recortes temáticos específicos, especialmente envolvendo as várias formas de repressão às sexualidades dissidentes, ainda carecem de maior atenção. Como sinalizam os organizadores, logo na introdução, "ou o tema das sexualidades é abordado ignorando-se sua relativa autonomia dos processos políticos mais gerais ou, em sentido oposto, ele é discutido como se estivesse completamente desconectado da história do período" (p.19). Este livro vem então para preencher esta lacuna historiográfica, apontar caminhos e aguçar desejos de novas pesquisas que se proponham a enxergar a ditadura civil-militar a partir da lente peculiar das sexualidades.

Outro papel importante e corajoso realizado pelos(as) autores(as) desta obra é a denúncia, a partir de uma extensa análise documental, das vigilâncias, perseguições, repressões e silenciamentos sofridos pelos homossexuais, durante o regime autoritário. "A repressão abafou as possibilidades de imaginar novos modos de vida, formas de expressar o desejo e os afetos, bem como movimentos sociais identitários" (p.22). No entanto, alguns segmentos conseguiram dar impulsos às políticas dos desejos, seja por meio de sociabilidades noturnas, em bares e boates destinados ao público homossexual, através das artes de espetáculo, da imprensa alternativa, bem como na formação de grupos de ativismo gays e lésbicos. Isso aponta a visibilidade homossexual no período seja como resistência, seja como existência!

⁴ Os(as) autores(as) são: Benjamin Cowan, Carlos Fico, Jorge Caê Rodrigues, José Reinaldo de Lima Lopes, Luiz Morando, Marisa Fernandes, Rafael Freitas Ocanha e Rita de Cassia Colaço Rodrigues.

⁵ Professor de História do Brasil da UFRJ. Desenvolve pesquisas para a história dos seguintes temas: ditadura militar no Brasil e na Argentina, historiografia brasileira e história política dos Estados Unidos durante a Guerra Fria.

No Capítulo I, *Homossexualidade, ideologia e "subversão" no regime militar*, o autor Benjamin Cowan⁶ assinala que, desde a Guerra Fria, os discursos médicos e policiais, tentavam patologizar e controlar a homossexualidade, vista "como uma prática perigosa, secreta, degenerativa, e ligada ao gênero; uma prática que estas autoridades associaram, imprecisamente, com a subversão e a (in)segurança nacional" (p.30). Em tempos de ditadura no Brasil, a articulação entre anticomunismo e valores morais conservadores e reacionários de parcela significativa da sociedade brasileira resultou em permanência, como também, ampliação de suspeitas para com os indivíduos que fugiam a heteronormatividade por eles desejada. Imaginavam haver uma espécie de articulação entre "desvio moral" e "subversão".

A homossexualidade aparecia em publicações de revistas militares como sendo "maquinação do inimigo comunista". Comumente, agentes da SNI e da Polícia Federal incluíam "acusações de homossexualidades" nas fichas de sujeitos suspeitos e/ou que tenham praticado algum tipo de prática "subversiva". Esse tipo de denúncia podia, em boa parte dos casos relatados, agravar o crime cometido ou servir de "alerta" para uma ocorrência futura.

Havia uma maior atenção em qualquer tipo de reunião de pessoas que fossem ligadas aos ativismos negros, de mulheres e homossexuais. Os agentes da repressão vigiavam, colhiam informações dos(as) envolvidos(as), na busca de encontrar algo que os(as) associassem à uma prática conspiratória contrária a segurança nacional.

Também se formulou a ideia de que a juventude era o alvo principal dos "sujeitos subversivos", pois seria facilmente enganada e mesmo "convertida" a novas práticas e costumes. Em vários momentos o autor traz relatos de militares associando o incentivo, aos jovens, ao uso de maconha e de práticas homoafetivas, como sendo uma estratégia para subverter a ordem vigente, desestruturar os lares das famílias brasileiras cristãs e, assim, implantar o comunismo no país. Trazendo com isso "o triunfo da subversão" (p. 28).

Luis Morando⁷, no Capítulo II, intitulado *Por baixo dos panos: repressão a gays e travestis em Belo Horizonte (1963-1969)*, versa sobre as constantes atuações de policiais civis e militares a respeito de gays e travestis em Belo Horizonte. Propondo

⁶ Professor no departamento de história na George Mason University em Virgínia, EUA. Trabalha com a história da sexualidade, do gênero e das direitas, no Brasil e nas Américas.

⁷ Atualmente é professor de Literatura brasileira e Teoria da literatura no Centro Universitário de Belo Horizonte. Dedicar-se à pesquisas para recuperação da memória das identidades do segmento LGBT em Belo Horizonte.

realizar uma “operação limpeza” no espaço urbano, eram constantes as realizações de blitz noturnas e batidas policiais, que monitoravam e muitas vezes fechavam os pontos de sociabilidades desses segmentos sociais. Esse “plano de moralização” e de “combate aos inferninhos” visava a detenção dos “homens de batom e pó de arroz” (p.71) e acabar com o trottoar, “como forma de sanear o espaço urbano e a convivência social” (p.79).

Parcela significativa da sociedade civil, atravessada pela produção da suspeita e da ideologia conservadora de vigilância, denunciava tudo que, para elas, aparentassem como “práticas anormais” que desviassem a heteronorma, exigindo das forças policiais uma medida corretiva aos “maus costumes”. Como exemplo, eram constantes as denúncias feitas por civis de estabelecimentos que, segundo constam nas denúncias, “apresentavam elevada movimentação e muito barulho”.

A censura sofrida por travestis também é evidenciada por Luis Morando. Ele fala sobre a tentativa frustrada de realização do concurso Miss Travesti Brasil e do I Congresso Nacional do Terceiro Sexo, que aconteceria em Niterói. Ambos foram interditados pelos órgãos de censura. Assim como eram impedidas de realizarem apresentações artísticas, mesmo que em espaços frequentados apenas pelos “rapazes alegres” da cidade.

Semelhante ao que fora narrado por Luis Morando, as rondas policiais também se fizeram presentes na cidade de São Paulo. Rafael Freitas Ocanha⁸ nos mostra, no Capítulo V *As rondas policiais de combate à homossexualidade na cidade de São Paulo (1976-1982)*, um breve histórico a respeito da lei de vadiagem que, durante a ditadura, é enquadrada como contravenção penal, entrando no estudo de criminologia sobre a prostituição de michês e travestis, realizado pelo delegado Guido Fonseca. Ocanha aponta que este estudo serviu de base para ostensivas rondas policiais, empreendidas pelo delegado José Wilson Richetti que visavam combater homossexualidades e travestilidades nos espaços de sociabilidades da capital paulista. No estudo de Fonseca, esses segmentos sociais eram descritos como imoralidades e associados à criminalidade e “subversão”. “As policias civil e militar lançaram um plano conjunto para retirar as travestis das ruas” (p.161), com o propósito de “limpeza do espaço urbano”, foi criada a “Operação Cidade”. As rondas policiais, chefiadas por

⁸ Professor de História na Prefeitura do Município de São Paulo. Fez mestrado em História Social na PUC-SP, onde defendeu a dissertação *Amor, feijão, abaixo camburão: imprensa, violência e trottoir em São Paulo (1979-1982)*.

Richetti, obtiveram o apoio do jornal *O Estado de S. Paulo*, que serviu de porta-voz das polícias civil e militar. Somado a este apoio dado por parte da imprensa, parcela da sociedade civil, dentre eles comerciantes e moradores das áreas de sociabilidade frequentadas pelos corpos abjetos, organizaram abaixo-assinado pedindo providências da Segurança Pública do Estado, sob a alegação de que diminuiria o número de assaltos e outros crimes na região.

Para além da repressão coexistiram formas diversas de resistência ao regime. O Jornal Lampião da Esquina fez frente à oposição a ditadura civil-militar, como nos conta Jorge Caê Rodrigues⁹, no Capítulo III, *Um lampião iluminando esquinas escuras na ditadura*. Mudanças comportamentais e culturais, advindas das revoluções de costumes, somados a visibilidade estética e performática de artistas que compunham o tropicalismo, os Dzi Croquettes e Ney Matogrosso influenciaram como também deram gás a iniciativa de criação do jornal. Lampião da Esquina é tido como o primeiro veículo de imprensa alternativa no Brasil a defender publicamente os direitos homossexuais, apesar de desde a década de 1960 já constarem registros de outros tipos de publicações voltadas para esse público. “A imprensa gay no Brasil, como no mundo, surge da necessidade que uma parcela da sociedade teve em procurar seus semelhantes, buscar uma união com os iguais, construir um refúgio coletivo, lutar contra um sistema que os tornava invisíveis” (p.88). O jornal defendia o ato de assumir-se, de “sair do armário”, e, mais ainda, de “sair do gueto”.

Durante os poucos porém marcantes três anos e meio de publicações, o Lampião passou a ser o porta-voz de discursos inflamados sobre sexualidades dissidentes, iluminando os(as) leitores(as), trazendo artigos de aspectos relevantes para compreensão das identificações homossexuais no período. “O Lampião surge com a proposta de criar uma consciência homossexual, assumir-se e ser aceito” (p.93). Em seus textos é recorrente a ideia de que “uma cultura homossexual está se formando”. Também é perceptível a tentativa, nem sempre alcançada e/ou bem compreendida, de interseccionar pautas homossexuais com demandas de outras “minorias”, negros, feministas, índios, prostitutas, michês e travestis.

O jornal Lampião da Esquina foi bastante vigiado pelos órgãos de censura e teve imensa dificuldade de manter-se financeiramente, além de sofrer divergências

⁹ Professor do curso de Produção Cultural do IFRJ. Autor dos livros *Anos fatais: design, música e tropicalismo e Impressões de identidade: um olhar sobre a imprensa gay no Brasil*.

ideológicas dentro do próprio corpo editorial, especialmente sobre qual o papel do jornal em relação ao ativismo homossexual. Para muitos dos editores o *Lampião* não deveria ser apenas um canal de entretenimento gay, pois seria “dever do gay ir à luta”.

No IV Capítulo, *Lésbicas e ditadura militar: uma luta contra a opressão e por liberdade*, Marisa Fernandes¹⁰ constrói uma narrativa memorialística em torno das resistências lésbicas as tentativas de cerceamentos impostos pelo regime ditatorial. A autora evidencia a formação do primeiro grupo organizado de lésbicas, em maio de 1980, com o nome Grupo Lésbico Feminista (LF), após ser desmembrado do Grupo Somos. Em seguida, ela relata um caso de violência policial cometido contra lésbicas no Ferro's Bar, no centro de São Paulo, em 1983, seguida de uma maciça manifestação homossexual, descrita pelo *Lampião da Esquina* como o “nosso pequeno Stonewall”. A autora narra ainda dois episódios emblemáticos de interferência censória, sob a temática da lesbianidade. O primeiro faz referência à censura e perseguição judicial a escritora Cassandra Rios, pioneira em literatura de ficção lésbica, que teve trinta e seis obras censuradas, sendo acusada de “subversão”, por “aliciar e corromper a juventude”, através de seus escritos. A outra censura foi direcionada ao programa televisivo da apresentadora Hebe Camargo, na TV Bandeirantes. Após a apresentadora convidar uma ativista do Grupo de Aliança Lésbica Feminista (GALF) para falar sobre lesbianidade.

Assim como Marisa Fernandes, James Green relata a respeito da resistência ao regime autoritário, através da abordagem do processo de formação do grupo homossexual Somos, no Capítulo VI *O grupo SOMOS, a esquerda e a resistência à ditadura*. O Somos, fundado em 1978, foi a primeira organização ativista e politizada de gays e lésbicas no Brasil. As manifestações artísticas contraculturais, revoluções de costumes e desejos, bem como a formação de movimentos homossexuais em outros países (EUA, Argentina e Europa) impulsionaram a consolidação do Somos, igualmente ao já descrito sobre o surgimento do jornal *Lampião da Esquina*.

James Green descreve a participação de gays e lésbicas, ativistas do Somos, no Primeiro de Maio em São Bernardo do Campo, que carregavam a faixa com os dizeres: “Contra a discriminação do/a trabalhador/a homossexual”. E aponta que, “Afiml,

¹⁰ Mestre em História Social, pela USP. Ativista lésbica feminista e defensora dos direitos humanos. Integrou o primeiro grupo organizado de lésbicas e desde 1990 participa do Coletivo Feminista Lésbicas – CFL.

argumentava-se que a homossexualidade existia em todas as classes sociais” (p.182). Essa passagem registra o que o autor, que fora integrante do Somos, afirmara existir o intuito de interseccionar as lutas de outras formas de “minorias” silenciadas, como os trabalhadores, o feminismo, o movimento estudantil e o movimento negro “afinal, argumentava-se que a homossexualidade existia em todas as raças” (p.193).

Outra importante manifestação que o Somos se fez presente, inclusive como organizador, foi a passeata contra as ostensivas rondas policiais do delegado José Wilson Richetti, no dia 14 de Junho de 1980, no centro de São Paulo. “Um evento que deve ser lembrado e comemorado como a primeira mobilização pública do movimento LGBT no Brasil” (p.183). O grupo Somos criou tradições de resistência e maneiras de organização que serviram de base e espelho para os movimentos LGBT’s posteriormente formados, até os dias de hoje.

No Capítulo VII, *De Denner a Chryssóstomo, a repressão inviabilizada: as homossexualidades na ditadura*, a autora Rita de Cássia Colaço Rodrigues¹¹ descreve como os agentes da repressão se valeram de instrumentos legais para interditar e controlar as liberdades e expressões artísticas. Alguns casos de perseguições são narrados com profundidade, como o de Denner Pamplona Abreu, costureiro famoso e apresentador de programas de auditório na TV Itacolomi de Minas Gerais. Os homossexuais que participavam de programas televisivos eram vistos como “animadores”, que serviam para entreter e animar a plateia e os telespectadores, “até que os setores adeptos dessa moral idealizada sentiram-se incomodados e passaram a reclamar e a exigir o seu banimento” (p.212), pois o viam como uma “negação da masculinidade” e “tóxico para juventude”. Denner foi demitido do programa. Outro caso de perseguição e violação de direitos foi o de Antônio Chryssóstomo, jornalista e integrante do corpo editorial do jornal *Lâmpião da Esquina*. Ficou conhecido como Caso Chryssóstomo, tendo como mote a associação entre homossexualidade e pedofilia. O jornalista foi condenado e preso.

As denúncias de violações aos direitos humanos, visando corrigir os danos causados, através de políticas de reparação e da justiça de transição, são os temas centrais do VIII Capítulo *A questão LGBT no trabalho de memória e justiça após a ditadura brasileira*, de Renan Quinalha. Segundo o autor “depois de um contexto de

¹¹ Doutora em História Social pela UFF. Serventuária do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Cofundadora do primeiro grupo de ativismo homossexual do Estado do Rio de Janeiro – GAAG.

graves e sistemáticas violações de direitos humanos, medidas político-judiciais podem e devem ser implementadas pelos Estados com o objetivo de reparar as violências cometidas no passado e evitar que essas práticas se repitam” (p.245). As Comissões da Verdade, que incluíram os recortes de marcadores sociais da diferença, atuaram de forma fundamental, dando “oportunidade de começar a alterar a invisibilização e o silenciamento até hoje impostos a esses setores [dissidentes]” (p.251), com o anseio de proporcionar dignidade e reparo as repressões sofridas. E, indo além, Quinalha evidencia que “incorporar o recorte LGBT no trabalho de memória e justiça pode ser fundamental para permitir que a homofobia que persiste por meio da ditadura chegando à democracia seja combatida” (p.269).

José Reinaldo de Lima Lopes¹² insere, no Capítulo IX *Da dissidência à diferença: Direitos dos homossexuais no Brasil da ditadura à democracia*, o debate entre defesa de direitos humanos e defesa da democracia. Ele assinala que a defesa dos direitos das pessoas homossexuais e a da defesa da democracia por vezes se confundem, que “qualquer reivindicação de liberdade dos homossexuais parecia ser ao mesmo tempo contestação ao regime” (p.281). Fica nítido, após a leitura do texto, que a luta pela democracia necessita e/ou exige pleno respeito às variadas práticas afetivas e sexuais existente na sociedade.

O último capítulo do livro, intitulado *Contribuição sobre o tema ditadura e homossexualidades para o relatório final da Comissão Nacional da Verdade e parceiras*, escrito pelos organizadores da obra, James Green e Renan Quinalha, consiste em sistematizar todos os temas abordados no livro, com o intuito de colaborar com o relatório final da CNV e outras comissões parceiras. Os autores fecham o texto elencando recomendações a serem sistematizadas pelas Comissões da Verdade.

A obra aqui resenhada, a partir de uma minuciosa análise interdisciplinar, inaugura o campo de estudos sobre a história da repressão as homossexualidades durante a ditadura civil-militar. De forma pioneira e original buscando, através dela, construir políticas de reparação aos direitos humanos. Recomendo veementemente o livro, especialmente para todas as pessoas, pesquisadoras e/ou ativistas de movimentos LGBT's, que queiram ampliar seu campo de visão em busca do entendimento das múltiplas maneiras em que a ditadura afetou e impossibilitou afetos entre pesso-

¹² Professor de Filosofia e História do Direito na USP. Professor Fundador da Direito GV – Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo. Desde 1995 estuda e escreve sobre o direito a diferença e o direito ao reconhecimento.

as que não se sentiam pertencentes a heteronorma imposta. Acredito que, após a leitura dessa obra, novas pesquisas sobre o regime autoritário irão surgir, agora sob novos olhares e novas intersecções.

Recebido em: 17/09/2016

Aprovado em: 20/12/2016

FAZENDO GÊNERO NA MEDIEVALÍSTICA: ENTREVISTA COM ANDRÉIA CRISTINA LOPES FRAZÃO DA SILVA

MAKING GENDER IN MEDIEVALISTICS: INTERVIEW WITH ANDRÉIA CRISTINA LOPES FRAZÃO DA SILVA

Prof. Dr. Marcelo Pereira Lima¹

Universidade Federal da Bahia

Desde as décadas de 80 e 90, o pressuposto de que a vida social estava, ao lado de outras dimensões interpretativas, conectada às diretrizes de gênero fez parte da crítica feminista ao androcentrismo dos saberes científicos que imperava em várias esferas de conhecimentos, dentre as quais se encontravam a Psicologia, a Literatura, a Sociologia, a Antropologia, a Ciência Política e, claro, a própria História.

Como já é sabido, por um lado, o gênero era visto fundamentalmente como sinônimo de “mulher”, termo tomado no seu sentido singular, distintivo e essencial, servindo às(aos) estudiosas(os) e militantes nos debates e críticas aos determinismos biológicos dos papéis sexuais, das desigualdades, das discriminações, das subordinações e dos silêncios na história e na historiografia. Sem dúvida, esse primeiro investimento tem o mérito importante de transformar as esparsas referências às mulheres – as quais eram usualmente apresentadas como a exceção, a nota de rodapé, o desvio incompreendido da regra masculina – em algo central para a análise histórica. Segundo essa perspectiva, as mulheres precisavam tornar-se visíveis e dizíveis tanto nos planos social e político como também na esfera do discurso científico. Por outro lado, nas duas últimas décadas, em especial no âmbito da historiografia anglo-saxônica, embora não exclusivamente, as novas pesquisas, as críticas e as autocríticas feitas pelos e aos Estudos de Gênero fizeram com que as investigações feministas

¹ Marcelo Pereira Lima é professor adjunto IV da Universidade Federal da Bahia. É doutor em História pela Universidade Federal Fluminense e pós-doutor pela Universidade de Salamanca. Juntamente com o Prof. Dr. Marco Aurélio Oliveira da Silva, coordena o Laboratório de Estudos sobre a Transmissão e História Textual na Antiguidade e no Medievo (LETHAM-UFBA). Contatos: inperpetuum@uol.com.br; marcelopl@ufba.br.

burilassem suas abordagens teóricas, metodológicas e epistemológicas.

Esse complexo processo também contribuiu para o desenvolvimento da interação com outras disciplinas, viabilizou a pesquisa de temas ou dimensões históricas antes negligenciadas e permitiu igualmente que se questionasse a “vitimização” das mulheres ou, em outras situações, a sua “culpabilização” pelas condições sociais hierarquicamente subordinadas em que viviam. Sem dúvida, as novas abordagens aprofundaram as investigações sobre as relações dos constructos “homem” e “mulher”, “masculino” e “feminino”, “masculinidades” e “feminilidades”, tanto em sua dimensão de oposição binária quanto em outras possíveis (re)configurações históricas, ultrapassando as perspectivas meramente descritivas, alcançando visões mais relacionais e, claro, problematizando o próprio *mainstream* vigente no discurso dos saberes científicos.

Se é evidente as aproximações entre o campo da História e as abordagens que levam em conta as diretrizes de gênero, como fica a relação entre os Estudos de Gênero e a Medievalística contemporânea? Como este último campo da História se (des)articula com os novos horizontes teóricos e metodológicos propostos pelos Estudos de Gênero no Brasil? Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva tem uma visão estimulante e particular sobre o assunto. Formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde fez a graduação, o mestrado e o doutorado, ela é uma das mais promissoras pesquisadoras dedicadas em conectar crítica e sistematicamente os Estudos de Gênero, de matriz basicamente pós-moderna, ao campo da Medievalística brasileira. Andréia Frazão “faz gênero” não no sentido de adotar um modismo historiográfico vazio, passageiro e pouco consistente. Pelo contrário, cada vez mais, ela “tem feito gênero”, demonstrando coerência e continuidade desse esforço na elaboração de projetos de pesquisa, em orientação de novas gerações de estudantes na graduação e pós-graduação no âmbito do PPGHC-UFRJ, em textos acadêmicos, na organização de eventos, etc. Levando em conta o conjunto de sua obra, Andréia Frazão igualmente tem apontado as numerosas potencialidades analíticas dos Estudos de Gênero, mas, bem ao estilo de uma investigadora ciente de seus múltiplos pertencimentos e lugares de produção do discurso científico, tem destacado as dificuldades, limites e impasses que os Estudos de Gênero e os Estudos Medievais acarretam ao se aproximarem mutuamente.

Marcelo Lima: *Em primeiro lugar, gostaria que você falasse sobre sua trajetória intelectual. Como a Medievalística tornou-se parte da sua vida profissional?*

Andréia Frazão: Sou bacharel e licenciada em História pela UFRJ e desde a graduação me interessei pelos estudos de História Antiga e Medieval, em particular pelas análises sobre a história do cristianismo. No mestrado, também realizado na UFRJ, estudei os relatos de perseguição presentes na *História Eclesiástica* elaborada pelo bispo Eusébio de Cesareia, composta nas primeiras décadas do século IV. Foi quando surgiu o interesse pela hagiografia. No doutorado, também cursado na UFRJ, fiz uma mudança radical no recorte espaço-temporal de minhas pesquisas e decidi estudar vidas de santos elaboradas pelo clérigo castelhano Gonzalo de Berceo no século XIII. A opção por esta temática acabou por contribuir para que eu direcionasse meus estudos e pesquisas para o período medieval, em particular para a chamada Idade Média Central. Outro dado que foi decisivo para esta mudança do recorte espacial e temporal de minhas investigações foi aprovação, em 1992, em concurso público para a carreira docente na UFRJ para atuar no setor de História Medieval, que, no momento, havia se tornado uma área autônoma em relação à História Antiga na estrutura do então Departamento de História, hoje Instituto de História. É na UFRJ que desenvolvo atividades de ensino, pesquisa, extensão e orientação há cerca de 24 anos.

Marcelo Lima: *Quando começou a investigar o medievo, você já tinha interesse pelos Estudos de Gênero? Como e quando os Estudos de Gênero passaram a ser uma preocupação efetivamente acadêmica? Isso ocorreu antes ou depois do doutorado?*

Andréia Frazão: O meu interesse pelos Estudos de Gênero só surgiu alguns anos após a conclusão do doutorado. Meu olhar voltou-se para os Estudos de Gênero quando minha primeira orientanda de mestrado, quando eu ainda atuava junto ao PPGHIS da UFRJ, Valéria Fernandes da Silva, interessou-se pelo campo. Para acompanhar suas pesquisas e efetivamente orientá-la, comecei a estudar sobre o tema e me apaixonei! Em 2001, iniciei a primeira pesquisa no campo dos Estudos de Gênero, unindo meus conhecimentos anteriores no estudo de textos hagiográficos com as propostas teóricas relacionadas à categoria gênero.

Marcelo Lima: *Em um texto já clássico, Joan Scott, certa vez, disse que a categoria gênero serviu para que as feministas ganhassem legitimidade no meio universitário. Você acha que a academia ainda resiste aos Estudos de Gênero?*

Andréia Frazão: No que se refere ao Brasil, este quadro tem mudado, ainda que muito lentamente, nos últimos anos. Neste sentido, a despeito do crescimento das pesquisas, das publicações especializadas, eventos, etc., persiste, sobretudo entre os que não se dedicam ao campo, um desconhecimento sobre as diferentes perspectivas teóricas que a categoria/conceito gênero apresenta aos estudiosos. Assim, para muitos, os Estudos de Gênero se limitam a tratar de temas relacionados às mulheres e ao feminino, aspectos que ainda são considerados por muitos como periféricos no estudo das sociedades.

Marcelo Lima: *Se considerarmos o estado atual da Medievalística, quais os contornos dessa legitimidade?*

Andréia Frazão: O uso da categoria/conceito gênero, sem dúvida, ampliou-se nos últimos anos, sobretudo nos países anglo-saxões. No caso específico do Brasil, o quadro atual em muito se distancia do de 15 anos atrás, quando realizei um levantamento dos medievalistas que adotavam a

categoria/conceito gênero em suas pesquisas. Na ocasião, foram encontrados somente sete historiadores que haviam realizado trabalhos utilizando a categoria/conceito gênero. A crescente procura pelo Simpósios Temáticos que articulam os estudos sobre a antiguidade e o medievo com a categoria nas últimas edições do Seminário Internacional Fazendo Gênero e o aumento do número de trabalhos finais de graduação, mestrado e doutorado que empregam a categoria/conceito gênero apontam que houve, de fato, uma expansão numérica das reflexões e que o campo cresceu em legitimidade junto aos especialistas. Desta forma, defendo que os Estudos de Gênero, ainda que em pequeno número, contribuíram para consolidação do medievalismo brasileiro, com pesquisas originais e embasadas teoricamente.

Marcelo Lima: *Embora seja uma pergunta complexa para ser respondida em poucas linhas, já que corremos o risco de se cair em uma normatização conceitual rígida, como você entende a categoria gênero?*

Andréia Frazão: Meu entendimento sobre a categoria gênero fundamenta-se no pós-modernismo e parte das reflexões de Joan Scott e Jane Flax. Neste sentido, compreendo gênero como uma categoria de análise, o que permite múltiplas possibilidades interpretativas. Para mim, portanto, gênero não é um objeto de pesquisa que deva ser estudado por si nem um conceito fechado, que possui um significado único e transcendente, que deva ser contraposto a uma dada situação social para apreendê-la. Desta forma, continuo concordando com a definição de Scott: gênero é saber sobre as diferenças sexuais. Como a própria historiadora adverte, o foco desta definição está no termo saber, tal como é compreendido por Michel Foucault. Para este autor, o saber não é fixo nem uno e participa da complexa constituição das organizações sociais, em meio às relações de poder, no decorrer da História. Assim, os saberes não são ideias objetivas sobre algo, que são formadas antes da organização social, mas compreensões que a constituem e estão presentes nas relações sociais, nas subjetividades, nas práticas, nas normas, nas instituições, nos símbolos, etc. Ou seja, saber e organização social se fundem,

pois um não existe sem o outro. Na perspectiva teórica que adoto o gênero refere-se a um saber específico da organização social: as diferenças sexuais, o que compreende saberes sobre os corpos, as sexualidades, as identidades, os papéis sociais, etc. Logo, como saber, o gênero é construído cultural e historicamente. É, simultaneamente, uma categoria “vazia”, já que não possui um conteúdo fixo, e, ao mesmo, “transbordante”, pois a diferença sexual pode ganhar configurações diversas. Também é relacional, porque constitui e está relacionada aos diversos outros saberes/aspectos da organização social, de forma dinâmica, sem determiná-los. Mas Scott também ressalta que o gênero é uma forma primária de significar relações de poder. Minha interpretação sobre esta afirmativa é que o gênero é um saber no qual e por meio do qual são constituídas estratégias para submeter, disciplinar, dominar, reprimir, diferenciar, negociar, legitimar, etc.

Quando emprego a categoria gênero em minhas pesquisas busco priorizar o estudo das significações relacionadas aos saberes sobre a diferença sexual, analisando como ele socialmente é estabelecido, como é perpetuado cotidianamente, como institui sujeitos, como permeia as relações de poder, como constitui os símbolos, as práticas, as normas, as instituições, etc.

Marcelo Lima: *Você tem trabalhado com um projeto chamado Hagiografia e História, o qual reúne diversas linhas de investigação e um grupo de pesquisadores, formado por professores, graduandos e pós-graduandos de várias instituições universitárias. Um dos eixos tratados nesse projeto refere-se às articulações entre Gênero e Santidade. Do ponto de vista teórico-metodológico e epistemológico, como podemos pensar essa articulação?*

Andréia Frazão: Parafraseando Flax, os saberes sobre as diferenças sexuais estão presentes em todas as dimensões da vida social, ainda que não de forma única e determinante. Desta forma, o gênero é um saber que atravessa a composição dos textos hagiográficos, a veneração de determinados personagens, os critérios para considerar uma pessoa como santa, etc. Vejamos um exemplo. Gonzalo de Berceo, o autor castelhano do século XIII, já

mencionado, escreveu vida de santos, Emiliano e Domingo, e de uma santa, Oria. Comparando a morte dos santos que biografava, identificamos que elas são anunciadas, públicas, belas, serenas e apresentam uma conexão direta com a vida terrena dos protagonistas, dedicada a Deus. Porém, face à morte, Emiliano, Domingo e Oria são descritos com comportamentos distintos. Após uma vida longa, Emiliano e Domingo fazem exortações aos seus discípulos e morrem tranquilamente. Oria, com 27 anos, anseia pela morte, pois a considera uma garantia de sua vitória final contra o perigo do pecado. Tomada pela enfermidade, fica cada vez mais imóvel e impossibilitada de falar. Porém, quase sem forças, transmite oralmente as suas experiências espirituais para seu confessor, Munio, que, segundo o texto elaborado por Gonzalo de Berceo, fez o registro escrito. Ao entregar sua alma a Deus rende graças, certa de que conseguiu superar as tentações terrenas. Contudo, não entra imediatamente no paraíso, diferentemente de Emiliano e Domingo, cujas almas são levadas diretamente aos céus por anjos e recepcionadas por toda a corte celestial, recebendo seus galardões. Ou seja, as mortes dos protagonistas ganham sentidos particulares nas obras analisadas porque são atravessadas por saberes que concebem a diferença sexual como uma distinção entre homens e mulheres pautada na hierarquização entre eles: os homens eram vistos como superiores, líderes e mais próximos de Deus; as mulheres eram consideradas inferiores, mais fracas, passivas e, portanto, necessitando de guias. E como o texto de Gonzalo permite concluir, a santidade não era um fator que anulava tal ordenação.

Marcelo Lima: *Qual a receptividade desse tipo de pesquisa no Brasil?*

Andréia Frazão: Os estudos sobre a hagiografia e a santidade possuem uma boa receptividade no Brasil, dentro e fora dos meios acadêmicos. Esta receptividade pode ser explicada por vários fatores. Destaco dois. Em primeiro lugar, pelo potencial de diálogo interdisciplinar, sobretudo com a Teologia, História da Arte, Antropologia Religiosa, Ciências da Religião, etc. Em segundo, porque a veneração aos santos ainda é uma manifestação da religião oficial e

da religiosidade leiga cristãs muito presente no Brasil. Para sustentar esta afirmativa, destaco a investigação iniciada no dia 18 de janeiro de 2013, pela arquidiocese do Rio, com o objetivo de solicitar a beatificação de Odete Vidal de Oliveira, que morreu em 1939, aos 9 anos. A veneração a Odetinha, como é chamada entre os fiéis, já está difundida na cidade do Rio de Janeiro há décadas.² Em contrapartida, o olhar sobre a hagiografia e santidade medievais por meio da categoria gênero é recebido com reações diversas - curiosidade, espanto, negação – tanto nos ambientes acadêmicos quanto na sociedade em geral, pois as análises realçam aspectos que, por vezes, permanecem despercebidos, como a hierarquização entre os homens e mulheres, a despeito da santidade; o caráter corporal dos santos; as inconsistências dos relatos hagiográficos, etc.

ML: *O senso comum acadêmico associa o período medieval ao desenvolvimento de discursos e práticas altamente misóginas. Na sua pesquisa, a "superioridade" significa sempre "dominação"? Ou melhor, tendo em vista os aspectos assimétricos do gênero, podemos afirmar que a dominação é sempre masculina?*

Andréia Frazão: Em sociedades que concebem a diferença sexual como binária – homens e mulheres - e hierárquica – homens superiores e mulheres inferiores – um olhar geral e inicial pode induzir a uma resposta que concorde com a afirmativa de que a superioridade implica em dominação e que esta é sempre masculina. Contudo, quando rejeitamos o uso das dicotomias - tais como superior X inferior; dominante X dominado; masculino X feminino - como instrumento de análise, é possível perceber o quanto a organização social é repleta de descontinuidades, paradoxos, contradições, assimetrias, negociações, etc. Analisando sob esta perspectiva, não é possível afirmar que a dominação é uma constante social que é sempre exercida pelos homens, pois a relação entre gênero, relações sociais e de poder são dinâmicas e históricas. Basta pensar, por exemplo, em casos como os de Clara de Assis, que emerge

² Cf. <<http://am730.com.br/dom-orani-comenta-processo-de-beatificacao-de-odetinha/>>. Última consulta em 23/01/2017.

dos textos medievais de forma aparentemente ambígua. Em suas cartas apresenta uma postura de liderança, afirmando que o mais importante é cumprir o que foi prometido a Cristo, mesmo que para tal tenha que resistir a outras autoridades.³ Nas hagiografias que retratam a sua trajetória, predomina uma imagem de Clara como um modelo para o sexo frágil (*infirmiori sexu*) seguidora de Francisco, que obedece às ordens das autoridades eclesiásticas.⁴

Marcelo Lima: *Como a questão do sujeito histórico se coloca para o(a) medievalista dedicado(a) aos Estudos de Gênero?*

Andréia Frazão: Para o medievalista que realiza pesquisas no campo dos Estudos de Gênero, não há um sujeito neutro nem universal. Aliás, a ideia de um sujeito autônomo, racional e autogerado é uma proposição da teoria liberal. Desta forma, o estudioso, ao pesquisar sobre o medieval, é marcado pela organização social em que está inserido. Os conhecimentos produzidos pelos acadêmicos são, portanto, parte da organização social em que vivem e não ideias objetivas produzidas fora dela. Por outro lado, as pessoas que viveram no período que denominamos como Idade Média - e deixaram os vestígios que são analisados pelos medievalistas - também não podem ser vistas como sujeitos neutros, mas socialmente instituídos, que mantinham relações de poder entre si e eram constituídos de saberes, deixando tais marcas nos testemunhos que nos legaram.

Marcelo Lima: *Alguns ramos da chamada História das Mulheres têm se preocupado em pesquisar as condições, situações e posições das mulheres, enfatizando, muitas vezes, as linguagens, identidades e experiências femininas de diversos indivíduos e grupos sociais ao longo do tempo. Com frequência, a*

³ Como na *Segunda Carta a Inês de Praga*. "Não confie em ninguém, não consinta com nada que queira afastá-la desse propósito, que *seja tropeço no caminho* (cfr. Rm 14,13), para não *cumprir seus votos ao Altíssimo* (Sl 49,14) na perfeição em que o Espírito do Senhor a chamou"/ "nulli credens, nulli consentiens, quod te vellet ab hoc proposito revocare, quod tibi *poneret* in via *scandalum* (cfr. Rom 14,13), ne in illa perfectione, qua Spiritus Domini te vocavit, *redderes Altíssimo vota tua* (Ps 49,14)". Disponível em < http://centrofranciscano.capuchinhosp.org.br/fontes-leitura?id=613&parent_id=525> Última consulta em 23/01/2017.

⁴ Como na *Legenda de Santa Clara*. Disponível em http://centrofranciscano.capuchinhosp.org.br/fontes-leitura?id=951&parent_id=950 Última consulta em 23/01/2017.

Medievalística tem apontado as dificuldades e problemas gerados pelo elitismo e pela falta das documentações inerentes a certas épocas. Como os Estudos de Gênero contribuem para superar esse impasse?

Andréia Frazão: Os documentos, ou vestígios, não são “pontes diretas” para o passado. Em primeiro lugar, são lacunares. Sobre diversos eventos e aspectos das organizações sociais medievais certamente não foi preservado qualquer tipo de testemunho. E mesmo os preservados foram transmitidos no decorrer dos séculos, em muitos casos sofrendo grandes alterações. Isto não se aplica unicamente aos documentos legados pelo período medieval e é uma questão que pesquisadores sobre outros períodos históricos também precisam enfrentar. Os Estudos de Gênero pós-modernistas não possuem a preocupação de descrever e discutir as condições, as situações e as posições das mulheres no passado ou suas relações com os homens. Assim, os documentos que fazem referências diretas às “coisas de mulher” ou às relações entre os sexos não são privilegiados. E como tal perspectiva teórica questiona a própria ideia essencialista de mulher, seus escritos também não são considerados preferenciais. Na perspectiva dos Estudos de Gênero pós-modernistas os documentos não funcionam como uma prova para ilustrar teorias sobre a organização social ou como meios para acessar o passado, mas são analisados com o objetivo de compreender como se constituem, perpetuam-se e atuam os saberes sobre as diferenças sexuais nos diferentes grupos sociais e nas relações de poder.

Marcelo Lima: *Atualmente, em especial, em função dos intensos debates sobre os direitos homossexuais ligados à união estável, os Estudos de Gênero têm posto em evidência a referência heterossexual dos discursos e práticas sociais, demonstrando como ela tem atuado na constituição de identidades, normas, instituições, relações de poder etc. Como fica a relação entre normatividade heterossexual e corpos abjetos para a Idade Média? Esse é um problema relevante para a Idade Média e para a Medievalística?*

Andréia Frazão: Alguns autores têm proposto que a heterossexualidade, assim como a ideia de homossexualidade, é uma construção histórica. Como é possível concluir por diversos textos do período medieval, não existia a noção de orientação sexual que nos é tão cara hoje. A sexualidade era pensada, sobretudo, em termos de práticas vistas como naturais ou antinaturais, não de normatividade heterossexual, ou seja, das relações sexuais realizadas por um homem e uma mulher. Dentro desta perspectiva, só era considerado natural o ato sexual com penetração vaginal, quando o homem era ativo (penetrador) e a mulher passiva (penetrada). Qualquer outra forma de ato sexual era considerada antinatural, como, por exemplo, a prática da sodomia, ou quando uma mulher atuava de forma ativa, penetrando um homem ou mulher, ou ainda os atos sexuais de humanos com animais. Ou seja, a condenação medieval de certos atos sexuais não significa que imperava a normatividade heterossexual naquela sociedade, já que o ponto central da questão não era, como hoje, o desejo, mas os atos contra a natureza. Desta forma, é possível pensar em uma relação entre sexualidade e corpos no medievo marcada por uma funcionalidade natural atribuída aos órgãos sexuais. Os corpos que rompiam com o natural eram, portanto, abjetos, desprezíveis, perigosos e deveriam ser extirpados. Esta discussão, certamente, era importante para alguns grupos da sociedade medieval, como permitem concluir as reflexões e normativas sobre o tema propostas por teólogos, juristas e eclesiásticos. Para os medievalistas também é uma questão importante, visto que os direitos dos homossexuais é tema de saberes que constituem a sociedade brasileira atual.

Marcelo Lima: *Quais suas expectativas para o desenvolvimento das relações entre os Estudos de Gênero e a Medievalística no Brasil? O que é preciso fazer para viabilizar mais e melhores pesquisas sobre essa conexão?*

Andréia Frazão: Sou otimista e creio que a união entre os Estudos de Gênero e a Medievalística ainda irá render muitos frutos acadêmicos no Brasil. Aposto não só numa expansão numérica, mas na qualidade das análises. Para viabilizar as pesquisas, creio que é importante dar continuidade aos trabalhos

já realizados, como organizar Simpósios Temáticos em eventos acadêmicos; congregar os pesquisadores em grupos de pesquisa; manter o diálogo com estudiosos de outros períodos históricos e de outras áreas do conhecimento, tanto do Brasil quanto do exterior; formar novos pesquisadores; divulgar os resultados de pesquisa utilizando diversos suportes, como sites, artigos, livros e em congressos.

Referências

BREISACH, E. **Sobre el futuro de la Historia**. Valência: Universitat de Valência, 2009.

FLAX, J. Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). **Modernismo e Política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991, pp. 217-250.

JENKINS, K. **A História Repensada**. São Paulo: Contexto, 2001.

LAQUEUR, T. **Inventando o Sexo. Corpo e Gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume- Dumará, 2001.

MACHADO, Paula Sandrine. O sexo dos anjos: um olhar sobre a anatomia e a produção do sexo (como se fosse) natural. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 24, p.249-281, janeiro-junho de 2005.

MATOS, M. I. História das mulheres e gênero: usos e perspectivas. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 3, n. ½, p. 35-50, 1996.

MUNSLOW, A. **Desconstruindo a História**. Petrópolis: Vozes, 2009.

SCOTT, J. **A Cidadã Paradoxal. As Feministas Francesas e os Direitos do Homem**. Florianópolis: Mulheres, 2002.

_____. A Useful Category of Historical Analysis. **The American Historical Review**, v. 91, n. 5, p. 1053-1075, Dec., 1986.

_____. **Gender and Politics of History**. Revised Edition. New York: Columbia University Press, 1988.

_____. Prefácio a Gender and Politics of History. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.3, p. 11-27, 1994.

_____. História das Mulheres. In: BURKE, P. (Org.) **A Escrita da História**. Novas Perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992. p. 63-96.

Recebido em: 12/12/2016

Aprovado em: 31/12/2016